



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

Mestrado em Ciências Militares – Especialidade Segurança

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

AS INFORMAÇÕES E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NA GNR

ALUNO: Aspirante Hélio Miguel Pinheiro dos Santos

ORIENTADOR: Capitão Feliciano José Pinto Amaral

LISBOA, MARÇO DE 2009



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

Mestrado em Ciências Militares – Especialidade Segurança

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

AS INFORMAÇÕES E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NA GNR

ALUNO: Aspirante Hélio Miguel Pinheiro dos Santos

ORIENTADOR: Capitão Feliciano José Pinto Amaral

LISBOA, MARÇO DE 2009

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, irmão, namorada e à minha avó.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho apenas foi possível com os importantes contributos de várias pessoas, pelo que reservo este espaço para lhe prestar os meus mais sinceros agradecimentos.

Agradeço ao meu orientador, Capitão Feliciano Amaral pelo apoio e disponibilidade que demonstrou, tendo feito tudo aquilo que estava ao seu alcance para o sucesso deste trabalho.

Agradeço ao Major Carreirinha Branco que desde o primeiro contacto se mostrou disponível e dedicado, sempre pronto a apoiar-me.

Aos senhores oficiais que me concederam as entrevistas, em especial ao Tenente – coronel Albano Pereira, ao Major Lopes Rosa e ao Major Nobre Grenho por toda a ajuda que me prestaram e pelos conhecimentos que me transmitiram.

Quero agradecer a todos os Oficiais com quem tive oportunidade de trocar ideias durante a realização do trabalho, que permitiram traçar objectivos específicos relativos ao tema, especialmente ao Major Rebelo Manuel e ao Major Pedro Moleirinho pela bibliografia que me facultaram.

Aos meus camaradas de curso, pelo espírito de entreajuda, pela troca de ideias e de bibliografia.

Aos meus amigos, Sónia e Rui Gonçalves pela preciosa ajuda na revisão do Português e na elaboração do “Abstract”.

Por último um especial agradecimento os meus tios Zeca e Isabel por toda a ajuda, força e carinho demonstrado e, por terem colocado à minha disponibilidade todas as condições que lhes foram possíveis, não só durante a realização do trabalho mas durante todo o meu percurso na Academia Militar.

A todos vós, um sincero bem-haja.

RESUMO

O presente trabalho está subordinado ao tema: “As informações e investigação criminal na GNR”.

As informações e a investigação criminal são duas áreas que assumem actualmente grande importância na estrutura da GNR. Estas articulam-se em estruturas ramificadas pelos escalões hierárquicos da organização e têm como órgãos máximos responsáveis a Direcção de Informações e a Direcção de Investigação Criminal. A recente reestruturação da GNR provocou alterações nas referidas estruturas que apesar de trabalharem autonomamente por vezes o seu objecto de estudo incide em matérias comuns às duas.

Neste contexto desenvolveu-se um estudo a partir da pergunta de partida “Face à reestruturação da GNR de que meios de coordenação carecem as Direcções de informações e de investigação criminal?”. Os principais objectivos são responder à pergunta de partida bem como identificar dificuldades de coordenação e apresentar soluções para suprimir essas dificuldades.

A metodologia para o trabalho consistiu na análise documental de textos, livros, sítios na internet, diplomas legais e na interpretação das entrevistas realizadas a pessoas directamente ligadas ao tema.

Após a análise dos dados concluiu-se que as Direcções carecem dos seguintes meios de coordenação: contacto permanente entre os Oficiais das Direcções, realização de reuniões conjuntas, partilha de informações. Existem algumas lacunas no que respeita à coordenação entre as Direcções, que serão resolvidas com a implementação do Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia. Concluiu-se ainda que não está a ser assegurada a análise de informações ao nível das Unidades Territoriais.

O presente trabalho foi realizado entre Janeiro e Março 2009.

PALAVRAS - CHAVE: INFORMAÇÕES; INVESTIGAÇÃO CRIMINAL; DIRECÇÃO; COORDENAÇÃO; REESTRUTURAÇÃO.

ABSTRACT

This work is related to the topic: "Intelligence and criminal investigation in the GNR".

Intelligence and criminal investigation are two areas of great importance in the National Republican Guard organisation. These areas are divided according to hierarchical echelons of the organisation which have as their responsible organs the Direction of Intelligence and the Direction of Criminal Investigation. The recent restructuring of the National Republican Guard caused several changes in the above-mentioned structures that in spite of working independently they sometimes share the same purpose.

Bearing this in mind it was carried out a study to answer the following question: "In view of restructuring the National Republican Guard which resources do the coordination of Direction of Intelligence and of Criminal Investigation need?". The main aims are not only to answer this question but also to identify difficulties of coordination and to present solutions to avoid these difficulties.

The methodology for this work consisted in the analysis of documentary texts, books, sites on the Internet, legal certificates and it was also based on the understanding of the personal interviews made to the people acquainted to this issue.

Thereupon the analysis of the data we can conclude that both Directions stand in need of the following resources of coordination: constant contact between the Direction Officers; the accomplishment of meetings between them; share of intelligence. There are some gaps in what concerns the coordination between the Directions, which will be solved by the implementation of the Integrated System of Operational Intelligence of the Police. We also reached out to the conclusion that the analysis of intelligence is not reassured at the Territorial Units level yet.

This work was carried out through January until March 2009.

KEY WORDS: INTELLIGENCE; CRIMINAL INVESTIGATION; DIRECTION; COORDINATION; RESTRUCTURING.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA	I
AGRADECIMENTOS.....	II
RESUMO.....	III
ABSTRACT	IV
ÍNDICE GERAL	V
ÍNDICE DE QUADROS.....	IX
ÍNDICE DE FIGURAS	X
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	XI
EPÍGRAFE	XIII
CAPÍTULO 1 – APRESENTAÇÃO DO TRABALHO	1
1.1 INTRODUÇÃO	1
1.1.1 FINALIDADE	1
1.1.2 ESCOLHA E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA	1
1.1.3 DELIMITAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO E DO OBJECTIVO GERAL	2
1.1.4 OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	3
1.1.5 PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO.....	3
1.2 METODOLOGIA.....	4
1.3 ESTRUTURA.....	4
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	5
CAPÍTULO 2 – A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA	5
2.1 A GNR COMO ORGANIZAÇÃO	5

2.2	HISTÓRIA E MISSÃO	6
2.3	ESTRUTURA DA GNR.....	6
2.3.1	ESTRUTURA DO COMANDO OPERACIONAL.....	7
CAPÍTULO 3 – INFORMAÇÕES		8
3.1	CONCEITO DE INFORMAÇÕES	8
3.2	CICLO DE PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES	9
3.3	TIPOLOGIA DAS INFORMAÇÕES.....	11
3.3.1	INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS E INFORMAÇÕES OPERACIONAIS.....	12
3.4	INFORMAÇÕES NA GNR	13
3.4.1	AS INFORMAÇÕES NA ESTRUTURA DA GNR	13
3.4.2	FLUXO DE INFORMAÇÕES POLICIAIS NA GNR	14
3.4.3	SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES OPERACIONAIS DE POLÍCIA.....	16
CAPÍTULO 4 – INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.....		17
4.1	CONCEITO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	17
4.2	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NA ESTRUTURA DA GNR.....	18
4.2.1	PILARES DE SUPORTE DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	20
4.3	INFORMAÇÕES E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	21
PARTE II – TRABALHO DE CAMPO		22
CAPÍTULO 5 – METODOLOGIA DO TRABALHO DE CAMPO		22
5.1	HIPÓTESES	22
5.2	MÉTODOS E TÉCNICAS	23
5.3	CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DE ANÁLISE E DA AMOSTRA.....	24

CAPÍTULO 6 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	25
6.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS APLICADAS AO GRUPO A	25
6.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS APLICADAS AO GRUPO B	35
 CAPÍTULO 7 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	 40
7.1 CONCLUSÕES	40
7.2 RECOMENDAÇÕES	43
7.3 LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO	43
7.4 INVESTIGAÇÕES FUTURAS.....	44
7.5 FECHO.....	44
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 45
METODOLOGIA CIENTÍFICA:.....	45
LIVROS:.....	45
LEGISLAÇÃO:	46
TESES E OUTROS TRABALHOS:	47
SÍTIOS DA INTERNET:.....	47
OUTROS DOCUMENTOS:	48
 APÊNDICES.....	 49
ENTREVISTAS APLICADAS	50
APÊNDICE A - CARTA DE APRESENTAÇÃO	51
APÊNDICE B – GUIÃO DE ENTREVISTA APLICADA AO GRUPO A	52
APÊNDICE C – GUIÃO DE ENTREVISTA APLICADA AO GRUPO B	54
APÊNDICE D – ENTREVISTA AO SENHOR MAJOR NOBRE GRENHO.....	56
APÊNDICE E – ENTREVISTA AO SENHOR MAJOR LOPES ROSA	62
APÊNDICE F – ENTREVISTA AO SENHOR MAJOR LUÍS.....	68
APÊNDICE G – ENTREVISTA AO SENHOR MAJOR POUSA.....	72

APÊNDICE H – ENTREVISTA AO SENHOR MAJOR FALCÃO	76
APÊNDICE I – ENTREVISTA AO SENHOR CORONEL BORGES	79
APÊNDICE J – ENTREVISTA AO SENHOR TENENTE - CORONEL ALBANO PEREIRA ...	82
ANEXOS	88
ANEXO K - CARACTERÍSTICAS DOS MODELOS MECANICISTA E ORGÂNICO	89
ANEXO L - EXTRACTO DA LEI ORGÂNICA DA GNR	90
ANEXO M – EXTRACTO DO DESPACHO Nº 72/2008-OG	92
ANEXO N – EXTRACTO DO DECRETO REGULAMENTAR Nº.19/2008	95
ANEXO O – EXTRACTO DO DESPACHO Nº 32021/2008	98
ANEXO P – CANAL TÉCNICO E CANAL HIERÁRQUICO.....	101
ANEXO Q – EXTRACTO DO DECRETO REGULAMENTAR Nº 2/1995	102
ANEXO R - EXTRACTO DA NEP/GNR – 9.04CIC.....	104
ANEXO S - EXTRACTO DA NEP/GNR – 9.05 CIC.....	106
ANEXO T – ÓRGÃOS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NO COMANDO TERRITORIAL	108

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 5. 1: Caracterização da amostra.	24
Quadro 6. 1: Respostas à questão nº 1 do guião dirigido ao grupo A.	25
Quadro 6. 2: Respostas à questão nº 2 do guião dirigido ao grupo A.	26
Quadro 6. 3: Respostas à questão nº 3 do guião dirigido ao grupo A.	27
Quadro 6. 4: Respostas à questão nº 4 do guião dirigido ao grupo A.	28
Quadro 6. 5: Respostas à questão nº 5 do guião dirigido ao grupo A.	29
Quadro 6. 6: Respostas à questão nº 6 do guião dirigido ao grupo A.	30
Quadro 6. 7: Respostas à questão nº 7 do guião dirigido ao grupo A.	31
Quadro 6. 8: Respostas à questão nº 8 do guião dirigido ao grupo A.	32
Quadro 6. 9: Respostas à questão nº 9 do guião dirigido ao grupo A.	34
Quadro 6. 10: Respostas à questão nº 1 do guião dirigido ao grupo B.	35
Quadro 6. 11: Respostas à questão nº 2 do guião dirigido ao grupo B.	36
Quadro 6. 12: Respostas à questão nº 3 do guião dirigido ao grupo B.	36
Quadro 6. 13: Respostas à questão nº 4 do guião dirigido ao grupo B.	37
Quadro 6. 14: Respostas à questão nº 5 do guião dirigido ao grupo B.	38
Quadro 6. 15: Respostas à questão nº 6 do guião dirigido ao grupo B.	39
Quadro K. 1: Características das organizações mecânicas e orgânicas	89
Quadro R. 1: Orgânica do Núcleo de Investigação Criminal do Destacamento Territorial	105
Quadro S. 1: Orgânica da Equipa de Investigação e Inquérito do Posto Territorial	107

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura P. 1: Canal técnico e canal hierárquico101

Figura T. 1: Órgãos de investigação criminal no Comando Territorial108

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

<i>Apud:</i>	Citado em (usado no fim do parágrafo)
art.º:	Artigo
CDF:	Comando da Doutrina e Formação
CO:	Comando Operacional
CPP:	Código de Processo Penal
CTer:	Comando Territorial
DAIC:	Divisão de Análise e Investigação Criminal
DC:	Divisão de Criminalística
DI:	Direcção de Informações
DIC:	Direcção de Investigação Criminal
DR:	Decreto Regulamentar
DTer:	Destacamento Territorial
EG:	Escola da Guarda
EII:	Equipa de Investigação e Inquérito
Et al.:	<i>et aliae</i> (e outros - para pessoas)
Etc:	<i>et cetera</i> (e outros – para coisas)
GNR	Guarda Nacional Republicana
H:	Hipótese
IC:	Investigação Criminal
<i>In:</i>	Citado em (usado no início do parágrafo)
INTREQUEST:	Pedido/Ordem de Pesquisa
LOGNR:	Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana
LOIC:	Lei de Organização da Investigação Criminal
NAIC:	Núcleo de Análise de Informação Criminal
NEP:	Norma de Execução Permanente
NTIC:	Núcleo de Tratamento de Informação Criminal
NUIPC:	Número Único de Identificação de Processo-crime
OPC:	Órgão de Polícia Criminal

PERINTREP:	Relatório Periódico de Informações
PSP:	Polícia de Segurança Pública
PTer:	Posto Territorial
RELIM:	Relatório Imediato
RELNOT/RELINF:	Relatório de Notícias/Relatório de Informações
SI:	Sistema de Informação
SIED:	Sistema de Informações Estratégicas de Defesa
SIIOP:	Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia
SIS:	Sistema de Informações de Segurança
SITREP:	Relatório de Situação Diária.
SOIIRP:	Secção de Operações Informações, Instrução e Relações Públicas
TIA:	Trabalho de Investigação Aplicada
UAF:	Unidade de Acção Fiscal
UCC:	Unidade de Controlo Costeiro
UI:	Unidade de Intervenção
UNT:	Unidade Nacional de Trânsito
USHE:	Unidade de Segurança e Honras de Estado
ZA:	Zona de Acção

EPÍGRAFE

*“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
muda-se o ser, muda-se a confiança;
todo o mundo é composto de mudança,
tomando sempre novas qualidades.
Continuamente vemos novidades,
Diferentes em tudo da esperança;
e do bem se algum houve a saudade.
O tempo cobre o chão de verde manto,
que já coberto foi de neve fria,
e de mim converte em choro o doce canto.
E, afora este muda-se cada dia,
Outra mudança faz de amor espanto,
Que não se muda já como a soía.”*

Luís Vaz de Camões

CAPÍTULO 1 – APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

1.1 INTRODUÇÃO

1.1.1 FINALIDADE

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) surge no âmbito da estrutura curricular dos cursos ministrados na Academia Militar e é subordinado ao tema “As informações e investigação criminal na GNR”.

O aproveitamento final do aluno da Academia Militar depende de uma apreciação positiva do TIA o qual coincide com o término do curso cuja duração é de cinco anos.

Destina-se à obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares na especialidade de Segurança e tem como principais objectivos desenvolver nos alunos competências investigatórias no âmbito das ciências sociais e proporcionar-lhes uma aproximação à instituição que pretendem integrar, através de uma reflexão sobre um tema relacionado com a mesma.

1.1.2 ESCOLHA E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

A escolha do tema teve por base o interesse pessoal do autor pelas duas grandes vertentes que o compõem, as informações e a investigação criminal (IC), mesmo não possuindo à data da sua escolha um conhecimento sustentado acerca do mesmo que permitisse partir para um trabalho desta dimensão. Isto levou necessariamente à *posteriori* a um esforço considerável da parte do investigador em adquirir esse conhecimento para poder levar a cabo este estudo de carácter exploratório.

Trata-se de um tema que já tem sido alvo de estudos anteriores embora não nesta perspectiva, no entanto mantém-se actual e assume relevante importância no contexto da recente reestruturação da GNR (doravante também designada por Guarda).

As informações são importantes para manter e desenvolver as organizações. Em especial nas organizações militares estas assumem uma ainda maior importância pois permitem qualificar as decisões dos seus comandantes ou chefes.

Como consequência da actual diversidade e complexidade de crimes e de métodos utilizados pelos criminosos para alcançarem os seus objectivos, sendo a IC uma actividade exclusiva dos Órgãos de Polícia Criminal (OPC) e tendo a Guarda essa atribuição, torna-se necessária a existência de uma estrutura dotada de capacidades adequadas para lhe fazer face. Assim é evidente a importância destas duas vertentes na estrutura da GNR e torna-se pertinente estudar a coordenação entre elas tendo em vista um objectivo comum – garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos.

1.1.3 DELIMITAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO E DO OBJECTIVO GERAL

Dada a grande abrangência do tema e as limitações para o abordar, houve necessidade de formular um problema ou pergunta de partida¹, com o objectivo de o restringir a pontos essenciais onde a investigação devesse incidir. O conhecimento do investigador não foi suficiente para problematizar o tema de forma sustentada, pelo que foi decisivo realizar diversas entrevistas informais² com vários Oficiais detentores de uma vasta experiência em assuntos relacionados com o tema de forma a compreender diversos factos relacionados com a realidade da Guarda.

Assim, após uma fase exploratória, concluiu-se que existem na estrutura de comando da Guarda dois órgãos que trabalham essencialmente com informações, a Direcção de Informações (DI) e a Direcção de Investigação Criminal (DIC). Embora se trate de diferentes tipos de informações, estas por vezes entrecruzam-se. Ao nível das Unidades Territoriais designadas por Comandos Territoriais (CTer) estas duas estruturas estão concentradas na Secção de Operações, Informações, Instrução e Relações Públicas (SOIIRP) onde o mesmo Oficial é responsável pelas duas áreas, sendo em simultâneo Oficial de Informações e Oficial de IC.

Neste sentido o objecto de estudo deste trabalho de investigação compreende as informações e a IC na GNR, tendo em vista averiguar quais as necessidades de coordenação entre as duas estruturas. O objectivo geral é identificar eventuais necessidades de instrumentos de coordenação, especialmente a nível operacional, respondendo à questão “Face à reestruturação da GNR de que meios de coordenação³ carecem as Direcções de Informações e de Investigação Criminal?”, pergunta de partida para a realização do estudo.

¹ Fio condutor a partir do qual se desenvolve todo o trabalho (Quivy & Campenhoudt, 2008)

² “O entrevistado fala livremente sobre o tema e vários assuntos relacionados, não havendo um Guião” (Sarmiento, 2008, p.17)

³ Acto de organizar e orientar um projecto ou o trabalho de uma equipa (Dicionário de Língua Portuguesa, 2009)

1.1.4 OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

Para dar resposta ao problema formulado, visando o enquadramento teórico do tema e a realização do trabalho de campo, definiram-se os seguintes objectivos específicos:

- Enquadrar teoricamente as informações e a IC em geral tendo por base estudos já efectuados neste âmbito;
- Enquadrar as informações na estrutura da GNR;
- Enquadrar a IC na estrutura da GNR;
- Identificar eventuais dificuldades de coordenação entre a DI e a DIC.
- Apresentar soluções para eventuais dificuldades de coordenação que existam, especialmente a nível operacional.

1.1.5 PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO

Face aos objectivos apresentados surgem algumas questões às quais é necessário responder para solucionar a problemática suscitada:

- Será que a reestruturação da GNR veio contribuir para uma melhor coordenação entre a DI e a DIC?
- Para além do Sistema Integrado de Informações Operacionais de Policia (SIIO) que outros meios de coordenação podem existir entre as duas Direcções?
- Para onde são encaminhadas as informações que chegam ao CTer vindas dos Destacamentos e Postos?
- Sendo a análise de informações uma actividade imprescindível, quer na área das informações quer na área da IC, como se assegura a análise de informações nas duas vertentes?
- Até que ponto a distância geográfica que separa as Direcções dificulta a coordenação entre as mesmas?
- De que forma a DI e a DIC contribuem para a prevenção criminal e para o combate à criminalidade?

1.2 METODOLOGIA

Após a delimitação do objecto de estudo e da definição da pergunta de partida, seguiu-se uma fase exploratória com o objectivo de alcançar uma noção geral do estado do tema. Neste sentido foram realizadas diversas entrevistas de carácter exploratório a Oficiais detentores de um vasto conhecimento sobre esta temática. Quivy & Campenhoudt (2008, p.69) enfatizam que “as entrevistas exploratórias contribuem para descobrir os aspectos a ter em conta e alargarem ou rectificarem o campo de investigação das leituras”.

Posteriormente procedeu-se à análise dos documentos legais que sustentam as abordagens expressas ao longo do trabalho. Realizou-se uma consulta bibliográfica, através do recurso a várias obras, desde livros a outros estudos já elaborados relacionados com o tema. Esta pesquisa realizou-se nos seguintes locais: Biblioteca Nacional; Biblioteca da Universidade de Coimbra; Biblioteca do Instituto de Estudos Superiores Militares; Biblioteca do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna; Biblioteca da Escola da Guarda. Foram também realizadas várias consultas a sítios na internet onde se encontra informação sobre o tema.

A segunda parte do trabalho corresponde ao trabalho de campo. Nessa fase optou-se por um método de recolha de informação baseado na realização de inquéritos por entrevista a Oficiais da Guarda que desempenham cargos directamente ligados às informações e à IC. A metodologia será desenvolvida na segunda parte do trabalho aquando da apresentação e caracterização do trabalho de campo.

1.3 ESTRUTURA

A estrutura formal do trabalho está de acordo com a que é proposta por Sarmiento (2008) adaptada às orientações para redacção de trabalhos escritos da Academia Militar (Academia Militar, 2008), assim o trabalho foi dividido em duas partes distintas. A primeira parte tem por objectivo o enquadramento teórico do tema, onde são apresentados e relacionados alguns conceitos teóricos relativos ao mesmo, tendo em conta a sua apresentação partindo do geral para o particular.

A segunda parte é essencialmente prática, são apresentados os resultados obtidos através da análise de conteúdo das entrevistas, a metodologia utilizada e a sua explicação. De seguida apresentam-se as conclusões finais deste estudo, é ainda dada a resposta às perguntas de investigação e são verificadas as hipóteses. Deste modo revelam-se algumas recomendações bem como propostas para futuras investigações.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO 2 – A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

Este capítulo é reservado à organização que se está a estudar e tem como objectivo enquadrar os conceitos que se transmitem ao longo do trabalho. É feita uma abordagem à GNR enquanto organização, história, missão, estrutura e suas características. Perante uma abordagem estrutural salienta-se o Comando Operacional (CO) por ser o órgão directamente relacionado com a problemática deste estudo.

2.1 A GNR COMO ORGANIZAÇÃO

Como forma de caracterizar a GNR enquanto organização torna-se pertinente fazer uma breve alusão ao conceito de organização. Embora não se trate de um conceito estanque, Ferreira, Neves e Caetano (2001) referiram que existem elementos comuns a qualquer organização: os indivíduos ou grupos de indivíduos; uma acção/interacção; objectivos organizacionais; uma estrutura; modalidades de funcionamento e limitação do comportamento dos indivíduos; e coordenação.

Gabriel *in* M. Cunha, Rego, R. Cunha, Cabral e Cardoso (2006) referiu que qualquer organização se caracteriza pela impessoalidade, hierarquia, dimensão, objectivos, eficiência, fronteiras, controlo e trabalho. Estas características distinguem-na de outros tipos de grupos sociais como sendo os adeptos de determinado clube de futebol, militantes de um partido político ou uma família.

Reflectindo sobre o que foi mencionado e tendo em vista a GNR adopta-se o seguinte conceito de organização: “conjunto de indivíduos expostos ao meio envolvente (ambiente), organizados e estruturados hierarquicamente, que agem individualmente e interagem entre si, para a prossecução eficiente, coordenada e controlada dos mesmos objectivos, de acordo com as regras estabelecidas” (Nogueira, 2008 p.5).

Segundo Burns e Stalker *in* Bilhim (2004) existem dois tipos de organização distintos: as mecanicistas e as orgânicas, sendo que o que as distingue é o ambiente externo que as

rodeia, a organização mecanicista caracteriza-se por ser estável, a orgânica caracteriza-se pela sua flexibilidade, inovação e mudanças tecnológicas.

Face às principais características⁴ dos dois modelos organizacionais, constata-se que a GNR é claramente uma organização com uma estrutura mecanicista. O comportamento que se espera dos seus elementos está previsto em normas e regulamentos formalizados por escrito. As funções são atribuídas a pessoas que ocupam cargos específicos que estão rigidamente hierarquizados numa estrutura piramidal (Nogueira, 2008)

2.2 HISTÓRIA E MISSÃO

As origens da GNR remontam ao primeiro corpo de agentes policiais conhecido em Portugal, os «Quadrilheiros»⁵. Em 1801 foi criada a Guarda Real de Policia por Decreto do Intendente da Polícia Diogo Inácio de Pina Manique, esta força tinha características semelhantes às que hoje tem a GNR pelo que é considerada a sua verdadeira antecessora. Em 1834 foi criada a Guarda Municipal que extinguiu a Guarda Real de Policia. Em 12 de Outubro de 1910 foi extinta a Guarda Municipal e criada a Guarda Republicana. Em 3 de Maio de 1911 foi criada por Decreto a Guarda Nacional Republicana que deste então até hoje sofreu várias alterações, datando a última Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana (LOGNR)⁶ de 6 de Novembro de 2007 (informação disponível em www.gnr.pt).

A LOGNR no n.º1 do seu art.º 1º define a Guarda como “uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa”. O n.º2 do mesmo artigo atribui-lhe a missão geral de “assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da constituição e da lei”.

2.3 ESTRUTURA DA GNR

Tendo em conta a dimensão da recente alteração da estrutura da GNR torna-se pertinente caracterizar a estrutura que se encontra em vigor, esta foi estabelecida pela já

⁴ Ver Anexo K – Características dos modelos Mecanicista e Orgânico

⁵ Corpo com missão policial criado no século XIV pelo rei D. Fernando

⁶ Lei n.º 63/2007, de 6 de Novembro

referida Lei nº 63/2007 que no seu art.º 20 define uma estrutura geral que se articula em estrutura de comando; unidades e estabelecimento de ensino.

Especificando o que foi referido, segundo o art.º 21 da mesma lei, a estrutura de comando compreende o Comando da Guarda e os Órgãos Superiores de Comando e Direcção. O comando articula-se em: Comandante-Geral; 2º Comandante Geral; órgão de inspecção; órgãos do conselho e secretaria-geral. São Órgãos Superiores de Comando e Direcção o Comando Operacional (CO); o Comando da Administração dos Recursos Internos (CARI); o Comando da Doutrina e Formação (CDF)⁷.

Quanto às unidades existem as seguintes: Comando-Geral; Unidades Territoriais com a designação de Comandos Territoriais; unidades especializadas com as designações de Unidade de Controlo Costeiro (UCC), Unidade de Acção Fiscal (UAF) e Unidade Nacional de Trânsito (UNT); de representação com a designação de Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE); de intervenção com a designação de Unidade de Intervenção (UI). O estabelecimento de ensino é a Escola da Guarda (EG)⁸.

As Unidades Territoriais empenham a grande maioria do efectivo da GNR e concedem-lhe o estatuto de força de quadrícula disseminada pela totalidade do Território Nacional, existem tantas unidades territoriais quantos os distritos administrativos. Os CTer articulam-se em Destacamentos que de acordo com as suas funcionalidades podem ser de Trânsito, de Intervenção ou Territoriais. Para efeito do presente estudo serão apenas considerados os Destacamentos Territoriais (DTer) que por sua vez se articulam em Postos Territoriais (PTer) que são a base de toda a estrutura da Guarda.

2.3.1 ESTRUTURA DO COMANDO OPERACIONAL

Como já foi mencionado, o CO constitui um dos Órgãos de Comando e Direcção e está directamente dependente do General Comandante Geral. De acordo com o DR n.º19/2008, assegura o comando de toda a actividade operacional da Guarda e estrutura-se nas seguintes unidades orgânicas nucleares: Direcção de Operações; Direcção de Informações; Direcção de Investigação Criminal; Direcção do Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente; Direcção de Comunicações e Sistemas de Informação⁹. Para efeitos do presente trabalho terá especial relevância o estudo da DI e da DIC.

⁷ Ver Anexo L – Extracto da Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana

⁸ *Idem*

⁹ Ver Anexo N – Extracto do Decreto Regulamentar nº19/2008.

CAPÍTULO 3 – INFORMAÇÕES

Neste capítulo elencam-se alguns conceitos associados ao tema que servem de sustentação do trabalho de campo desenvolvido na parte II. Assim apresenta-se o conceito de informações, uma abordagem possível aos vários grupos de informações existentes e é caracterizado o ciclo de produção de informações. É ainda feita a caracterização das informações na GNR bem como do fluxo de informações policiais e do SIIOP.

3.1 CONCEITO DE INFORMAÇÕES

No nosso dia-a-dia deparamo-nos com a aquisição de dados da mais variada natureza (social, familiar, cultural, profissional, etc.), dados esses que podem ser notícias ou informações. Estes dois conceitos são frequentemente utilizados de igual modo dando ideia de que não existe diferença entre os mesmos, pelo que se torna pertinente clarificar a diferença entre notícia e informação.

Recorrendo ao Regulamento de Campanha de Informações do Exército Português (2006, p. I – 1 – 3) uma notícia *“é todo o dado não processado de qualquer natureza (facto, documento ou material) que pode ser usado na produção de informações. É um comunicado sobre o estado da situação que existe, ou que existiu, num determinado momento ou espaço. É de natureza indiscutível e pode estar relacionada com acontecimentos do passado ou do presente, sendo histórico ou actual”*.

Segundo o Manual de Informações da EG (2008, p.7), notícia “é uma matéria-prima ainda não processada, podendo ser quaisquer factos, documentos, materiais, que aumentem o nosso conhecimento sobre determinada matéria. Pode ser falsa ou verdadeira, precisa ou imprecisa, positiva ou negativa, pertinente ou não pertinente”.

Assim, pode dizer-se que uma notícia é um conjunto de dados abstractos acerca de algo, que ainda não foram sujeitos a um processamento para que sejam averiguadas as características anteriormente referidas.

Ainda de acordo com o Manual a Informações da EG (2008, p.7) pode definir-se informação como sendo “o resultado da notícia, depois de devidamente processada e analisada. É o produto resultante da pesquisa, estudo e interpretação das notícias, que aumentam o conhecimento sobre determinada matéria (seja do adversário, do seu modo de actuação ou da área onde se encontra) ”.

O Regulamento de Campanha de Informações do Exército Português (2006. p. I – 1 - 4) enfatiza que *“as informações divergem das notícias na medida em que, sendo resultado de um processo subjectivo de opinião, não são inequívocas e são abertas a discussão. A confrontação de mais de uma notícia entre si ou com uma base de dados e as conclusões obtidas por parte de analistas é o “processo” analítico, que está na base da produção de informações a partir da notícia”*.

Com isto, pode dizer-se que informações ou *intelligence*¹⁰ é o resultado final do processamento de várias notícias.

Segundo Shulsky *in* Medeiros (2001) o conceito de informações poderá ser entendido numa tripla perspectiva: informações como um **produto**, entenda-se este produto como o resultado do processamento de notícias referentes a nações estrangeiras, a forças ou elementos hostis ou potencialmente hostis e as áreas de operações actuais ou potenciais; informações enquanto conjunto de **actividades** que se destinam a obter o conhecimento sobre grupos ou indivíduos hostis ou potencialmente hostis, que pratiquem actos ilícitos, ou sobre os locais de operações actuais ou potenciais; por fim, informações no sentido dos **órgãos** responsáveis por aquelas actividades de obtenção ou negação do conhecimento.

Outro conceito associado ao de informação é o de contra-informação, que “é um conjunto de medidas destinadas a salvaguardar as nossas actividades, possibilidades e intenções, pessoas, materiais e instalações contra actividades adversas” (Cardoso, 2004, p.17).

De acordo com o Manual de Informações da Escola Prática da Polícia de Segurança Pública - PSP (2001) as informações no meio policial têm dois grandes objectivos. O primeiro objectivo é auxiliar os comandantes ou chefes a tomarem decisões convenientes, do que resultará facilidade para o cumprimento das missões dos subordinados. O segundo objectivo das informações consiste em esconder aos olhos do adversário os nossos próprios planos e actividades.

3.2 CICLO DE PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES

O ciclo de produção de informações pode ser compreendido como um conjunto de actividades encadeadas que integram um processo técnico cujo início se verifica quando se produz uma necessidade de informações. Segundo (Medeiros, 2001 p.21) “uma vez obtida essa informação, será transformada até suprir a necessidade de informações e por último, colocada à disposição de quem dela precisa ou tenha requerido”.

¹⁰ Conceito anglo-saxónico utilizado para definir informação ou informações, sendo o produto resultante do processo analítico de vários dados ou notícias (David Carter *apud* Moleirinho 2007b)

Tal como pressupõe a própria designação, de ciclo, constantemente orientado pela missão da Unidade, este deve ser contínuo, isto é, “ao mesmo tempo que está a ser planeada a pesquisa de novas notícias, notícias já pesquisadas estão a ser processadas, enquanto se exploram os resultados de outras notícias anteriormente processadas” (Escola Prática da PSP, 2001 p.11).

De acordo com o conceito apresentado pelo Manual de Informações da EG e igualmente pelo Manual de Informações da Escola Prática da PSP o ciclo de produção de informações compreende quatro fases: 1-Orientação do esforço de pesquisa; 2-Pesquisa de notícias; 3-Processamento das notícias; 4-Exploração da informação.

A orientação do esforço de pesquisa consiste em determinar quais as informações necessárias e as suas prioridades com base nos elementos essenciais de informação¹¹ e em outros elementos de informação¹². A comparação das necessidades de informação com as possibilidades dos órgãos de pesquisa disponíveis é processada através da elaboração de um plano de pesquisa, do qual resulta a expedição de ordens e pedidos de pesquisa de notícias.

A pesquisa de notícias consiste na exploração sistemática das fontes ou origens de notícias pelos órgãos de pesquisa e o envio das mesmas à repartição ou secção de informações interessada. Os órgãos de pesquisa não devem limitar a sua actividade à pesquisa de notícias referidas nas ordens e pedidos que recebem.

O processamento das notícias em si compreende três etapas. A primeira etapa é o registo, que visa a ordenação sistemática das notícias para facilitar a posterior conversão em informações. A segunda etapa é o estudo da notícia e tem em vista determinar a pertinência da notícia, avaliar a confiança que merece a origem ou o órgão de pesquisa bem como a verosimilhança da notícia. A terceira etapa é a interpretação, serve para determinar o significado da notícia relativamente à situação existente e subdivide-se em três fases: a análise através da qual se individualiza os dados mais relevantes da notícia; a integração, cujo propósito será o de combinar os elementos individuais obtidos pela fase antecedente com os elementos correspondentes de outras notícias, de modo a se obterem sínteses lógicas; por último, a dedução de conclusões, enquanto corporização do produto final obtido – as informações.

A última fase do ciclo denomina-se exploração da informação e consiste na maximização do rendimento do produto obtido. Este objectivo é alcançado através da revelação da

¹¹ Informações sobre o adversário ou características da área de operações que devem ter a máxima prioridade na obtenção uma vez que por si só, poderão comprometer o cumprimento da missão.

¹² Informações sobre o adversário ou as características da área de operações que por si só não afectam o cumprimento da missão, mas poderão afectar a forma como será cumprida.

informação ao seu consumidor final, que decidirá se deve ou não proceder à sua difusão. O objectivo da difusão é garantir que as informações cheguem às entidades a que possam interessar em tempo oportuno e deve obedecer a critérios de oportunidade, segurança, forma, rapidez, prioridade e de necessidade de saber. A forma como é feita a difusão de informações depende das normas definidas por cada instituição em concreto.

Tudo o que foi anteriormente exposto acerca das fases do ciclo de produção de informações teve por base os manuais de informações da EG e da Escola Prática da PSP.

3.3 TIPOLOGIA DAS INFORMAÇÕES

De entre o vasto campo das informações destacam-se com maior importância “quatro grandes segmentos de informações: militares e de segurança; políticas e sociais; económicas e empresariais; e científicas e tecnológicas” (Moreira, 2004 p.223).

Perante estes segmentos de informações aquele que se insere no âmbito do presente trabalho é o militar e de segurança que “está directamente ligado com as questões nucleares de soberania, segurança, defesa e afirmação dos Estados” (Moreira, 2004 p.223). A utilização das informações ao serviço das forças de segurança é um desenvolvimento das informações militares que remontam à antiguidade, podendo encontrar-se referências às mesmas nos textos de Sun Tzu (Moleirinho 2007b).

O segmento das informações militares e de segurança abrange as informações policiais, que constituem o principal objecto de estudo do presente trabalho, no entanto, é possível fazer uma distinção entre informações policiais e informações de segurança.

“Estando em planos diferentes, as informações policiais são o conjunto de informações destinadas ao cumprimento das missões policiais legalmente estabelecidas, situando-se a um nível instrumental, mais estratégico-operativo, com fim de suportar a actividade das estruturas operacionais. Por outro lado, as informações de segurança têm como destinatários os órgãos de decisão política ou as chefias de topo das autoridades policiais” (Moleirinho, 2007a p.35).

O conceito de informações policiais, mesmo não sendo estanque, está relacionado com a segurança interna e com a actividade policial. Desta forma para se apresentar um conceito de informações policiais tem que necessariamente se recorrer ao conceito de informações anteriormente referido em 3.1 como sendo o resultado de notícias devidamente processadas e analisadas, mas agora com o “seu objecto limitado ao conhecimento intrínseco à prossecução dos fins inerentes à actividade policial” (Medeiros, 2001 p.14).

Segundo Martins (2007, p.6) as informações policiais podem também ser compreendidas como um “conjunto de dados, notícias, indícios ou provas, necessárias de forma a garantir a ordem e a tranquilidade pública, para realizarem a prevenção e a actuação ao nível da criminalidade”.

As informações policiais abrangem um outro grupo de informações considerado de grande relevância para a realização do presente trabalho, que são designadas por informações de IC ou informações criminais. Trata-se de informações que interessam no âmbito de um ou vários processos-crime ou inquéritos (L. Rosa, comunicação pessoal, 28 de Janeiro de 2009).

As informações criminais revestem-se de um carácter específico associadas a determinado crime em concreto, ao passo que as informações policiais têm um carácter mais abrangente e estão relacionadas com a análise de risco e de ameaça para as nossas forças e para a nossa instituição (N. Grenho, comunicação pessoal, 29 de Janeiro de 2009).

3.3.1 INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS E INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

Incluídos no conceito de informações existem dois planos de classificação, de acordo com o fim a que se destinam, as informações podem ser classificadas em estratégicas e operacionais (Medeiros, 2001).

As informações operacionais fundamentam-se em dados concretos e dizem respeito a uma situação actual. Segundo Medeiros (2001) estas informações constituem um instrumento de investigação, cujo limite temporal se circunscreve tendencialmente ao presente e em que a sua validade é de curta duração, destinando-se, portanto, a ser utilizada num prazo de tempo relativamente curto, sob pena de se ver esvaziada a sua utilidade. Em termos práticos, a título de exemplo, podem considerar-se as informações relativas ao assalto a um posto de abastecimento de combustíveis.

As informações estratégicas apresentam-se como um instrumento de gestão. De acordo com Medeiros (2001 p.19) “fornecem uma perspectiva global do espectro e dimensão das actividades criminosas, no sentido de permitir às forças policiais a adopção de estratégias, medidas de longo prazo, portanto com o intuito de fazer face aos custos e efeitos globais do comportamento criminoso na sociedade”. Estas informações permitem orientar políticas criminais e, assim, a actividade policial.

3.4 INFORMAÇÕES NA GNR

3.4.1 AS INFORMAÇÕES NA ESTRUTURA DA GNR

De uma forma geral as informações são indispensáveis para dirigir correctamente qualquer actividade. A forma como decorrem todas as actividades que respeitam à sua produção e exploração têm enorme importância em todos os organismos de grande dimensão especialmente nos de carácter militar ou policial, exigindo então, nestes casos, a criação de departamentos ou órgãos especializados que organizem e forneçam, em tempo oportuno, todas as informações de interesse para os respectivos chefes, directores ou comandantes.

No dispositivo da GNR são vários os órgãos, a cada nível, com responsabilidade na área das informações. Assim, e do topo para a base, surge a DI que constitui uma unidade orgânica do CO. Entre outras competências da DI destacam-se como mais importantes, tendo em conta o objectivo deste trabalho as seguintes: proceder à pesquisa, análise e difusão de notícias e informações com interesse para a missão da Guarda; proceder à difusão de notícias e de informações às forças e serviços de segurança e a outras entidades a quem, nos termos da lei, devam ser comunicadas; apoiar as unidades da Guarda na recolha de notícias necessárias ao cumprimento das suas missões; orientar superiormente o esforço de pesquisa de notícias com interesse para a missão da Guarda; proceder à identificação, análise e avaliação de riscos específicos associados ao cumprimento das missões da Guarda e centralizar, manter e assegurar o desenvolvimento e manutenção do SIOP¹³.

A DI integra a Divisão de Informações e a Divisão de Contra-Inteligência e Segurança cujas competências se encontram plasmadas nos artigos 12º e 13º do Despacho n.º 32021/2008 GNR¹⁴.

Ao nível das Unidades Territoriais (CTer) o órgão de informações encontra-se na SOIIRP, onde existe um Oficial com o posto de Major responsável pelas áreas de informações e investigação criminal¹⁵. No âmbito das informações compete à SOIIRP, na sua Zona de Acção (ZA), orientar superiormente o esforço de pesquisa de notícias com interesse para a missão da Guarda, proceder à identificação, análise e avaliação de riscos específicos associados ao cumprimento das missões da Guarda e proceder à reunião, análise e difusão de notícias necessárias ao cumprimento da missão geral da Guarda.

¹³ Ver Anexo N – Extracto do Decreto Regulamentar nº19/2008

¹⁴ Ver Anexo O – Extracto do Despacho n.º 32021/2008 GNR

¹⁵ Ver Anexo M - Extracto do Despacho nº72/08 GNR

As SOLIRP orientam a acção dos órgãos de pesquisa do respectivo CTer e também a exploração sistemática de todas as origens, nomeadamente todos os militares do dispositivo, a melhor fonte de informações, atendendo à dispersão e cobertura territorial de que a Guarda dispõe (N. Grenho, comunicação pessoal, 29 de Janeiro de 2009).

3.4.2 FLUXO DE INFORMAÇÕES POLICIAIS NA GNR

Em qualquer organização existe fluxo de informações, que pode ser entendido como um processo de transferência de informações entre um emissor e um receptor.

A GNR não constitui excepção, sendo a difusão de notícias e de informações assegurada através de vários documentos: Relatório Imediato (RELIM); Relatório de Notícias/Relatório de Informações (RELNOT/RELINF); Pedido/Ordem de Pesquisa (INTREQUEST); Relatório Periódico de Informações (PERINTREP); Relatório de Situação Diária (SITREP).

O RELIM é uma mensagem redigida sempre que necessário, nomeadamente no caso de ocorrências de criminalidade grave e violenta, acções armadas contra a Guarda, feridos ou mortos causados por actuação da Guarda e apreensões de relevo por qualquer escalão de comando. Contém notícias ou informações de valor tático imediato.

O RELNOT/RELINF é um relatório elaborado por todos os escalões de comando a partir de Destacamento e destina-se a dar conhecimento, tão breve quanto possível de uma notícia recolhida ou do desenrolar de um acontecimento (RELNOT) ou de uma informação – notícia(s) já processada(s) (RELINF). A sua difusão não dispensa a entidade que colheu a notícia da prévia elaboração de RELIM para a DI.

O INTREQUEST é um documento que é elaborado por qualquer escalão de comando a partir de Destacamento. Designa-se por Ordem de Pesquisa se for destinado a um escalão subordinado em relação ao que o envia, designa-se por Pedido de Pesquisa se o destinatário for um escalão igual ou superior àquele que o envia.

O PERINTREP é um relatório elaborado mensalmente em todas as Unidades e enviado à DI, que por sua vez elabora um PERINTREP com base nos que lhe são enviados e difunde a todas as Unidades bem como a órgãos exteriores à Guarda. Tem por finalidade dar a conhecer os aspectos relevantes da criminalidade, apresentando alguns dos seus casos mais significativos em cada uma das áreas que constituem o objecto de estudo e análise estatística, em ordem a fornecer aos órgãos de decisão as pistas para a definição de políticas de combate à criminalidade e aos comandos subordinados operacionais da

Guarda, as ferramentas para o planeamento e condução das operações nas respectivas zonas de acção.

O SITREP é um relatório elaborado pelas Unidades/Subunidades operacionais e destina-se a dar conhecimento ao escalão imediatamente superior dos factos que ocorreram nas 24 horas precedentes.

Tudo o que foi anteriormente referido em relação ao fluxo de informações na Guarda teve por base o Manual de Informações da EG (2008).

Para além dos documentos de difusão de informações referidos, a Guarda está neste momento a implementar em todo o dispositivo um sistema informático (SIOP)¹⁶ que vai permitir que a informação flua de forma mais simples porque todos os dados relativos aos relatórios de patrulha, aos autos de notícia levantados, a todos os relatórios de informação produzidos estarão automaticamente armazenados numa base de dados de consulta simples e disponíveis ao nível dos vários escalões conforme os perfis de acesso e a sua área de interesse (N. Grenho, comunicação pessoal, 29 de Janeiro de 2009).

Para que exista efectivamente fluxo é necessário que os referidos documentos circulem, o que na prática se processa através de dois canais de informações: o canal hierárquico e o canal técnico¹⁷.

O canal hierárquico compreende o fluxo das informações através dos diferentes escalões de comando obedecendo à estrutura hierárquica, o canal técnico permite, face à urgência e conteúdo da notícia ou informação que se pretende enviar, ultrapassar escalões de comando, isto possibilita por exemplo ao Destacamento enviar ou receber informações directamente da DI sem passar pelo CTer, “porque há certo tipo de informação que perde o seu valor se não for recebida com oportunidade e não pode estar sujeita aos prazos burocráticos da hierarquia” (N. Grenho, comunicação pessoal, 29 de Janeiro de 2009).

Para além do fluxo de informação mantido pelos documentos anteriormente mencionados, são utilizados outros meios de transmissão de informações, através de ligações telefónicas, da rede rádio e correio electrónico.

¹⁶ Ver Título 3.4.3

¹⁷ Ver Anexo P – Canal hierárquico e canal técnico

3.4.3 SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES OPERACIONAIS DE POLICIA

“O aumento crescente do volume de dados e de informação é reflexo directo da cada vez maior complexidade das organizações e da sociedade em geral. Daqui radica a necessidade absoluta da existência de sistemas que assegurem a recolha, armazenamento, processamento, consulta e comunicação da informação necessária para o desenvolvimento desejado das suas actividades”. (Varajão, 2005 p.56).

O autor anteriormente citado refere-se à necessidade da existência de Sistemas de Informação (SI) no seio das organizações. Silva (2003 p.2) definiu SI como sendo “um conjunto de aplicações que partilham dados entre si, os referidos SI são tanto mais úteis para o utilizador quanto maior o número de integrações que tiverem com outras aplicações, ou seja, quantas mais integrações possuírem mais eficaz será o sistema”.

“Este tipo de sistemas caracterizam-se por não serem estáticos e envolverem mudança nas pessoas, na informação e na tecnologia. Ao serviço das Forças e Serviços de Segurança são um instrumento que permite otimizar o sistema de comunicação e o processo de decisão auxiliando os comandantes a decidirem num curto espaço de tempo”. (Martins, 2007 p.7).

Tendo como objectivo organizar, manter actualizada e disponível a informação proveniente da actividade operacional foi criado o SIIOP/GNR pelo Decreto Regulamentar (DR) n.º 2/95 de 25 de Janeiro. Segundo A. Pereira (2007) o SIIOP tem dois grandes objectivos: registo de informação; divulgação e acesso à informação.

Este sistema é um ficheiro constituído por dados relativos a bens jurídicos¹⁸ e de acordo com A. Pereira (2007) obedece aos seguintes princípios orientadores: **garantir a informação** recolhida na sua origem, com o SIIOP irá haver uniformização da recolha de informação e irá proporcionar um rápido acesso à mesma bem como um tratamento diferenciado de informação; preservar a **necessidade de saber**, só pode aceder à informação quem dela necessita e quem a ela tem direito; proporcionar a **permuta de informação**, que permite aos diversos escalões hierárquicos ter uma imagem contextual da situação de todo o sistema. Esta permuta é conseguida através da conjugação de dois princípios, permitir cruzamento de informação e disponibilizar o sistema, respectivamente; garantir a **inter-operacionalidade entre sistemas**, o que permite a troca de informação entre outros sistemas de informação.

De acordo com o art.º 9º do DR nº2/95 os dados presentes no SIIOP não permanecem no sistema *ad eternum*, têm uma duração máxima de 10 anos, podendo ser conservados por períodos subsequentes de 3 anos, caso existam razões que o justifiquem.

Para além do supra mencionado o SIIOP “irá libertar alguns efectivos em toda a estrutura da Guarda de uma tarefa que é a produção de estatística criminal que vai dar origem ao SITREP e ao PERINTREP” (N. Grenho, comunicação pessoal, 29 de Janeiro de 2009).

¹⁸ Ver Anexo Q – Extracto do Decreto Regulamentar n.º2/95 de 25 de Janeiro.

CAPÍTULO 4 – INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

A par das informações, a IC é a outra grande área que compõe o tema do trabalho. Neste capítulo é apresentado o seu conceito e é feita a caracterização da IC na Guarda abordando as três vertentes ou pilares que a constituem. Por fim é caracterizada a sua relação com as informações.

4.1 CONCEITO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

O vocábulo investigação tem origem na palavra latina “*investigatione*”, que significa acto ou efeito de investigar; inquirição; pesquisa. Pode ser entendida como a parte integrante do sistema policial dirigida á detecção científica do crime ou o acto de procurar o suspeito e averiguar a sua culpa (Alves, 2005). Este vocábulo é também interpretado sob a forma de um “olhar inquiridor sobre os vestígios deixados e os rastos não apagados de forma a que se chegue a uma verdade, a um conhecimento” (Gonçalves, *apud* Alves, 2005 p.2).

Na perspectiva de Oliveira (2004) a IC é uma actividade que está inserida nas medidas que qualquer sociedade ou Estado desenvolve para combater a criminalidade e reprimir o crime.

Em Portugal a actividade de IC é regulada pelo Código de Processo Penal (CPP) e pela Lei de Organização da Investigação Criminal (LOIC)¹⁹, em que o seu art.º 1º refere que a IC “compreende o conjunto de diligências que, nos termos da lei processual penal, se destinam a averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade e descobrir e recolher provas no âmbito do processo”, mas a redacção do artigo não esgota a definição de IC, a alínea b) do nº4 do art.º 3º do mesmo diploma refere que é competência dos OPC desenvolver as acções de prevenção e investigação da sua competência.

Desta forma podemos concluir que a IC tem uma dupla finalidade, por um lado a descoberta do crime e dos seus agentes e por outro lado a sua prevenção. Estas duas tarefas atribuídas à IC constituem duas ferramentas fundamentais para o combate à criminalidade, sendo este, o objectivo principal da IC e dos OPC (Gomes, Martins, Rosário & Pina, 2008).

¹⁹ Lei n.º 49/2008 de 27 de Agosto – Lei de Organização da Investigação Criminal

O conceito de IC apresentado no art.º. 1º da LOIC advém necessariamente da Lei Processual Penal, em que no n.º1 do seu art.º 262º refere que “o inquérito compreende o conjunto de diligências que visam investigar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a responsabilidade deles e descobrir e recolher as provas, em ordem à decisão sobre a acusação”. O n.º 2 do mesmo artigo refere que “(...) a notícia de um crime dá sempre lugar à abertura de inquérito”, logo conclui-se que a IC está sempre presente aquando da prática de um crime que dê lugar a procedimento judicial.

“A IC é composta por actos juridicamente pré-ordenados que são praticados por grupos de pessoas legal e legitimamente investidas, que seguem um modelo padronizado e sistemático, e que irão dizer se existiu ou não um crime, determinar os autores e reunir as provas necessárias a uma decisão” (Gonçalves et al., apud Alves, 2005 p.5).

Pela análise anteriormente feita pode constatar-se que os objectivos da IC são idênticos aos da fase processual inquérito, pelo que será lógico afirmar que a IC é o “motor de arranque e o alicerce do processo-crime que irá decidir pela condenação ou pela absolvição” (Valente, 2004 p.19).

4.2 INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NA ESTRUTURA DA GNR

A IC constitui uma atribuição da GNR prevista na sua Lei Orgânica e na LOIC. A sua estrutura está implementada desde a base até ao topo dos escalões hierárquicos, ou seja, desde os Postos até ao CO, de acordo com as funcionalidades orgânicas de cada escalão.

No topo da estrutura organizacional encontra-se a DIC, esta é um órgão do CO e entre as várias competências da DIC destacam-se as seguintes: “coordenar o funcionamento das actividades da Guarda em matéria de IC, nas vertentes operativa, criminalística e análise de informação criminal e proceder ao tratamento da informação criminal em coordenação com a DI e assegurar a difusão de notícias e elementos de informação”²⁰.

Por sua vez a DIC integra a Divisão de Análise e Investigação Criminal (DAIC) e a Divisão de Criminalística (DC). As competências de cada uma das referidas Divisões encontram-se previstas nos artigos 14º e 15º do Despacho n.º 32021/2008 GNR²¹.

Ao nível dos CTer a componente de apoio à decisão no âmbito da IC encontra-se na SOIRP, em que existe um Oficial com o posto de Major responsável pela área da IC em acumulação com a área das informações²². Entre outras atribuições compete à SOIRP

²⁰ Ver Anexo N – Extracto do Decreto Regulamentar n.º19/2008

²¹ Ver Anexo O – Extracto do Despacho n.º 32021/2008 GNR

²² Ver Anexo M – Extracto do Despacho n.º72/08 GNR

planear, coordenar e assegurar a supervisão do cumprimento da actividade operacional, nomeadamente no âmbito da IC, bem como proceder à pesquisa e análise de informação com interesse para a missão, designadamente de âmbito criminal²³.

A outra componente de IC no CTer, designada de componente de Apoio Operacional encontra-se na dependência do Comandante Territorial e subdivide-se em três órgãos: **Núcleo de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE)**, a este órgão compete a prevenção, acompanhamento e investigação de situações de violência exercida sobre as mulheres, crianças, idosos, acamados e outros grupos específicos de vítimas mais vulneráveis; **Núcleo de Apoio Operativo (NAO)**, a este compete satisfazer os pedidos das subunidades no âmbito da IC operativa, designadamente as actividades de vigilância e seguimento e de captação de som e imagem que exijam especiais meios técnicos; **Núcleo de Apoio Técnico (NAT)**, ao qual compete realizar as inspecções oculares e o adequado tratamento da prova, em apoio aos órgãos de IC operativa das subunidades²⁴.

Ao nível do escalão DTer, existe o Núcleo de Investigação Criminal (NIC), que é composto pelo chefe e os demais investigadores que podem variar entre 5 e 10 militares consoante a gravidade sócio-criminal da área de responsabilidade, o tipo e o número de postos existentes. Podem ainda ser constituídas equipas funcionais de acordo com as aptidões e apetência dos militares para a investigação de determinados tipos de crimes. Compete ao NIC DTer levar a cabo as investigações dos crimes para os quais a Guarda tem competência incluindo os crimes de droga, excepto os que forem da competência reservada de outros órgãos²⁵.

Ao nível do PTer existem as Equipas de Investigação e Inquérito (EII) estas equipas não possuem articulação orgânica, sendo assim é o militar mais antigo que assume a chefia da equipa e a interlocução com o Comandante de Posto. Nos Postos onde não existam EII a actividade de IC é assegurada pelo NIC do DTer ou pela EII de outro Posto. É da competência das EII do PTer investigar os crimes que se revistam de menor complexidade e que se enquadrem nas competências da Guarda, as EII do PTer não promovem investigações de crimes de droga²⁶.

Teve-se conhecimento, da existência de propostas da parte da DIC no sentido de efectuar algumas alterações na estrutura dos órgãos de IC dos Postos e Destacamentos, contudo estas propostas, à data da realização deste estudo, careciam ainda de aprovação superior, pelo que se encontram em vigor as estruturas em cima descritas.

²³ *Idem*

²⁴ *Idem*

²⁵ Ver Anexo R - Extracto da NEP/GNR – 9.04 CIC 15Abr03

²⁶ Ver Anexo S – Extracto da NEP/GNR – 9.05 CIC 09Out03

4.2.1 PILARES DE SUPORTE DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

A actividade de IC materializa-se em três vertentes que se podem também designar por três grandes pilares da IC e que constituem a função de polícia criminal: IC operativa; criminalística; análise de informação criminal (ponto 2 do Despacho nº7/03 de 21de Janeiro – GNR).

A vertente **operativa** é constituída pelos investigadores que estão no terreno, realizam inquéritos e estando em permanente coordenação com as autoridades judiciais, têm uma intervenção activa no processo e no seu desenrolar. Esta vertente engloba os elementos que efectuem seguimentos, escutas telefónicas, realizam buscas, recolhem provas, e todo um leque de acções capazes de produzir prova e peças processuais (Gomes, et al., 2008).

A vertente **criminalística** engloba os actos técnicos que não são feitos pelo investigador, e que pela sua complexidade técnica devam ser realizados por especialistas com formação, equipamentos e técnicas próprias. Garantem assim a qualidade destes actos, que podem ser decisivos para o desenrolar da investigação. Estão ainda incluídos na criminalística, as perícias e a análise dos vestígios recolhidos (Gomes, et al., 2008).

A vertente de **análise de informação criminal** consiste na recolha, tratamento e produção de informação. Cria-se estudos e documentos que poderão orientar o investigador no seu esforço de pesquisa. Nesta vertente é essencial para a Guarda desenvolver métodos apoiados em meios informatizados (Gomes, et al. 2008).

Estas três vertentes estão relacionadas e interligadas de forma a produzir um resultado comum, no entanto “embora não pareça a actividade de investigação criminal é eminentemente operativa e tem como apoio as outras duas actividades” (L. Rosa, comunicação pessoal, 28 de Janeiro de 2009).

Salienta-se que deve existir um trabalho de parceria próxima entre os militares que compõe a vertente operativa, estes conhecem os melhores métodos de obtenção de informação, e os militares da análise de informação criminal que sabem como gerir, compilar e analisar a informação (Moleirinho, 2007b).

Embora de acordo com o seu Despacho de criação, a estrutura de IC assente nestas três vertentes e até a data da recente reestruturação elas se encontrassem representadas separadamente nos escalões de comando a partir de Destacamento, actualmente isso não se verifica, tal como já foi referido ao nível do CO a DIC está dividida em DAIC – vertente operativa e de análise de informação, e DC – vertente de criminalística.

4.3 INFORMAÇÕES E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

Segundo Cardoso (2004, p.19) a actividade de informações envolve um processo complexo em que as “informações devem ser muito bem coordenadas e integradas, rápida, oportuna e apropriadamente difundidas” a quem tem essa necessidade, como é o caso da IC.

A IC também obtém informações que fornece a quem as precisa, inclusive aos órgãos de informações, segundo Moleirinho (2007a) deve ter-se em conta que a maior quantidade de informação relevante para a segurança do Estado é recolhida pelas polícias de cobertura territorial, como é o caso da GNR. Dessa informação a mais importante é frequentemente obtida pelos órgãos de IC através do decurso da sua actividade.

De facto as informações constituem um elemento fundamental para a IC, o próprio CPP refere os procedimentos que devem ser tomados em conta pelos elementos policiais que chegam primeiramente ao local onde foi cometido um crime e pelos elementos responsáveis pela inspecção judiciária e pela IC é a recolha de informações.²⁷

No âmbito da IC uma das funções basilares das informações policiais é a coadjuvação das investigações, através do apoio aos investigadores na orientação que devem dar às referidas investigações. Desta forma as informações têm um papel decisivo na IC “pois, por um lado, permitem, em última análise, a apresentação da prova imprescindível para confirmar ou infirmar a prática de um facto ilícito e, por outro, contribuir, em termos mais amplos, para a prevenção criminal” (Medeiros, 2001 p.41).

Após esta breve reflexão torna-se pertinente referir que para uma força de segurança com a dimensão e com as atribuições da GNR é essencial que exista uma simbiose entre a área das informações e a área da IC, de uma forma mais consistente R. Pereira (2005, p.6) referiu que “constituiria um lamentável equívoco (...) supor que não existe relação alguma entre informações e IC”. Referiu ainda que “as informações são instrumentais da IC” e as informações que interessam aos órgãos de informações por vezes desencadeiam processos judiciais respeitantes a crimes de mais diversa natureza.

De acordo com o art.º3 da LOIC compete à GNR enquanto OPC coadjuvar as autoridades judiciais na investigação e desenvolver acções de prevenção e investigação para as quais tenha competências ou que lhe sejam cometidas pelas autoridades judiciais. Segundo A. C. Pereira (comunicação pessoal em 18 de Fevereiro de 2009) a prossecução desta competência constitui o “produto final” que pode ser qualificado com a melhoria da coordenação entre as Informações e a IC.

²⁷ b) n.º2 art.º 249 do Código de Processo Penal

PARTE II – TRABALHO DE CAMPO

CAPÍTULO 5 – METODOLOGIA DO TRABALHO DE CAMPO

Após a realização do enquadramento teórico e para continuar com a prossecução dos objectivos específicos inicialmente elencados, segue-se o trabalho de campo. Este tem em vista a verificação dos conceitos teóricos apresentados na parte I aplicados à realidade da GNR. Neste capítulo são expostas as hipóteses de resposta às questões de investigação, é apresentada a metodologia adoptada na realização do trabalho de campo e é feita a caracterização do universo de análise e da amostra escolhida.

5.1 HIPÓTESES

Um trabalho de investigação assenta em hipóteses, que segundo M. Hill e A. Hill (2002, p.250) “derivam directamente dos objectivos da investigação”. Assim, face às perguntas de investigação levantadas em 1.1.5 e aos conceitos apresentados na parte I, formularam-se as seguintes hipóteses:

- H₁:** A reestruturação da GNR proporcionou uma melhor coordenação entre a DI e a DIC ao colocá-las na dependência do mesmo comando funcional.
- H₂:** Face ao atraso na implementação do SIIOP, a coordenação é mantida através da partilha de informações entre as Direcções. Ao nível dos CTer o Oficial responsável terá que garantir a coordenação entre as duas vertentes.
- H₃:** Estão claramente definidos os procedimentos relativos aos locais para onde devem ser encaminhadas as informações que chegam ao CTer (SOIIRP).
- H₄:** Ao nível das Direcções a análise de informações é feita por elementos especializados em gabinetes de análise, ao nível dos CTer a análise é feita na SOIIRP.
- H₅:** A distância geográfica entre as Direcções constitui um obstáculo à sua coordenação.
- H₆:** A actividade da DI está vocacionada para a prevenção criminal, a actividade da DIC está vocacionada para o combate à criminalidade (após a ocorrência).

5.2 MÉTODOS E TÉCNICAS

A realização de um trabalho de investigação pressupõe uma metodologia baseada em métodos e técnicas de recolha de informação, que após serem aplicadas permitem responder ao problema inicialmente apresentado e traduzido em hipóteses.

De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p.105) “a metodologia é o caminho para o desenvolvimento e concretização de um trabalho de investigação e permite a orientação necessária para percorrer e alcançar os objectivos definidos”.

No início do trabalho o investigador depara-se com um desafio que é a forma de abordar o seu problema. Atendendo a que nem todos os objectos de estudo permitem a obtenção de dados quantificáveis, torna-se necessário optar por outra abordagem que seja cientificamente correcta – a abordagem qualitativa.

Neste trabalho, uma vez que se pretende saber quais os meios de coordenação necessários entre a DI e a DIC, a abordagem qualitativa é a mais adequada para responder ao problema em questão. A referida resposta não se obtém pelo registo de dados que possam ser quantificáveis mas sim através da compreensão da realidade da instituição GNR.

A aproximação à realidade que se está a estudar foi possível com a realização de entrevistas semi-directivas²⁸ a Oficiais da GNR, com funções e cargos relacionados com o tema. Segundo Fortin (2003, p.245) “a entrevista é um modo de comunicação verbal entre o investigador e o entrevistado com o objectivo de colher dados relativos às questões de investigação formuladas (...) e pode servir de principal instrumento de medida de uma investigação”.

Os dados recolhidos através das entrevistas constituem a sustentação da parte prática do trabalho, permitem confirmar, ou não, as hipóteses e tirar as conclusões finais da investigação. As entrevistas foram realizadas tendo por base dois guiões²⁹ previamente elaborados de forma a garantir o rigor científico na aplicação do instrumento, no decurso dos meses de Janeiro e Fevereiro de 2009. As entrevistas foram gravadas e transcritas³⁰ com a autorização dos entrevistados. Após a aplicação das mesmas o seu conteúdo foi alvo de uma criteriosa organização para posteriormente se construírem quadros de análise para cada questão.

²⁸ Tipo de entrevista, também designada de semidirigida, caracteriza-se por ser tendencialmente longa, ter um número de perguntas reduzido, dirigidas predominantemente sobre a experiência do entrevistado no assunto em questão (Quivy & Campenhoudt, 2008).

²⁹ Ver Apêndices B, C – Guiões das Entrevistas

³⁰ Constituem os Apêndices: D até J

A escolha dos entrevistados levou à constituição de dois grupos distintos de oficiais aos quais foi aplicado um guião de entrevista diferente. Isto com o objectivo de obter respostas a questões de âmbito estratégico (relacionadas com as Direcções) e questões de âmbito operacional (relacionadas com a actividade de informações e IC nos CTer).

5.3 CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DE ANÁLISE E DA AMOSTRA

Para este tema o universo de análise é constituído pelos Oficiais da GNR que desempenham funções de comando ou direcção ou chefia directamente relacionadas com a área de informações e a área de IC. Perante este universo foi escolhida a amostra de acordo com o método de amostragem por conveniência³¹ e tendo em consideração os seguintes critérios:

- Cargos que os entrevistados ocupam;
- Conhecimento dos entrevistados sobre as áreas que compõem o tema;
- Experiência profissional relacionada com a realidade em questão;

Quadro 5. 1: Caracterização da amostra.

Grupo	Entrevistados	Posto	Função	Unidade
A	1	Major	Chefe da Divisão de Informações	Direcção de Informações/CO
	2	Major	Chefe da Divisão de Análise e Investigação Criminal	Direcção de Investigação Criminal/CO
	3	Major	Oficial de Informações e Investigação Criminal	Comando Territorial de Lisboa
	4	Major	Oficial de Informações e Investigação Criminal	Comando Territorial de Bragança
	5	Major	Oficial de Informações e Investigação Criminal	Comando Territorial de Vila Real
B	1	Coronel	Director de Informações	Direcção de Informações/CO
	2	Tenente - coronel	Director de Investigação Criminal	Direcção de Investigação Criminal/CO

³¹ “Neste método os casos escolhidos são os casos facilmente disponíveis” (M. Hill & A. Hill, 2002, p.49)

CAPÍTULO 6 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo vão ser apresentadas as respostas dadas a cada uma das questões que compõem os dois guiões que foram aplicados aos grupos de entrevistados A e B. Por uma questão de ordem de realização das entrevistas serão apresentadas em primeiro lugar as respostas dos entrevistados que constituem o grupo A e de seguida as respostas dos entrevistados do grupo B.

Para facilitar a compreensão dos dados obtidos através das entrevistas para cada questão foi construído um quadro de análise onde se encontram as respostas de todos os entrevistados. Estas são apresentadas de forma sucinta para evitar o excesso de informação, mas de forma a permitir a comparação crítica e discussão do seu conteúdo.

6.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS APLICADAS AO GRUPO A

Quadro 6. 1: Respostas à questão nº 1 do guião dirigido ao grupo A.

Questão	1. Como diferencia informações policiais de informações criminais?
Entrevistado	
Entrevistado 1	<ul style="list-style-type: none">- As informações policiais são de âmbito mais vasto, funcionam de forma mais proactiva antes da ocorrência e com uma função de assessoria do Comando para fornecer informação ao Comando sobre aquilo que se passa no dispositivo e dizer ao dispositivo a melhor forma de combater a actividade criminal (...) procuram identificar os perigos e as ameaças de forma geral.- As informações criminais são dirigidas a objectivos mais concretos e mais ligadas à IC, são mais reactivas e procuram descobrir o quem, o como, o onde, da situação após ela ter ocorrido para levar os criminosos à justiça.
Entrevistado 2	<ul style="list-style-type: none">- Informações policiais são todas aquelas do âmbito geral, abrangem todas as informações incluindo as criminais.- As informações criminais são aquele tipo de informações que interessam no âmbito de um determinado processo, determinado crime, ou inquérito.
Entrevistado 3	<ul style="list-style-type: none">- As informações policiais são mais abrangentes chegam-nos do escalão superior, com trabalho já desenvolvido com relatórios e com análises.- As informações criminais são mais específicas, são aquelas informações que surgem no âmbito do inquérito, no decorrer de determinado processo.
Entrevistado 4	<ul style="list-style-type: none">- As informações policiais têm uma área mais abrangente do que as informações criminais. Podem-se tratar informações policiais sem se estar a tratar de informações ligadas a um crime.- As informações criminais são mais restritas dizem respeito ao tratamento concreto da criminalidade, já numa situação de inquérito.

Entrevistado 5	<ul style="list-style-type: none"> - As informações policiais têm um carácter genérico no seio das variadas áreas de actuação da Guarda, revestindo-se, por isso, de um suporte fundamental para o sucesso das operações. - As informações criminais, têm um carácter mais específico, enquadrado sempre no âmbito processual penal, estão sujeitas às regras da confidencialidade e legalidade e subordinadas ao controlo constante por parte do Ministério Público.
-----------------------	---

Esta primeira questão dirigida ao primeiro grupo de entrevistados, teve como objectivo introduzir os mesmos ao assunto geral do trabalho. De acordo com Ferreira, M.M. e Carmo, H. (1998, p.135) é importante que “a questão inicial coloque o entrevistado no tema da conversa e que ajude a aquecer o ambiente relacional”. Trata-se de uma questão conceptual, que permite obter uma percepção acerca da sensibilidade dos entrevistados para diferenciar informações policiais e informações criminais.

Os entrevistados demonstraram uniformemente uma diferenciação de conceitos através das suas respostas, referindo que as informações policiais têm um carácter abrangente de aspectos gerais relacionados com a actividade policial e incluem as informações criminais que são mais específicas, estando associadas aos crimes em concreto. Isto vem reforçar aquilo que já foi referido sobre este assunto na primeira parte do trabalho.

Quadro 6. 2: Respostas à questão nº 2 do guião dirigido ao grupo A.

Entrevistado	Questão 2. De forma geral, como caracteriza a relação entre informações e investigação criminal?
Entrevistado 1	- As informações devem acima de tudo fornecer dados de trabalho à IC embora também recolham dela os dados sobre as ocorrências para poder fazer a análise da situação, do <i>modus operandi</i> dos autores, da análise de risco de zonas. Acima de tudo (...) as informações trabalham em apoio à IC.
Entrevistado 2	- Esta relação entre informações e IC tem que ser uma relação profícua, tem que ser uma relação que produza realmente informação.
Entrevistado 3	- Esta relação nem sempre é muito clara, mas considero que deve ser a mais produtiva possível, até porque daí advêm grandes vantagens para as duas áreas.
Entrevistado 4	<ul style="list-style-type: none"> - Na minha opinião deve existir uma relação eficaz para evitar que andem pessoas diferentes a fazer o mesmo. - Haveria toda a conveniência que em termos de instalações estivessem em locais de fáceis ligações, a comunicação deve ser permanente entre as duas vertentes.
Entrevistado 5	- As informações devem ser o pilar fundamental da IC, esta não terá sucesso se não se apoiar nas informações.

O objectivo desta questão era saber qual a relação que existe entre informações e IC de uma forma genérica. Os entrevistados afirmam que deve existir uma relação de

proximidade ou até de simbiose da qual resultam vantagens mútuas, o que não impede que trabalhem autonomamente. Referem ainda que deve existir uma comunicação permanente para que a relação seja a mais produtiva possível. Com esta análise pode constatar-se que existe uma relação de apoio e complementaridade entre informações e IC e que é de todo importante que esta relação se mantenha.

Quadro 6. 3: Respostas à questão nº 3 do guião dirigido ao grupo A.

Questão Entrevistado	3. Como caracteriza a actividade desenvolvida pela investigação criminal e a actividade desenvolvida pelas informações na GNR?
Entrevistado 1	<ul style="list-style-type: none"> - A actividade de IC é feita de forma metódica, sistemática e correcta. Até a esta última reestruturação a GNR tinha uma estrutura de IC que estava no bom caminho para estar ao nível de qualquer outra força como a Polícia Judiciária em termos dos métodos utilizados e da qualidade dos seus meios. - Relativamente à actividade de informações a DI produz relatórios de análise consistente e útil para facilitar o trabalho dos militares no terreno. Actualmente existem meios humanos com formação adequada nomeadamente em análise de informação. Os órgãos de pesquisa de informações são todos os militares da Guarda.
Entrevistado 2	<ul style="list-style-type: none"> - A actividade de IC é uma actividade eminentemente operativa embora com o apoio das outras duas actividades (análise de informação e criminalística), e trabalha no âmbito de um determinado processo, com um NUIPC atribuído. - A actividade de informações é uma actividade de apoio à decisão (...), faz-se a análise de risco e a análise da ameaça e isso é uma actividade de apoio à decisão.
Entrevistado 3	<ul style="list-style-type: none"> - As actividades desenvolvidas por estas duas áreas são duas linhas rectas que nunca se encontram. - As informações tratam de matérias abrangentes, mais estratégicas, relacionadas com o exterior da Guarda, mais virada para ameaças externas, relatórios do SIS, relatórios do SIED. - A IC preocupa-se mais com as informações vindas do dispositivo, da análise de casos concretos.
Entrevistado 4	<ul style="list-style-type: none"> - A actividade de informações é baseada nos RELNOT e RELINF, que são normalmente elaborados pelo escalão Destacamento, sujeitos a pouco tratamento e enviados via hierárquica para o CO. - A actividade da IC é praticamente só ao nível dos processos, ao nível dos inquéritos.
Entrevistado 5	<ul style="list-style-type: none"> - A actividade de IC está relacionada com os inquéritos, processos que lhe cabe investigar. - Em termos de informações, ao nosso nível (CTer) trabalha-se com os relatórios (RELNOT, RELINF) que encaminhamos para o CO.

Esta questão teve por objectivo obter uma percepção da actividade que é desenvolvida pela IC e pelas informações na instituição GNR. Perante esta questão os entrevistados 1 e 2 por inerência das funções que desempenham responderam de forma abrangente, de acordo com as actividades desenvolvidas no âmbito das informações e IC ao nível do CO. O entrevistado 3 considera que as actividades desenvolvidas pelas duas áreas são completamente distintas, o que também se pode constatar pela análise das respostas

dos restantes entrevistados. Os entrevistados 4 e 5 referem que ao nível do CTer a actividade de informações baseia-se no fluxo de relatórios (RELINF e RELNOT) e a actividade de IC baseia-se nos inquéritos que são realizados no âmbito dos processos.

Analizadas as respostas a esta questão pode-se concluir que se trata de actividades distintas, em que os órgãos de informações têm como finalidade receber, organizar, analisar a informação e difundi-la a quem tem necessidade, funcionando assim como actividade de apoio à decisão e como actividade orientadora da actividade operacional para os militares no terreno. A actividade de IC é essencialmente operativa e desenvolve-se no âmbito dos inquéritos.

Quadro 6. 4: Respostas à questão nº 4 do guião dirigido ao grupo A.

<div>Questão</div> <div>Entrevistado</div>	4. De acordo com a actual estrutura das Unidades Territoriais as áreas de informações e de investigação criminal estão concentradas no mesmo órgão (SOIIRP). Será que se obtém agora uma melhor coordenação entre as duas áreas e assim uma mais-valia para a instituição?
Entrevistado 1	- Se trabalharem em conjunto nas SOIIRP os indivíduos da IC e os de informações há vantagens na coordenação da informação, (...) se houver troca de informação a partir dos escalões intermédios, porque a informação muitas vezes diz respeito às mesmas situações.
Entrevistado 2	- A coordenação deve ser sempre feita, para que se consiga por um lado descobrir os autores do crime, por outro lado recolher a prova e levar isso a quem de direito. - Há (...) um problema, que é o facto de não havendo um responsável como havia até aqui pela área da IC, neste momento (...) não há nenhum Oficial que seja considerado autoridade de polícia criminal a não ser o Sr. Comandante de CTer e isto é um “obstáculo” que temos que ultrapassar porque pode levar a que a tal coordenação que esperamos que seja profícua pelo contrário cause entropia e não é isso que se pretende.
Entrevistado 3	- A junção das duas áreas no mesmo órgão do CTer irá contribuir para uma melhor coordenação das estruturas quer ao nível do CTer, quer ao nível superior, mas é necessário que a informação chegue de baixo (DTER e PTER). - O SIIOP irá permitir que o Comandante de DTER e depois a SOIIRP vão saber de muitas coisas que agora não sabem, aquilo que nos chega é pouco em relação ao que precisamos de saber.
Entrevistado 4	- Sendo a mesma pessoa que tem sobre a sua alçada as duas áreas, é lógico que há interesse em coordenar as coisas e de certeza absoluta que por aí poderão as coisas funcionar melhor.
Entrevistado 5	- Só esperamos que tal venha a acontecer. A IC tem que, forçosamente, caminhar apoiada nas informações, pelo que a coordenação entre ambas é fundamental e será melhor se estiverem mais próximas.

Esta questão teve por objectivo verificar se a junção da estrutura de informações e a estrutura de IC no mesmo órgão das Unidades Territoriais (SOIIRP), tendo o mesmo

Oficial responsável pelas duas áreas, contribuiu para uma melhor coordenação entre elas ao nível das Unidades e se essa coordenação se reflecte ao nível das respectivas Direcções no CO.

De forma geral os entrevistados referem de forma consensual que o facto de nos CTer os militares da estrutura de informações e os da estrutura de IC passarem a trabalhar em conjunto no mesmo órgão irá proporcionar uma melhor coordenação entre as duas vertentes e assim se prosseguirem os objectivos da instituição. O facto de o Oficial responsável pelas informações e IC no CTer não ter o estatuto de autoridade de polícia criminal é referido pelo entrevistado 2 como possível dificuldade de coordenação. A implementação do SIOP é referida como solução para eventuais falhas de coordenação que existam. Pode concluir-se que a concentração das informações e da IC na SOIRP permite uma melhor coordenação entre as duas vertentes, pois estão sob a égide do mesmo Oficial que a qualquer momento tem a possibilidade de difundir instruções de coordenação.

Quadro 6. 5: Respostas à questão nº 5 do guião dirigido ao grupo A.

<div>Questão</div> <div>Entrevistado</div>	5. A informação que é tratada ao nível do Comando Territorial é encaminhada para a Direcção de Informações ou para a Direcção de Investigação Criminal?
Entrevistado 1	<ul style="list-style-type: none"> - Ainda há algumas falhas devido à falta de algumas determinações mais precisas nem todos os CTer estão sensibilizados para esta matéria e por vezes há informação que vem endereçada só para a DIC ou só para a DI. - É necessário que haja uma coordenação no CO para garantir que a DI e a DIC forneçam orientações técnicas precisas a todo o dispositivo sobre como deve fluir a informação.
Entrevistado 2	<ul style="list-style-type: none"> - Depende das necessidades, o que se pretende é que a informação ascenda para a DI e para a DIC na medida que interesse a cada uma das Direcções, isto é, para a DI é toda a informação policial e para a DIC toda a informação criminal.
Entrevistado 3	<ul style="list-style-type: none"> - A informação está a ser enviada para os dois sítios, acho que faz todo o sentido que assim seja.
Entrevistado 4	<ul style="list-style-type: none"> - Depende de que informação se tratar, estamos muito dependentes neste momento de instruções que as Direcções venham a produzir.
Entrevistado 5	<ul style="list-style-type: none"> - Depende do tipo de informação, mas é mais para a DI.

Esta questão foi construída com o objectivo de compreender como funciona na prática o fluxo de informações entre o CTer e as Direcções de Informações e de IC. Os entrevistados 1 e 4 demonstram que existe uma necessidade de coordenação das duas Direcções de forma a determinar orientações técnicas precisas sobre como as

informações devem fluir e difundir essas orientações aos CTer. Os entrevistados 1 e 3 referem que as informações que chegam ao CTer devem ser enviadas para as duas Direcções. Os restantes entrevistados consideram que as informações devem ser enviadas para a DI e para a DIC conforme se trate de informações policiais ou informações criminais respectivamente. Como se depreende da análise das respostas a esta questão, existem CTer que enviam as informações que lhe chegam para as duas Direcções independentemente do tipo de informações que estejam em causa e outros que enviam as informações de acordo com a sua tipologia apenas para uma ou para outra Direcção.

Quadro 6. 6: Respostas à questão nº 6 do guião dirigido ao grupo A.

<div>Questão</div> <div>Entrevistado</div>	6. Na sua opinião que tipo de coordenação deve existir entre as informações e a investigação criminal no âmbito tático-operacional?
Entrevistado 1	<ul style="list-style-type: none"> - A este nível não tem necessariamente que haver grande coordenação porque a estrutura da IC (...) actua essencialmente após o cometimento do crime. - As informações trabalham antes disso para dizer ao dispositivo a forma como devem conduzir a prevenção, ou a melhor forma de evitar a actividade criminosa.
Entrevistado 2	<ul style="list-style-type: none"> - Ao nível tático aquilo que interessa fundamentalmente, são as informações criminais, (...) à partida não interessam as informações policiais, interessam as informações que no âmbito do processo permitam descobrir os autores do crime, a forma como o praticaram e recolher os meios de prova necessários para em juízo os poder condenar.
Entrevistado 3	<ul style="list-style-type: none"> - Sendo o mesmo Oficial o responsável pelas informações e pela IC a coordenação tem que ser garantida por ele, as informações que lhe chegam ele disponibiliza-as ao pessoal que trabalha com ele e disponibiliza-as aos Destacamentos via NIC.
Entrevistado 4	<ul style="list-style-type: none"> - Com esta reestruturação foi dado um enfoque muito grande aos Destacamentos, não ficando o CTer com nenhuma componente investigatória, portanto toda a informação que chegue ao CTer será através dos Destacamentos. - Só com a adaptação a esta nova realidade se irá constatar qual o tratamento que a SOIIRP vai fazer em termos de IC e em termos de informações, mas é sempre necessária uma coordenação que será garantida pelo Oficial responsável.
Entrevistado 5	<ul style="list-style-type: none"> - As informações depois de tratadas e analisadas devem constituir um apoio à IC, para que esta possa actuar operacionalmente. Portanto alguém tem que assegurar esta coordenação no CTer, será o Oficial responsável pelas duas vertentes.

Os entrevistados não se encontram totalmente de acordo no que concerne à necessidade de coordenação entre informações e IC ao nível tático-operacional. O entrevistado 1 considera que ao nível em causa não é necessário que haja coordenação entre as duas áreas, devido ao facto de a IC actuar após o cometimento do crime e a estrutura de

informações actuar antes da ocorrência do crime como forma de o evitar. Os restantes entrevistados de forma geral consideram que a coordenação entre informações e IC é necessária e deve ser garantida pelo Oficial responsável pelas duas vertentes.

Quadro 6. 7: Respostas à questão nº 7 do guião dirigido ao grupo A.

Questão	7. Admitindo que o SIIOP venha a ser um potencial meio de coordenação entre as duas áreas, que outros meios podem existir?
Entrevistado	
Entrevistado 1	- Até o SIIOP chegar, a coordenação entre a DI e a DIC tem que se basear na troca de relatórios escritos e a troca de informação em repositórios de dados, (...) contacto permanente por telefone entre os Oficiais das Direcções onde se trocam impressões sobre situações de coordenação em concreto, há reuniões formais de grupos de trabalho em termos da interoperabilidade do sistema de informações (SIIOP) em que se procuram obviar aspectos de coordenação.
Entrevistado 2	- De acordo com o Despacho nº32021 de 16 de Dezembro compete à Divisão de Análise e Investigação Criminal no artigo 14º: “proceder ao tratamento da informação criminal em coordenação com a DI e assegurar a difusão de notícias e elementos de informação respeitantes à mesma”, (...) todavia é preciso pensar que existem leis superiores em que no âmbito do processo não se pode partilhar e dar a conhecer aquilo que estiver ao abrigo do segredo de justiça (...).
Entrevistado 3	- Enquanto o SIIOP não estiver a funcionar em pleno terá que ser como vinha do antecedente (antes da reestruturação), teremos que ter alguém que olhe para o SITREP e que o analise, (...) que tente tirar dali mais alguma coisa sem ser só transformar aquilo em números que nos dizem que em determinado ano houve X crimes de violência doméstica e X crimes de furto, etc.
Entrevistado 4	- O SIIOP será uma mais-valia a nível dessa coordenação, para além disso, o facto de terem o mesmo chefe responsável pelas duas áreas já ele as pode coordenar para cada uma fazer o trabalho que ele achar mais conveniente, a nível do CTer existe essa vantagem.
Entrevistado 5	- Não há dúvidas de que com o SIIOP esta questão será muito mais simples, até lá o facto das duas vertentes se encontrarem na mesma área de Comando, é possível que seja bastante o tratamento e análise de uma, para servir de apoio à outra.

Esta questão pode-se considerar como uma das mais importantes pelo facto de estar directamente relacionada com o problema, foi construída com o objectivo de determinar em que meios pode assentar a coordenação entre as estruturas de Informações e de IC. As respostas à questão permitem que se compreendam os meios de coordenação a dois níveis: a um nível estratégico, do CO que compreende as duas Direcções através das respostas dos entrevistados 1 e 2; a um nível tático-operacional através das respostas dos entrevistados 3,4 e 5 que desempenham funções nas SOLIRP dos CTer.

Ao nível das Direcções, os entrevistados 1 e 2, referem que a coordenação será conseguida através da troca de informações entre as Direcções, contactos frequentes, por telefone entre os oficiais das Direcções, reuniões de grupos de trabalho que

envolvem as Direcções para agilizar procedimentos de coordenação e o próprio Despacho nº32021 de 16 de Dezembro. Ao nível das Unidades Territoriais, tal como referem os entrevistados 3,4 e 5, a coordenação entre informações e IC consegue-se através de uma exploração da análise das informações que chegam à SOIIRP (nomeadamente via SITREP) feita por elementos com formação adequada, de forma a identificar possíveis dados que tenham interesse para a IC e pelo facto de haver um Oficial responsável pelas duas vertentes que garantirá a coordenação. Todos os entrevistados de forma unânime referem que o SIIOP depois de concluída a sua implementação irá constituir o principal meio de coordenação entre as duas áreas .

Quadro 6. 8: Respostas à questão nº 8 do guião dirigido ao grupo A.

Questão	8. Sendo a análise de informações uma actividade imprescindível nas duas áreas, como se assegura a análise de informações nas duas vertentes?
Entrevistado	
Entrevistado 1	<ul style="list-style-type: none"> - Aqui na DI, a (...) Divisão de Informações tem um gabinete de análise que (...) tem neste momento cinco sargentos que trabalham continuamente a fazer a análise de elementos criminais por área de actuação ou por matéria de interesse. Ainda nem todos os elementos deste grupo têm o curso de analistas, e aqueles que tiraram foi o curso de análise de informação criminal. - Com a integração dos analistas nas SOIIRP o que se pretendia era que os CTer tivessem capacidade de fazer análise ao seu nível, só deveria subir á DI quando fosse algo que ultrapassasse a competência da ZA de um CTer. - Nos CTer houve uma ligeira desvirtuação (...) de toda a estrutura de IC e a integração do que eram os núcleos de análise nas SOIIRP corre o risco de fazer perder a capacidade que havia de investigação e análise, pois está dependente da sensibilidade dos Comandantes Territoriais em aproveitar os homens para as tarefas correctas, isto na prática os analistas de IC que têm o curso de analistas, alguns mesmo de informação criminal e que já tinham o curso de IC, (...) estão a fazer agora funções de mero expediente e arquivo nas SOIIRP, portanto pode-se estar a perder esta capacidade para a Guarda.
Entrevistado 2	-Nos CTer a análise de informações será garantida se houver indivíduos vocacionados para trabalhar informações policiais e outros para trabalhar informações criminais a trabalhar em conjunto debaixo do mesmo tecto. Isto sob a chefia do Oficial de Informações e IC do CTer.
Entrevistado 3	- Os analistas que antigamente pertenciam à Secção de Investigação Criminal foram colocados na SOIIRP, e será a mesma pessoa a fazer a análise de umas (informações criminais) e de outras (informações policiais). Existe um sargento e um guarda com formação adequada para fazer análise de informações.
Entrevistado 4	<ul style="list-style-type: none"> - Neste momento não está a ser assegurada, há um tratamento ainda incipiente, precisa de ser muito mais desenvolvida essa área. - Em termos de IC temos um Sargento recebe os autos de notícia julgados relevantes que são feitos a nível do CTer, analisa-os caso a caso e tenta ver se têm alguma ligação entre eles. Este sargento-ajudante tem formação em análise não só em Portugal mas também no estrangeiro mas sei que não é a realidade dos CTer. - Em termos de análise das informações policia não há aqui nenhum analista preparado para esse efeito.
Entrevistado 5	- A partir de agora (entenda-se a reestruturação da GNR), só será espectável que a análise das informações, no seio da mesma secção, funcione positivamente servindo a vertente da IC.

Atendendo a que a análise de informações é uma actividade de extrema importância quer para os órgãos de informações quer para os de IC, procurou-se saber de que forma é assegurada essa análise nas duas vertentes. O entrevistado 1 refere que ao nível do CO a DI tem cinco militares que de forma continuada fazem análise de informações de âmbito policial geral obedecendo aos critérios: área de actuação e matéria de interesse, embora nem todos estes militares tenham formação específica para desempenhar as referidas funções. O mesmo entrevistado refere ainda que contrariamente ao que se esperava que a reestruturação proporcionasse, com a integração dos analistas dos antigos Núcleos de Análise de Informação Criminal (NAIC) nas SOIIRP, os CTer não estão a fazer análise de informações ao seu nível, porque os referidos analistas estão empenhados em actividades de expediente e arquivo, o que constitui o risco de se perder a capacidade de análise nos CTer.

O entrevistado 2 aborda a questão referindo que a análise de informações nos CTer será garantida se na estrutura da SOIIRP existir um órgão a trabalhar em conjunto, constituído por elementos com formação para trabalhar com informações criminais e elementos com formação para trabalhar com informações policiais. Estes chefiados pelo Oficial de Informações e IC que se for necessário pode fazer uma última triagem das informações e enviar para a DI e DIC. Na resposta do entrevistado 2 está implícita uma necessidade de existência de funções diferenciadas para os vários militares, no seio da mesma secção.

As respostas dos entrevistados que desempenham funções de informações e IC nas SOIIRP dos CTer representam a realidade de cada CTer em concreto. Assim o entrevistado 3 considera que com a integração dos analistas na SOIIRP (sendo as mesmas pessoas a fazer a análise de informações criminais e policiais) se obterá uma melhor qualidade de análise, opinião esta partilhada pelo entrevistado 5. O entrevistado 4 refere explicitamente que a análise de informações na sua Unidade não está sequer a ser assegurada, principalmente no que respeita a informações policiais.

Através das respostas a esta questão conclui-se que ao nível da DI é assegurada a análise de informações da forma que já foi mencionada, ao nível da DIC pressupõe-se que também é assegurada através da Divisão de Análise e IC. Ao nível das Unidades Territoriais a análise de informações está muito aquém daquilo que seria desejado. Não se pode deixar de salientar que aquando da realização das entrevistas que permitiram obter estes dados, a actual estrutura da GNR tinha menos de um mês de existência pelo que se notam algumas incertezas nas respostas, pois o tempo de adaptação à nova estrutura não era ainda suficiente para permitir uma clara percepção acerca do funcionamento dos vários órgãos.

Quadro 6. 9: Respostas à questão nº 9 do guião dirigido ao grupo A.

Questão	9. Relativamente a aspectos de coordenação que considera que funcionam menos bem, tem alguma sugestão com vista a melhorar essa situação?
Entrevistado	
Entrevistado 1	<ul style="list-style-type: none"> - Ainda ocorrem várias situações em que a estrutura da IC está simultaneamente a trabalhar mesma situação que a estrutura de informações sem que uma tenha conhecimento do que a outra está a fazer, o que às vezes leva a desperdício de recursos porque está a trabalhar cada uma com sua parcela de informação. - Agora esperamos com a reestruturação ao tirar os indivíduos da análise do seu “ambiente natural” e os integrar na SOIIRP que permita que esses casos em que tenha funcionado menos bem deixem de existir.
Entrevistado 2	<ul style="list-style-type: none"> - Em relação aos militares que constituíam os NAIC e aos Núcleos de Tratamento de Informação Criminal (NTIC) era extremamente importante quer para as informações (...), quer para a IC aproveitar as pessoas que têm formação na área. Seria uma mais-valia ter esses indivíduos junto ao Oficial de Informações e IC para de alguma forma o ajudar, não só apoiando a decisão mas também operativamente.
Entrevistado 3	<ul style="list-style-type: none"> - A Guarda deveria fazer um esforço para colocar em cada CTer uma ferramenta como o <i>analyst notebook</i> ou outro semelhante que fosse mais barato. - Entendo que precisamos de colocar rapidamente o SIOP a trabalhar; - Temos que melhorar o SITREP que entrou em vigor agora no dia 1 de Janeiro e depois aqui no CTer tem que ser tratado de outra forma não só para transformarmos aquilo em estatísticas mas para também depois se poderem fazer relatórios e enviar aos Destacamentos e aos postos a informação tratada.
Entrevistado 4	<ul style="list-style-type: none"> - A forma como a coordenação vai ser feita terá que partir essencialmente do CO que têm as duas Direcções; tem que haver, uma ligação muito forte e um contacto frequente entre quem está nos CTer responsável por estas áreas e os responsáveis nas diferentes Direcções isso vai ser muito importante para que essa coordenação venha a ser melhor do que é neste momento.
Entrevistado 5	<ul style="list-style-type: none"> - Para que haja melhorias de coordenação no caso em questão, é fundamental possuir uma boa sala de situação, espaçosa, equipada e tecnologicamente preparada, de maneira a receber, analisar e estudar as informações, para posteriormente as encaminhar à IC, isto é, tem que se verificar uma completa simbiose entre o estudo e análise de informações e IC Operativa.

Esta questão foi construída com dois objectivos, por um lado procurar identificar aspectos de coordenação que funcionem menos bem e por outro lado recolher sugestões que permitam melhorar a referida coordenação. O entrevistado 1 refere que, por vezes, ocorrem situações que estão a ser tratadas em simultâneo pelo pessoal das informações e pelo pessoal da IC sem que tenham conhecimento, havendo assim um desperdício de recursos. Como solução para esta situação refere a integração dos analistas (dos antigos NAIC e NTIC) na SOIIRP a fazer análise de informações, essas situações não irão acontecer. O entrevistado 2 apresenta como sugestão, para que seja melhorada a coordenação, fazer um aproveitamento correcto dos militares com formação, que pertenciam aos antigos NAIC e NTIC, para que sejam colocados a fazer análise de informações nas SOIIRP. Os entrevistados 3 e 5 consideram que a coordenação pode ser melhorada se os CTer forem dotados de meios tecnológicos bem como de

instalações adequadas e devidamente equipadas tecnologicamente para se trabalharem as informações. Para que se obtenha uma melhor coordenação o entrevistado 3 sugere que se faça um tratamento diferente ao SITREP para que se retire dele maior quantidade de informação que permita fazer relatórios para posteriormente difundir às várias subunidades. O entrevistado 4 refere que é necessário que haja uma constante ligação entre o Oficial de Informações e IC do CTer e os Oficiais das diferentes Direcções.

Com esta análise conclui-se que existem situações em que a coordenação não é tão eficaz como desejado. Face a isto cada entrevistado apresentou sugestões de melhoramento de acordo com o seu conhecimento de causa e de acordo com as necessidades que sente.

6.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS APLICADAS AO GRUPO B

Quadro 6. 10: Respostas à questão nº 1 do guião dirigido ao grupo B.

Questão	1. A recente reestruturação da GNR contribuiu para uma melhor coordenação horizontal entre a Direcção de Informações e a Direcção de Investigação Criminal?
Entrevistado	
Entrevistado 1	- A nível territorial as estruturas estão mais integradas, a nível de cúpula há um factor que favorece, é facto de estarem debaixo do mesmo CO, portanto nessa medida qualquer necessidade de coordenação que extravase as duas Direcções está facilitada/agilizada pelo Comandante Operacional.
Entrevistado 2	- Com esta reestruturação criaram-se duas Direcções e mantêm-se próximas, (...) dependem é de um comando funcional. Podemos dizer que em relação aos aspectos específicos das informações e aos aspectos específicos da IC (...) o facto de haver um Comandante fomentando eventualmente medidas diferentes das que o Chefe do Estado Maior faria, porque um comandante mesmo que seja comandante funcional tem sempre mais competências do que o Chefe do Estado Maior no que toca a aspectos de coordenação, portanto pode ser que esse aspecto se torne favorável para a coordenação.

Nesta questão a resposta dos entrevistados é consensual ao referirem que com a reestruturação da GNR e consequente criação do CO do qual dependem as Direcções e ainda existência de um Comandante Operacional, este sempre que se verifique essa necessidade, por força das suas competências garante a coordenação entre as mesmas. O entrevistado 2 salienta o facto de o Comandante Operacional ter, relativamente ao Chefe de Estado Maior que existia na estrutura anterior, mais possibilidades de emanar instruções de coordenação. Assim depreende-se que a reestruturação da GNR contribuiu de positivamente para a coordenação entre as DI e a DIC.

Quadro 6. 11: Respostas à questão nº 2 do guião dirigido ao grupo B.

Questão Entrevistado	2. Qual a sua opinião relativamente à necessidade de melhorar a coordenação horizontal entre a Direcção de Informações e a Direcção de Investigação Criminal?
Entrevistado 1	- Isso é algo que irá ser feito quando alguns dos mecanismos automáticos que estão a ser implementados a nível do SIIOP estiverem realmente operacionais, ou seja, a necessidade que eu sinto é a nível da troca e partilha de informações, as informações criminais e as nossas (informações policiais) mais estratégicas precisam de ser mais integradas, mais complementadas, elas na realidade complementam-se.
Entrevistado 2	- Necessidade de melhorar a coordenação há sempre, todos devemos ter como objectivo melhorá-la para qualificar o produto. - Temos que estar atentos para identificar necessidades de melhorar e depois encontrarmos a forma ou os mecanismos para essa melhoria. - As coisas só não estão melhores em termos de coordenação porque ainda não temos o sistema integrado (SIIOP) que permita que a informação esteja disponível para quem dela precisar. - Quando há necessidade de difundir alguma coisa que tenha uma componente de informação criminal, antes de a DIC mandar para o terreno coordena sempre com a DI pergunta-se se a DI já tem conhecimento sobre aquilo, e qual a sua opinião sobre a difusão ou se já difundiu, embora seja melhor difundirem as duas Direcções do que nenhuma.

Esta questão foi construída com o objectivo de saber se os entrevistados, enquanto responsáveis pelas Direcções, sentem a necessidade de melhorar a coordenação entre elas. De forma consensual os entrevistados consideram necessário implementar melhorias nos aspectos de coordenação. A principal melhoria de que se sente necessidade é a nível da troca e partilha de informações e será conseguida através da implementação do SIIOP. As informações serão colocadas no sistema pelos órgãos de informações e de IC e passam a estar disponíveis para quem delas necessitar.

Quadro 6. 12: Respostas à questão nº 3 do guião dirigido ao grupo B.

Questão Entrevistado	3. Que instrumentos/procedimentos de coordenação devem existir entre as duas Direcções?
Entrevistado 1	- É fundamental uma ligação permanente entre as duas estruturas. Tem que haver a disponibilidade e a abertura da parte das duas estruturas para estarem permanentemente em contacto (...) as coisas à medida que vão aparecendo têm que ser agilizadas, passa por uma questão de necessidade.
Entrevistado 2	- Deve existir partilha de informações a partir dos sistemas electrónicos; - Quando se está a trabalhar uma matéria que possa interessar ao outro órgão devemos dar-lhe a conhecer; - Sempre que haja produção de relatórios quer dum lado quer do outro que interessem temos que os partilhar; - Dar instruções ao terreno para utilizarem o mesmo conceito, que entre as Direcções.

Tal como a resposta à questão nº7 do guião aplicado ao grupo A, a resposta a esta questão pode considerar-se como das mais importantes por estar directamente relacionada com o problema. Assim os entrevistados referiram como instrumentos/procedimentos de coordenação entre as Direcções os seguintes: o contacto permanente; a partilha de informações, quer através de sistemas electrónicos, quer através de relatórios; dar a conhecer à outra Direcção que se está a trabalhar uma matéria que lhe pode interessar; as Direcções devem, de forma consensual, difundir instruções para o terreno para que se actue de acordo com as suas intenções.

Quadro 6. 13: Respostas à questão nº 4 do guião dirigido ao grupo B.

Questão	4. Considera que a distância geográfica que separa as duas Direcções condiciona a coordenação entre ambas? Porquê?
Entrevistado	
Entrevistado 1	<ul style="list-style-type: none"> - Sim, é impensável as informações não trabalharem de uma forma muito próxima com a IC e nessa medida o facto de a IC estar geograficamente distante aqui do edifício (Comando Geral) é algo que é prejudicial para a coordenação. - Se bem que há o telemóvel, há outros meios que hoje em dia estão à disponibilidade, o que é um facto é que a agilização, a rapidez com que as coisas são tratadas, o facto de podermos tratar as coisas cara a cara, pessoalmente é totalmente diferente de estar a telefonar.
Entrevistado 2	-Sim, como vimos para a possibilidade de fazermos trabalhos através de equipas conjuntas por nomeação superior e para aquela outra dimensão que referi de antes de irmos a despacho, levar uma situação qualquer a decisão, tomar uma medida de coordenação, dar a conhecer ao outro órgão, explicar, não basta mandar por carta, é necessário dizer: os objectivos são estes, o objecto é este, ver qual é o aspecto que se acha que interessa à outra parte, para esse efeito a proximidade física favorece e a distância física desfavorece.

Perante esta questão os entrevistados encontram-se totalmente de acordo ao referirem que a distância que separa geograficamente as duas Direcções constitui um obstáculo à coordenação. Devido às competências de cada uma existe a necessidade permanente de agilizar procedimentos, comunicar com as pessoas, esclarecer assuntos de forma célere que não é satisfeita pelos meios de comunicação actualmente existentes, pelo que é necessário contactar directamente as pessoas “cara a cara”. Ambos os entrevistados mencionam a necessidade de uma proximidade física entre as Direcções. O entrevistado 2 acrescenta que essa necessidade é essencialmente sentida nos períodos que antecedem a levada a despacho de documentos produzidos em conjunto pelas duas Direcções.

Quadro 6. 14: Respostas à questão nº 5 do guião dirigido ao grupo B.

Questão	5. De que forma as informações contribuem para a prevenção criminal?
Entrevistado	
Entrevistado 1	<ul style="list-style-type: none"> - As informações contribuem decisivamente para a prevenção criminal por facultarem à componente operacional a informação que lhe permita o balanceamento da sua força de forma a diminuir o crime. - As informações numa lógica de DI, para além da componente estratégica tem um carácter preventivo, tem o objectivo de prevenir. - Se por acaso a nível da actividade operacional existisse uma patrulha para colocar em cada rua as informações não faziam sentido, não eram necessárias, como não temos uma patrulha para meter em cada rua, quando muito temos uma patrulha para meter num bairro e as informações têm que dizer qual é a hora, qual é o alvo, é esse o trabalho das informações, esse encaminhamento da actividade operacional pelas informações é um factor decisivo na prevenção do crime. - Cada vez mais são as informações a definir até os giros, os patrulhamentos, os percursos, (...) sempre na perspectiva de colocar os nossos militares onde existe maior grau de probabilidade do ilícito ocorrer.
Questão	5. De que forma a investigação criminal contribui para a prevenção criminal?
Entrevistado	
Entrevistado 2	<ul style="list-style-type: none"> -Existem dois aspectos da prevenção criminal, um é através do patrulhamento geral e para esta prevenção geral a IC contribui indirectamente através da qualificação do contributo da GNR para a administração da justiça levando com mais frequência a que pessoas que cometeram crimes sejam identificados e levados à justiça. Outro aspecto é a prevenção numa lógica de participar em medidas especiais de prevenção.

Esta questão destina-se a saber de que forma as informações e a IC contribuem para a prevenção criminal que constitui uma das atribuições da GNR. Pela análise da resposta do entrevistado 1 observa-se que a actividade de informações está revestida de um carácter essencialmente preventivo, de modo a orientar a actividade operacional no terreno indicando os locais e as horas em que a probabilidade do ilícito ocorrer é maior. Para além do seu carácter preventivo as informações permitem também que ao nível operacional os comandantes façam uma correcta gestão dos meios colocados à sua disposição, empenhando-os onde eles realmente são necessários minimizando o esbanjamento de recursos.

Através da análise da resposta do entrevistado 2 conclui-se que a IC contribui para a prevenção criminal de forma indirecta através de duas formas: por um lado, através do auxílio às entidades judiciais identificando eventuais criminosos e apresentando-os à justiça, por outro lado, a IC também contribui para o combate à criminalidade através da realização de medidas especiais de prevenção³².

³² Ver Apêndice J – Entrevista ao Senhor Tenente-Coronel Albano Pereira

Quadro 6. 15: Respostas à questão nº 6 do guião dirigido ao grupo B.

Questão	6. De que forma as informações contribuem para o combate à criminalidade?
Entrevistado	
Entrevistado 1	- Há a componente da prevenção e há a questão do combate à criminalidade, é evidente que o combate que as informações fazem é um combate mais preventivo não é a nível da condução da acção propriamente dita.
Questão	6. De que forma a investigação criminal contribui para o combate à criminalidade?
Entrevistado	
Entrevistado 2	<ul style="list-style-type: none"> - O combate à criminalidade subdivide-se em duas dimensões. - A IC em sentido estrito combate a criminalidade porque pessoas que cometeram delitos são identificadas e são levadas à justiça, (...) os tribunais fazem a repressão da criminalidade, portanto nós estamos a contribuir com o nosso trabalho para esta repressão e combate à criminalidade, esta só se faz se houver inquéritos. - Outra dimensão do combate à criminalidade pela IC procura até o flagrante é desenvolvida pelos elementos da IC embora possa ter o apoio de outras unidades, os alvos são potenciais delinquentes, são indivíduos que podem vir a desenvolver uma actividade que pode alterar a situação de risco e eles mesmo já constituem um risco porque sabemos que vivem do crime. - Então podemos dizer que esta segunda actividade da IC, ou seja o combate à criminalidade sobrepõe-se à actividade da prevenção criminal.

Esta questão tem por objectivo compreender de que forma as informações e a IC contribuem para o combate à criminalidade numa perspectiva de pós cometimento do ilícito. Assim conclui-se que neste âmbito as informações têm um papel apenas preventivo, não actuam na fase que concerne à acção propriamente dita de combate à criminalidade, tal como refere o entrevistado 1, as informações participam sim antes do ilícito ocorrer. Ao passo que a IC contribui para o combate à criminalidade de forma activa, identifica e leva à justiça eventuais criminosos, procura o flagrante delito, efectua detenções. Pode dizer-se que desenvolve actividades de carácter operativo.

Em jeito de conclusão pela análise das respostas às duas questões anteriores pode afirmar-se que as informações contribuem essencialmente para a prevenção criminal tentando impedir que se infrinjam as normas impostas por lei no que concerne à segurança interna e defesa dos direitos dos cidadãos. A IC está mais vocacionada para actuar numa perspectiva de combate à criminalidade após a ocorrência dos crimes descobrindo os seus autores e tomando medidas adequadas para reprimir infracções de natureza criminal.

CAPÍTULO 7 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Apresentados os dados resultantes do trabalho de campo, resta tecer algumas conclusões finais sobre todo o trabalho bem como algumas recomendações. Desta forma, neste capítulo, são elencadas as conclusões a que se pode chegar através da realização do enquadramento teórico e do trabalho de campo, responde-se às perguntas de investigação confrontando-as com as hipóteses formuladas. Por fim são apresentadas algumas recomendações tendo em vista melhorar a coordenação entre a DI e a DIC para que essa coordenação se reflita a nível da actividade operacional da Guarda.

7.1 CONCLUSÕES

Começa-se por reforçar o que já foi referido no enquadramento teórico sobre o conceito de informações, que pode ser entendido segundo três dimensões: como actividade, como produto resultante dessa actividade, como órgão que desenvolve uma actividade. Na Guarda estão presentes estas três dimensões, embora nos escalões de base (Postos e Destacamentos) não exista um órgão especificamente destinado à actividade de informações, cada militar por si deve constituir um órgão de recolha de informações.

Existem vários grupos de informações classificados de acordo com o sector (político, social, militar, etc.) em que se enquadram e com o fim a que se destinam. Para a realização deste estudo releva o grupo das informações militares e de segurança do qual derivam as informações policiais que incluem um subgrupo – as informações criminais.

Relativamente à IC na Guarda, assenta em três vertentes: operativa; criminalística; análise de informação criminal; sendo que a vertente operativa é a principal actividade da IC contando com o auxilio da criminalística e da análise de informação criminal que lhe servem de apoio. A actividade de IC só faz sentido se estiverem presentes estas três vertentes. Contrariamente às informações a IC possui uma estrutura com órgãos especificamente destinados à actividade de IC desde o CO até ao Posto.

No que diz respeito à relação entre informações e IC de forma geral, os estudos já efectuados neste âmbito apontam para uma relação de proximidade, de complementaridade. No caso da GNR esta relação de complementaridade entre a

estrutura de informações e a estrutura de IC contribui para o cumprimento das atribuições cometidas à Guarda no âmbito da prevenção e combate à criminalidade.

Na GNR os órgãos de máxima responsabilidade no campo das informações e da IC são as Direcções (DI e DIC), que por consequência da recente reestruturação foram colocadas na dependência do mesmo comando funcional, o CO. De acordo com os diplomas legais que foram publicados existem competências que são similares às duas Direcções como o caso da análise de informações. Nos CTer os órgãos que fazem parte das estruturas de informações e de IC foram integrados na mesma secção de comando (SOIIRP). Esta realidade serviu de base para este trabalho, tendo em vista identificar meios de coordenação necessários entre as duas Direcções e entre os órgãos que as representam nos CTer.

A abordagem feita neste estudo às informações e IC na GNR enfatizou a coordenação entre as duas estruturas tendo em vista um objectivo comum, assim sobre este assunto procurou-se obter a percepção dos Oficiais que diariamente sentem a presença ou a necessidade da referida coordenação, o que permitiu concluir que a reestruturação da GNR contribuiu para uma melhor coordenação entre a DI e a DIC ao coloca-las na dependência do mesmo comando funcional, pelo que **H₁** é validada; enquanto o SIOP não estiver disponível na sua plenitude a coordenação entre as duas estruturas será mantida a nível dos órgãos de cúpula pelo **contacto permanente** entre os oficiais das Direcções, através dos meios tecnológicos disponíveis, da realização de **reuniões conjuntas** entre os membros das Direcções para delinear aspectos de coordenação e transmiti-los às SOIIRP dos CTer para que haja uniformidade de procedimentos, pela **partilha de informações entre as Direcções**. A nível dos CTer a coordenação assenta essencialmente na **acção do Oficial de Informações e IC**, pelo que **H₂** é parcialmente validada; os CTer carecem de instruções precisas das Direcções sobre como devem fluir as informações, pelo que **H₃** é refutada; a análise de informações é assegurada ao nível das Direcções por militares especializados que trabalham em órgãos específicos de análise, nos CTer a análise de informações é pouco eficaz sendo que em alguns CTer não se verifica qualquer tipo de análise, pelo que **H₄** é parcialmente validada; a distância geográfica que separa as Direcções constitui um obstáculo á sua coordenação, pelo que **H₅** é validada; a actividade de informações está especialmente vocacionada para a prevenção criminal ao passo que a actividade de IC está vocacionada para o combate à criminalidade após a ocorrência do crime, mesmo tomando por vezes medidas destinadas à prevenção criminal de forma indirecta, pelo que **H₆** é validada.

Sendo a abordagem deste estudo relativa às estruturas de Informações e IC, este permite acrescentar que estão agora organizacionalmente mais próximas não deixando de trabalhar de forma autónoma, contudo existe um problema com a estrutura de IC do CTer que é o facto de haver órgãos operacionais de IC que estão organicamente na dependência do Comandante do CTer, tendo o Oficial de IC um papel meramente administrativo, não tendo segundo o CPP e a LOGNR o estatuto de autoridade de polícia criminal³³. Esta situação é incompatível com a especificidade exigida pelos órgãos de IC do CTer e pode levar à incapacidade de controlar tecnicamente os especialistas por falta de conhecimentos.

Relativamente à análise de informações, a reestruturação previa que os CTer tivessem a capacidade de análise de informações policiais e criminais através da integração dos analistas de informação criminal nas SOIIRP, devendo ascender às Direcções apenas as informações relativas a casos de especial complexidade ou que ultrapassassem a ZA de um CTer. Na prática, de acordo com os dados obtidos, não se está a verificar porque os analistas supra mencionados, em alguns CTer desempenham outras tarefas que não na análise de informações, perdendo-se assim a capacidade de análise a nível territorial, o que na prática implica que o CO seja sobrecarregado com a informação oriunda do dispositivo impedindo-o por vezes de dar uma resposta em tempo útil.

Quanto aos contributos das informações e da IC para a prevenção criminal e para o combate à criminalidade, conclui-se que as informações orientam a actividade operacional da Guarda fornecendo dados sobre os locais, horários, *modus operandi* e tipo de autores envolvidos na actividade criminal o que permite às forças no terreno colocar as pessoas certas nos lugares certos. A IC previne a criminalidade de forma indirecta através do apoio às autoridades judiciais e da realização de medidas especiais de prevenção. No que respeita ao combate à criminalidade a actividade de informações contribui para o combate à criminalidade de forma eminentemente preventiva, ao passo que a IC tem a finalidade de identificar e entregar à justiça os eventuais criminosos.

Relativamente à coordenação entre informações e IC, de acordo com as perspectivas dos Oficiais inquiridos neste estudo, conclui-se que o SIOP com as suas funcionalidades, irá minimizar as necessidades e as dificuldades existentes. Devido ao atraso na implementação do SIOP e estando o sistema apenas disponível nos CTer de Faro e Porto, a coordenação tem que se basear nos meios apresentados neste trabalho.

³³ Ver Anexo T – Órgãos de Investigação Criminal no Comando Territorial

7.2 RECOMENDAÇÕES

Com as conclusões anteriormente apresentadas pode afirmar-se que é necessária uma coordenação permanente entre a estrutura de informações e a de IC para que daí possam advir vantagens para as duas áreas e para a instituição.

Assim, recomenda-se que haja um empenhamento de esforços para que sejam criadas infra-estruturas nos CTer, mais concretamente nas SOIIRP que possibilitem que elementos de informações e elementos de IC trabalhem em conjunto com condições e ferramentas adequadas para fazer análise de informações.

Recomenda-se também que seja feito um aproveitamento correcto dos analistas de informação criminal colocando-os nas SOIIRP a desempenhar as funções para as quais têm formação específica, embora com a preocupação de garantir funções diferenciadas de análise de informações policiais e de análise de informações criminais como apoio aos investigadores (da estrutura de IC) no terreno.

Recomenda-se que continue o empenhamento de esforços para acelerar a implementação do SIOP à totalidade do dispositivo da Guarda.

7.3 LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO

Durante a realização deste trabalho o investigador deparou-se com algumas limitações que de certo modo condicionaram a realização do mesmo. A formação e experiência do Oficial tirocinante nas áreas de informações e IC é diminuta, pelo houve um acréscimo de tempo gasto na aquisição de conhecimento relativo a conceitos basilares relacionados com o tema, isto face ao limite temporal constituiu uma limitação. Outra limitação encontrada na elaboração deste TIA foi a dificuldade em delimitar um tema tão abrangente para poder iniciar o trabalho.

Constituiu uma dificuldade o facto de existir grande quantidade de teoria relativa ao tema, o que obrigou a um esforço para seleccionar a informação relevante e deixar de parte aquilo que é acessório. Apesar de se apelar á capacidade de síntese houve dificuldade em ignorar conteúdos também importantes para o trabalho devido à limitação de páginas.

Outra grande limitação foi o facto de à data de realização do trabalho, a nova estrutura da Guarda ter sido implementada havia apenas um mês, sendo que a abordagem ao tema é de carácter estrutural verificaram-se bastantes incertezas relativamente à forma como alguns órgãos recentemente criados iriam funcionar, isto devido ao período de mudança que a Guarda atravessa.

7.4 INVESTIGAÇÕES FUTURAS

Perante as limitações apresentadas tem-se a noção que o tema deste TIA não se esgotou com a elaboração do mesmo. Assim, surge a necessidade de estudar os problemas aqui levantados, especialmente quando a estrutura estiver estabilizada, em prol de uma Guarda melhor.

Atendendo a que actualmente o papel das informações é cada vez mais relevante no planeamento das operações da Guarda e atendendo a que a IC é uma actividade essencialmente operativa seria de todo importante em futuras investigações abordar as duas áreas em estudo no presente TIA numa perspectiva de relação com as operações, pois também não há operações sem haver informações e coordenação. Torna-se pertinente estudar a coordenação em matéria de informações e IC entre a Guarda e outras entidades externas a esta.

7.5 FECHO

Tendo em linha de conta as conclusões a que se chegou com este trabalho, constatou-se que apesar do longo caminho que há ainda a percorrer, a Guarda está a caminhar na direcção correcta, nomeadamente no que concerne à utilização das novas tecnologias de informação, para o combate à criminalidade. Isto constitui uma vantagem que permitirá no futuro fazer face às exigências apresentadas pela sociedade em constante mutação, especialmente no combate ao crime na era digital.

Qualquer organização que seja alvo de uma reestruturação, sujeita-se às suas consequências, pelo que é necessário avaliar os impactos afectos a estas. Atente-se ao caso da congénere Guardia Civil (Espanha) em que após uma reestruturação semelhante à da GNR houve também a necessidade de minorar os impactos decorrentes da mesma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

METODOLOGIA CIENTÍFICA:

- Academia Militar (2008). *Orientações para Redacção de Trabalhos*, Academia Militar, Lisboa.
- Carmo, H., & Ferreira, M. M. (1998). *Metodologia da Investigação – Guia para Auto – Aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Fortin, M. F. (2003). *O Processo de Investigação – Da concepção à Realização* (3ª ed.). Loures: Lusociência.
- Hill, M., & Hill, A. (2002). *Investigação por Questionário*. Lisboa: Edições Silabo.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2003). *Técnicas de pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análises e interpretação de dados* (2ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2008) *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (5ª ed.). Lisboa: Grávida.
- Sarmiento, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

LIVROS:

- Bilhim, J. (2004). *Teoria Organizacional – Estruturas e Pessoas*. Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Cardoso, P. (2004). *As Informações em Portugal*. Lisboa: Gradiva/Instituto da Defesa Nacional.
- Cunha, M., Rego, A., Cunha, R., Cabral, C., & Cardoso, C. (2006). *Manual de Comportamento Organizacional e Gestão*. Lisboa: Editora RH.
- Ferreira J., Neves, J., & Caetano, A. (2001), *Manual de Psicossociologia das Organizações*. Lisboa: McGraw-Hill.

- Moreira, A. (2004). *Informações e Segurança – Estudos em Honra do General Pedro Cardoso*. Lisboa: Prefácio.
- Oliveira, F. (2004). *A Defesa e a Investigação do Crime: Guia Prático Para a Análise da Investigação Judiciária e Para a Investigação pelos Recursos Próprios da Defesa Criminal*. Coimbra: Almedina.
- Pereira, R. (2005). *Informações e Investigação Criminal*, I Colóquio de Segurança Interna, Coimbra: Almedina.
- Silva, M. (2003) *Integração de Sistemas de Informação*. Lisboa: FCA – Editora de Informática.
- Valente, M. (2004). *Regime Jurídico da Investigação Criminal*, Comentado e Anotado (2.^a ed.). Lisboa: Almedina.
- Varajão, J. (2005). *Arquitectura da Gestão de Sistemas de Informação* (3^a ed.). Lisboa: FCA - Editora de Informática.

LEGISLAÇÃO:

- Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto – Lei de Organização da Investigação Criminal.
- Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto - Código de Processo Penal
- Lei n.º 63/2007 de 6 de Novembro – Lei Orgânica da GNR.
- Decreto Regulamentar n.º 19/2008, de 27 de Novembro – Estabelece o número, competências, estrutura e posto de chefia dos serviços directamente dependentes do comandante-geral e dos serviços dos órgãos superiores de comando e direcção da GNR.
- Decreto Regulamentar nº 2/95, de 25 de Janeiro – Regulamenta a manutenção de uma base de dados pessoais pela GNR (SIIOP/GNR).
- Despacho n.º 72/2008, de 22 de Dezembro – Define as competências, estrutura e efectivos das Unidades Territoriais da GNR.
- Despacho n.º 32021/2008, de 5 de Dezembro – Define as unidades orgânicas flexíveis, suas atribuições e competências.

TESES E OUTROS TRABALHOS:

- Alves, B. (2005). *A Investigação Criminal na PSP: Contributo para um melhor desempenho policial*, Dissertação Final de Licenciatura. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Gomes, R., Martins, D., Rosário, N., & Pina, M. (2008) *A Formação e Estrutura da Investigação Criminal na GNR para uma resposta correcta à conjuntura criminal existente*, Trabalho realizado no âmbito do Curso de Promoção a Capitão. Queluz: Escola da Guarda.
- Martins, M. (2007). *A Centralização da Informação Policial em Portugal: Vantagens e Inconvenientes*, Trabalho Final de Curso. Lisboa: Academia Militar.
- Medeiros, R. (2001) *Estudo Exploratório das Informações na PSP*, Tese de Licenciatura. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Moleirinho, P. (2007a). *Limites à Produção de Informações – Também as Informações Policiais*, Trabalho apresentado no âmbito da Pós-Graduação em Direito e Segurança. Lisboa: Faculdade de Direito, Universidade Nova de Lisboa.
- Moleirinho, P. (2007b). *Da Polícia de Proximidade ao Policiamento Orientado pelas Informações*, Trabalho apresentado no âmbito da Pós-Graduação em Direito e Segurança. Lisboa: Faculdade de Direito, Universidade Nova de Lisboa.
- Nogueira, E. (2008). *A Comunicação Interna na GNR como Pilar de Sustentação Organizacional*, Trabalho de Investigação Aplicada. Lisboa: Academia Militar.
- Pereira, A. (2007) *A Desburocratização de Procedimentos na GNR*, Trabalho Final de Curso. Lisboa: Academia Militar.
- Santos, P. (2008) *As Implicações da Reorganização Territorial da Guarda Nacional Republicana no Processo de Recolha e Tratamento de Informações*, Trabalho de Investigação Aplicada. Lisboa: Academia Militar.

SÍTIOS DA INTERNET:

Guarda Nacional Republicana

www.gnr.pt

Fornece informações sobre a sua orgânica, história e legislação.

(Acedido em 20 de Janeiro de 2009).

Diário da República Electrónico

www.dre.pt

Possibilita a investigação de vários diplomas legais.
(Acedido em 30 de Janeiro de 2009).

Ministério da Justiça

www.mj.gov.pt

Fornece informação sobre a temática: “informações e investigação criminal”.
(Acedido em 3 de Fevereiro de 2009).

Infopédia

www.infopédia.pt

Apresenta um dicionário de língua portuguesa *on-line*.
(Acedido em 10 de Março de 2009)

OUTROS DOCUMENTOS:

Escola da Guarda (2008). *Manual de Informações*. Queluz.

Escola Prática de Polícia (2001). *Informações*. Torres Novas.

Ministério da Defesa Nacional (2006). *Regulamento de Campanha de Informações do Exército Português*.

NEP/GNR – 9.04 CIC 15Abr03 – Estabelece a estrutura e competências do Núcleo de Investigação Criminal do Destacamento Territorial

NEP/GNR – 9.05 CIC 09Out03 – Estabelece a estrutura e competências da Equipa de Investigação e Inquérito do Posto Territorial.

APÊNDICES

ENTREVISTAS APLICADAS



ACADEMIA MILITAR

Direcção de Ensino

Curso de Infantaria da Guarda Nacional Republicana

INQUÉRITO POR ENTREVISTA

ALUNO: Aspirante Hélio Miguel Pinheiro dos Santos

ORIENTADOR: Capitão Feliciano José Pinto Amaral

LISBOA, JANEIRO DE 2009

APÊNDICE A - CARTA DE APRESENTAÇÃO

Esta Entrevista insere-se no âmbito de um Trabalho de Investigação Aplicada, tendo em vista a obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares – GNR Infantaria, subordinado ao tema “As Informações e Investigação Criminal na GNR”.

O objectivo da Entrevista é recolher dados relativos à coordenação entre a Direcção de Informações e a Direcção de Investigação Criminal. Os dados serão alvo de análise de conteúdo. Para operacionalizar o trabalho pretende-se realizar entrevistas às pessoas que estão ligadas directamente a estas duas Direcções e que possuem conhecimento vital, para a realização da investigação, que se pretende levar a cabo. Deste modo é fundamental para a realização da parte prática da investigação entrevistar V. Ex.^a. Esta entrevista servirá como ponte entre a pesquisa teórica e todo o trabalho de campo que se pretende desenvolver. Desta forma solícito a V. Ex.^a que me conceda esta entrevista que servirá de suporte para atingir os objectivos desta investigação.

Terei todo o gosto em facultar a V. Ex.^a os dados resultantes da análise da presente entrevista antes da concretização do documento final.

Grato pela sua colaboração.

Atenciosamente,

Hélio Santos - Aspirante de Infantaria

APÊNDICE B – GUIÃO DE ENTREVISTA APLICADA AO GRUPO A

AS INFORMAÇÕES E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NA GNR

Guião de Entrevista

Caracterização dos inquiridos:

Nome:

Posto:

Unidade:

Função:

Data:

Está de acordo que a entrevista seja gravada para ser transcrita e anexada ao Trabalho de Investigação Aplicada que estou a realizar?

Caracterização do objecto de análise:

1. Como diferencia informações policiais de informações criminais?
2. De forma geral, como caracteriza a relação entre Informações e Investigação Criminal?
3. Como caracteriza a actividade desenvolvida pela Investigação Criminal e a actividade desenvolvida pelas Informações na GNR?
4. De acordo com a actual estrutura das Unidades Territoriais as áreas das Informações e da Investigação Criminal estão concentradas no mesmo órgão (SOIIRP). Será que se obtém agora uma melhor coordenação entre as duas áreas e assim uma mais-valia para a instituição?

5. A informação que é tratada ao nível do Comando Territorial é encaminhada para a Direcção de Informações ou para a Direcção de Investigação Criminal?
6. Na sua opinião que tipo de coordenação deve existir entre as Informações e a Investigação Criminal no âmbito táctico operacional?
7. Admitindo que o SIOP venha a ser um potencial meio de coordenação entre as duas áreas, que outros meios podem existir?
8. Sendo a análise de informações uma actividade imprescindível nas duas áreas, como se assegura a análise de informações nas duas vertentes?
9. Relativamente a aspectos de coordenação que considera que funcionam menos bem, tem alguma sugestão com vista a melhorar essa situação?

APÊNDICE C – GUIÃO DE ENTREVISTA APLICADA AO GRUPO B

AS INFORMAÇÕES E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NA GNR

Guião de Entrevista

Caracterização dos inquiridos:

Nome:

Posto:

Unidade:

Função:

Data:

Está de acordo que a entrevista seja gravada para ser transcrita e anexada ao Trabalho de Investigação Aplicada que estou a realizar?

Caracterização do objecto de análise:

1. A recente reestruturação da GNR contribuiu para uma melhor coordenação horizontal entre a Direcção de Informações e a Direcção de Investigação Criminal? Porquê?
2. Qual a sua opinião relativamente à necessidade de melhorar a coordenação entre a Direcção de Informações e a Direcção de Investigação Criminal?
3. Que instrumentos/procedimentos de coordenação devem existir entre as duas Direcções?
4. Considera que a distância geográfica que separa as duas Direcções condiciona a coordenação entre ambas? Porquê?

5. De que forma as Informações/Investigação Criminal contribui para a prevenção criminal?

6. De que forma as Informações/Investigação Criminal contribui para o combate à criminalidade?

APÊNDICE D – ENTREVISTA AO SENHOR MAJOR NOBRE GRENHO

AS INFORMAÇÕES E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NA GNR

Guião de Entrevista

Caracterização dos inquiridos:

Nome: Nobre Grenho

Posto: Major

Unidade: Direcção de Informações/ Comando Operacional

Função: Chefe da Divisão de Informações

Data: 29 de Janeiro de 2009

Está de acordo que a entrevista seja gravada para ser transcrita e anexada ao Trabalho de Investigação Aplicada que estou a realizar? Sim

Caracterização do objecto de análise:

1. Como diferencia informações policiais de informações criminais?

“As informações policiais são de âmbito mais vasto, funcionam de forma mais proactiva antes da ocorrência e com uma função de assessoria do comando para fornecer informação aos dois clientes principais, um é a hierarquia para cima a quem temos que dar informação daquilo que se passa no dispositivo, e para baixo para dizer ao dispositivo a melhor forma de combater a actividade criminal. Estão mais ligadas aquilo que a gente designa por informações ou intelligence e procura-se identificar os perigos e as ameaças de forma geral, enquanto as informações criminais estão mais ligadas à própria investigação e aos crimes em concreto.

As informações criminais são dirigidas a objectivos mais concretos e mais ligadas à IC, são mais reactivas e procuram descobrir o quem, o como, o onde, da situação após ela ter ocorrido para levar os criminosos à justiça”.

2. De forma geral, como caracteriza a relação entre Informações e Investigação Criminal?

“As informações devem acima de tudo fornecer dados de trabalho à IC embora também recolham dela os dados sobre as ocorrências para poder fazer a análise da situação, do modus operandi dos autores, da análise de risco de zonas, etc. Mas acima de tudo eu penso que as informações trabalham para a IC. As informações recebem dados de diverso número de fontes entre as quais do dispositivo da IC mas é só um pouco, as informações trabalham para apoio à IC”.

3. Como caracteriza a actividade desenvolvida pela Investigação Criminal e a actividade desenvolvida pelas Informações na GNR?

“Actualmente a IC é feita de forma metódica e sistemática, da forma como ela deve ser feita. A recolha de indícios, dos meios de prova, a análise de todos os factores, de toda a informação passou a ser feita de uma forma correcta. Até esta última reestruturação tínhamos uma estrutura de IC que estava no bom caminho para estar ao nível de qualquer outra força como a PJ em termos dos métodos utilizados e da qualidade dos seus meios.

Desde há 8/9 anos atrás começou-se com a aposta num quadro estável aqui dentro (DI) e de formação dos meios humanos nomeadamente para a análise de informações porque é fácil em qualquer lado ser-se analista mas a especificidade do trabalho e o know-how que é necessário para efectuar este trabalho não simples. Isso levou a que tivesse assumido qualidade a análise de informações e os relatórios apresentados que foram sendo transmitidos ao dispositivo, por outro lado foi preciso vencer uma barreira muito grande que foi a da sensibilização de todo o dispositivo para a transmissão da informação, os nossos órgãos de pesquisa são todos os militares no terreno, a Guarda dispõe de um manancial de informações enorme, estamos em todo o território nacional. Por via da cultura institucional de fechamento ou até de não sensibilidade para a questão das informações a informação não fluía, não chegando cá em cima ao Comando não havia a possibilidade de fazer a análise e ter conhecimento das coisas. Os nossos militares não transmitiam a informação para cima porque também não sentiam que houvesse alguma vantagem nisso e a partir do momento em que começaram a receber da parte do comando relatórios de análise consistente útil para lhe facilitar o trabalho eles começaram a sentir que era vantajoso transmitir a informação disponível porque iria ter de volta o feedback com a informação trabalhada”.

4. De acordo com a actual estrutura das Unidades Territoriais as áreas das Informações e da Investigação Criminal estão concentradas no mesmo órgão (SOIIRP). Será que se obtém agora uma melhor coordenação entre as duas áreas e assim uma mais-valia para a instituição?

“Com esta reestruturação passou a ser dado às informações o seu lugar devido na assessoria do comando e na condução das operações, agora as operações da Guarda são todas elas desencadeadas tendo por base o trabalho das informações, antigamente não era assim, as operações aconteciam e eventualmente após isso as informações recebiam apenas o resultado disso para produzir dados estatísticos.

Nos CTer, obviamente que se trabalharem em conjunto nas SOIIRP os indivíduos da IC e os de Informações há vantagens na coordenação da informação, mas isto só acontece se houver troca de informação a partir dos escalões intermédios, porque a informação muitas vezes diz respeito às mesmas situações. Agora as vantagens que se obtêm por esta proximidade de trabalho podem não ser tantas quanto as desvantagens que se obtêm de se ter que tirar pessoal da IC do seu trabalho específico da análise de informação criminal”.

5. A informação que é tratada ao nível do Comando Territorial é encaminhada para a Direcção de Informações ou para a Direcção de Investigação Criminal?

“Ainda há algumas falhas que por vezes na falta de algumas determinações mais precisas nem todos os CTer estão sensibilizados para esta matéria e por vezes há informação que vem endereçada ou só para a IC ou só para as Informações. Uma das vantagens desta estrutura agora existente é que no CO em que estas Direcções de IC e Informações dependem do mesmo chefe directamente o que facilita a coordenação destes casos. Antigamente a Chefia de IC estava completamente separada do que era a 2ª Repartição do Comando Geral e havia mais a possibilidade de uma nunca saber o que estava a chegar à outra, actualmente com o Comandante Operacional a coordenar é muito mais fácil qualquer informação que chegue, ele difundiu-la tanto para uma área como para outra, isto se o assunto for do interesse das duas áreas naturalmente.

Isto implica que haja uma coordenação ao nível do CTer mas mais ao nível do CO para garantir que as duas áreas (Informações e Investigação Criminal) como têm a possibilidade, forneçam orientações técnicas para todo o dispositivo para que haja orientações precisas sobre como deve fluir a informação. Obviamente que ao nível dos CTer com esta integração da IC nas SOIIRP tem que haver obviamente coordenação

e as pessoas têm que saber os assuntos que se estão a tratar mutuamente porque se a nível do CO, estrutura de topo, há assuntos realmente diferenciados e que são só da área das informações ou que são só da área da IC porque estamos a tratar do global das situações a nível nacional. Nos CTer eu diria que a nível das SOIRP tem que ser trabalhado tudo em conjunto”.

6. Na sua opinião que tipo de coordenação deve existir entre as Informações e a Investigação Criminal no âmbito tático operacional?

“Na parte tático-operacional não tem necessariamente que haver grande coordenação porque a estrutura da IC da forma como está montada actua essencialmente após o cometimento do crime, serve para descobrir os autores do crime, a forma como foi feito, onde foi feito, eventualmente com que motivos, com que armas, etc. Enquanto as informações trabalham antes disso para dizer ao dispositivo a forma como devem conduzir a prevenção, ou a melhor forma de evitar a actividade criminosa”.

7. Admitindo que o SIIOP venha a ser um potencial meio de coordenação entre as duas áreas, que outros meios podem existir?

“O SIIOP vai revolucionar por inteiro aquilo que tem sido a actividade da Guarda. Aquilo que temos tido até agora são actividades dispersas embora se tenha feito um grande esforço nestes últimos tempos para coordenar e para fazer a informação fluir melhor. Até agora, a informação não está completamente disponível nem nos escalões intermédios ao nível do CTer nem aqui no CO, vem informação não estruturada a maior parte dela não temos capacidade de análise da informação de uma forma sistemática e metódica porque não temos ferramentas para isso.

O SIIOP vai permitir que a informação flua de forma muito mais simples porque todos os dados apelativos aos relatórios de patrulha, aos autos de notícia levantados, a todos os relatórios de informação produzidos estão automaticamente armazenados numa base de dados de consulta simples e também disponíveis ao nível dos vários escalões conforme os perfis de acesso e a sua área de interesse. Até o SIIOP chegar, a coordenação tem que se basear na troca de relatórios escritos e a troca de informação em repositórios de dados feitos em ferramentas normais como o Access ou Excel que são trocados entre a DI e a DIC. Para além disso é raro o dia que não falo ao telefone com os oficiais da DIC onde trocamos impressões sobre situações de coordenação em concreto, além disso há reuniões formais de grupos de trabalho em

termos da interoperabilidade do sistema de informações (SIOP) em que participamos conjuntamente de uma forma activa e aí procura-se obviar estes aspectos de coordenação”.

8. Sendo a análise de informações uma actividade imprescindível nas duas áreas, como se assegura a análise de informações nas duas vertentes?

“Aqui na DI, a direcção está dividida em duas divisões (Divisão de Informações e Divisão de Contra-informação e Segurança), a Divisão de Informações tem um gabinete de análise e um gabinete SIOP, o gabinete de análise é um gabinete pequeno e não tem a dimensão que nós gostaríamos, tem neste momento 5 sargentos que trabalham continuamente a fazer a análise de elementos criminais por área de actuação ou por matéria de interesse, pode ser só furtos de cobre, assaltos a viaturas de tabaco, ou pode ser matéria de determinado tipo de eventos. Estes militares vão analisar todo o histórico de ocorrência criminal nessa área, depois quais são as últimas tendências, a descrição dos autores, do modus operandi para poderem produzir informação que sirva aos operacionais no terreno. Este pequeno grupo ainda nem todos eles têm o curso de analistas, e aqueles que tiraram foi o curso de análise de informação criminal.

Neste aspecto a IC tem uma vantagem porque a sua estrutura criada de raiz teve uma evolução muito melhor mais rápida e mais eficaz neste âmbito porque começou logo por dar ao pessoal formação específica na área.

Com esta reestruturação e com a integração dos analistas que constituíam os NTIC e os NAIC na antiga estrutura, nas SOIRP aquilo que se pretendia era que os CTer tivessem capacidade de fazer análise ao seu nível, ou seja, só deveria subir até à Direcção quando fosse algum caso de especial gravidade ou que ultrapassasse as fronteiras de um CTer e que pudesse englobar cenários de carácter global é que deveria passar para a DI.

Nos CTer houve uma ligeira desvirtuação daquilo que era a ideia e o conceito de toda a estrutura de IC e a integração do que eram os núcleos de análise nas SOIRP corre o risco de fazer perder a capacidade que havia de investigação e análise. A estrutura de IC estava a trabalhar lindamente, com homens muito bem preparados, agora esta estrutura está um pouco dependente da sensibilidade dos Comandantes Territoriais em aproveitar os homens para as tarefas correctas, isto na prática os analistas de IC que têm o curso de analistas, alguns mesmo de informação criminal e que já tinham o curso de IC, estamos a falar da classe de Guardas e muitos Sargentos eram

indivíduos muito bem formados e que estavam a fazer um bom trabalho, alguns destes indivíduos estão a fazer agora funções de mero expediente e arquivo nas SOIRP, portanto pode-se estar a perder esta capacidade para a Guarda”.

9. Relativamente a aspectos de coordenação que considera que funcionam menos bem, tem alguma sugestão com vista a melhorar essa situação?

“Por vias desta reestruturação ainda ocorrem várias situações em que a estrutura da IC está simultaneamente a trabalhar mesma situação que a estrutura de Informações sem que uma tenha conhecimento do que a outra está a fazer, o que às vezes leva a desperdício de recursos porque estamos a trabalhar cada um com sua parcela de informação e há recursos que seriam mais necessários noutro lado, isto ainda ocorre nalgumas situações mas penso que têm vindo a diminuir os casos em que isto acontece, também por via dos contactos frequentes entre a DI e a DIC. Agora esperamos com a reestruturação ao tirar os indivíduos da análise do seu “ambiente natural” e os integrar na SOIRP que permita que esses casos em que tenha funcionado menos bem deixem de existir.

Uma das coisas que o SIOP vai permitir é um sistema de alertas para os trabalhos em curso que permite a quem tenha perfil para aceder ter conhecimento das actividades em curso da outra área, o que permite logo fazer uma coordenação mal se verifique que estamos a trabalhar no mesmo”.

APÊNDICE E – ENTREVISTA AO SENHOR MAJOR LOPES ROSA

AS INFORMAÇÕES E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NA GNR

Guião de Entrevista

Caracterização dos inquiridos:

Nome: Lopes Rosa

Posto: Major

Unidade: Direcção de Investigação Criminal / Comando Operacional

Função: Chefe da Divisão de Análise e Investigação Criminal

Data: 28 de Janeiro de 2009

Está de acordo que a entrevista seja gravada para ser transcrita e anexada ao Trabalho de Investigação Aplicada que estou a realizar? Sim

Caracterização do objecto de análise:

1. Como diferencia informações policiais de informações criminais?

“Informações policiais são todas elas de âmbito geral, abrangem todas as informações incluindo as criminais. As informações policiais têm a ver com análise de risco e com a análise de ameaça para as nossas forças para a nossa instituição.

As informações criminais são aquele tipo de informações que interessam no âmbito de um determinado processo, determinado crime, ou inquérito que estamos a fazer, que nos foi delegada a competência para realizar”.

2. De forma geral, como caracteriza a relação entre Informações e Investigação Criminal?

“No seguimento da resposta anterior, dizendo que as informações policiais abarcam tudo, ou seja, abarcam as informações que interessam para fazer a análise de risco e de ameaça e que incluem em si mesmo as informações criminais eu diria que esta

relação entre informações e investigação criminal tem que ser uma relação profícua, tem que ser uma relação que produza realmente informação”.

3. Como caracteriza a actividade desenvolvida pela Investigação Criminal e a actividade desenvolvida pelas Informações na GNR?

“Eu diria que a actividade de IC é uma actividade eminentemente operativa, só interessa enquanto operativa e trabalha no âmbito de um determinado processo, de um determinado inquérito com um NUIPC atribuído. Não faz sentido estar a fazer coisas ilegais.

As 3 vertentes sobre as quais assenta a IC, que são a análise de informação, a criminalística e a operativa, duas delas que são a análise de informação e a criminalística são actividades que de alguma forma apoiam a actividade principal que é a operativa. A finalidade é sempre realizar buscas, ou detenções, ou fazer vigilâncias, seguimentos, etc., isto em termos operativos, no fundo é realizar operações apoiados que estamos nas informações que obtivemos á priori pelas provas que conseguimos recolher através da criminalística também.

Diria que a actividade de informações é uma actividade de apoio à decisão, muito mais de apoio à decisão do que uma actividade operativa. Muito embora não pareça a actividade da IC é eminentemente operativa e tem como suporte ou apoio as outras duas actividades ao passo que a actividade das informações faz a análise de risco e a análise da ameaça e isso na minha óptica uma actividade de apoio à decisão”.

4. De acordo com a actual estrutura das Unidades Territoriais as áreas das Informações e da Investigação Criminal estão concentradas no mesmo órgão (SOIIRP). Será que se obtém agora uma melhor coordenação entre as duas áreas e assim uma mais-valia para a instituição?

“É todavia nossa convicção, quando o SIIOP estiver em funcionamento e as coisas começarem a ser introduzidas no SIIOP a informação vai digamos que circular de forma transversal e de forma vertical por quem tem necessidade de aceder, as pessoas não acedem todas à mesma informação, acedem por níveis diferenciados de acordo com as suas necessidades de saber o que é excelente mas incumbe um papel muito importante ao oficial que tiver a responsabilidade de acumular com a IC que é o facto de nos inquéritos de média e grande dimensão ele ter que avaliar a dimensão dos inquéritos e identificar se for possível novos perfis de indivíduos, ou novos actores,

ou novos padrões de actuação e para isso ele tem que elaborar uma síntese que possa partilhar também com quem tem a necessidade de saber, porque nós estamos a falar sempre no âmbito de determinado processo ou inquérito, e ele não pode retirar peças processuais para introduzir no sistema. Aquilo que se introduz no sistema e depois vai para as diferentes bases de dados são coisas como o nome a morada, etc., há coisas que vão ficar disponíveis para algumas pessoas mas nem toda a informação pode ficar até porque por enquanto o segredo de justiça ainda existe na grande maioria dos processos, se bem que completamente diferente daquele que existia até há bem pouco tempo. É com esperança que todos nós temos de que as coisas corram o melhor possível e que efectivamente haja uma mais-valia nesta concentração num indivíduo só da IC e das informações.

A coordenação deve ser sempre feita, o que interessa aqui é que realmente as pessoas se articulem cooperem e coordenem para que se consiga por um lado descobrir os autores do crime, por outro lado recolher a prova e levar isso a quem de direito, a quem tem necessidade de julgar, ou seja, no fundo nós estamos aqui também para apoiar o sistema judicial e é por isso também que somos funcionalmente dependentes dos tribunais.

Há todavia aqui um problema que eu desde já quero fazer ressaltar, que é o facto de não havendo um responsável como havia até aqui pela área da IC, neste momento e segundo aquilo que nós temos na nossa lei orgânica e na definição que existe no processo penal, neste momento não há nenhum oficial que seja considerado autoridade de polícia criminal a não ser o Sr. Cmdt. CTer e isto é desde logo um “obstáculo” que temos que ultrapassar e temos que arranjar solução para uma coisa destas porque pode levar à entropia e pode levar a que a tal coordenação que nós esperamos que seja profícua pelo contrário cause entropia e não é esse o nosso desejo”.

5. A informação que é tratada ao nível do Comando Territorial é encaminhada para a Direcção de Informações ou para a Direcção de Investigação Criminal?

“Depende das necessidades, tal como acontecia do antecedente e como eu já referi havia relatórios que nós (SIC) enviávamos para as duas entidades na altura havendo a Brigada e havendo a SIC de Brigada tudo aquilo que era informação que vinha dos então Grupos Territoriais hoje em dia aquilo que se pretende é seja feita exactamente a mesma coisa, isto é, que a informação ascenda para a DI e para a DIC na medida que interesse a cada uma das Direcções, isto é, para a DI é toda a informação policial

e para a DIC toda a informação criminal se vai ser assim ou não vamos esperar que assim seja e que as pessoas sintam que há necessidade de estar informadas para melhor decidir e para melhor agir”.

6. Na sua opinião que tipo de coordenação deve existir entre as Informações e a Investigação Criminal no âmbito tático operacional?

“Eu aqui diria que ao nível tático aquilo que interessa fundamentalmente são as informações criminais, ao nível tático à partida não interessam nada as informações policiais, interessam as informações que no âmbito do processo me permitam descobrir os autores do crime, a forma como o praticaram e recolher os meios de prova necessários para em juízo os poder condenar. Diria que a análise de informação tem aqui um papel preponderante no sentido de apoiar a IC operativa, recolhendo de alguma forma toda a informação que for necessária através das fontes abertas e das fontes fechadas para poder chegar à verdade material”.

7. Admitindo que o SIOP venha a ser um potencial meio de coordenação entre as duas áreas, que outros meios podem existir?

“Os meios de coordenação estão mesmo no Despacho nº32021 de 16 de Dezembro de 2008 que incumbe à Divisão de Análise e Investigação Criminal no artigo 14º: “proceder ao tratamento da informação criminal em coordenação com a DI e assegurar a difusão de notícias e elementos de informação respeitantes à mesma”, portanto à IC, ou seja, nós em termos de tratamento de informação criminal temos que assegurar a difusão de notícias e elementos de informação que respeitem esta informação criminal, temos todavia que pensar que existem leis superiores em que no âmbito do processo eu só posso partilhar e dar a conhecer aquilo que não estiver ao abrigo do segredo de justiça, tudo aquilo que for contra a lei não posso fazer”.

8. Sendo a análise de informações uma actividade imprescindível nas duas áreas, como se assegura a análise de informações nas duas vertentes?

“Actualmente a análise de informação nas duas vertentes, eu penso que os analistas que neste momento organicamente estão na estrutura da SOIIRP deveriam ser obrigatoriamente os indivíduos que constituíam os antigos NTIC e os antigos NAIC, porque em primeiro lugar são indivíduos que têm um conhecimento de análise e sabem trabalhar a informação e por outro lado sabem pesquisar e aceder à informação e conseguem “separar o trigo do joio” que nem sempre é fácil, lendo uma

notícia identificar o que é importante e o que é acessório consoante a necessidade de saber no âmbito de um determinado processo ou no âmbito de uma determinada ameaça, assim sendo eu penso que não havia problema absolutamente nenhum em que na mesma secção de acordo com a lógica que neste momento está implementada houvessem indivíduos vocacionados para trabalharem a informação criminal e houvesse indivíduos vocacionados para trabalhar as informações policiais, isto era extremamente importante porque estando debaixo do mesmo tecto fazendo os dois a mesma coisa (imagina uma pequena secção com um Sargento e dois Guardas, que não mais do que os antigos NAIC, um Guarda trabalhava as informações policiais o outro trabalhava as informações criminais e o sargento podia efectivamente juntar quando fosse necessário uma das coisas e fazer seguir para o oficial que acumula na SOIIRP as funções de Informações e IC e este oficial poderia fazer a última triagem e enviar para as duas entidades (DI e DIC) ou para quem fosse necessário enviar”.

9. Relativamente a aspectos de coordenação que considera que funcionam menos bem, tem alguma sugestão com vista a melhorar essa situação?

“Na minha opinião pessoal, como venho do terreno, verifiquei aquilo que era feito nuns lados melhor do que noutros. Por exemplo os NICD fazia sentido não terem acabado, porque vamos sobrecarregar os DTer e o Cmdt do DTer com mais uma série de preocupações e de processos que podiam e deviam ser tratados a outro nível e portanto em termos de coordenação eu diria que ficavam melhor coordenados sobre a égide do Cmdt do Comando Territorial, e também que em relação aos NAIC e aos NTIC era extremamente importante quer para as informações que não têm ninguém habilitado, quer para a IC aproveitar as pessoas que têm formação na área. Seria uma mais-valia ter esses indivíduos junto ao oficial de Informações e IC para de alguma forma o ajudar, não só apoiando a decisão mas também operativamente.

Por outro lado e porque “o corpo tem que estar de acordo com a cabeça” e sabendo nós que na cabeça existem as três vertentes em duas divisões, análise e operativa juntas e depois a criminalística tem que haver uma correspondente para baixo com isto quero dizer que fazia todo o sentido que houvesse um interlocutor privilegiado que dominasse a área, isto é, havendo uma secção de IC integrada na SOIIRP que congregasse os NIAVE, NAO, NICD, núcleo de criminalística e a análise esse oficial era um interlocutor directo da DIC, era responsabilizado pelo Comandante Territorial para aquela área, era autoridade de policia criminal porque tinha sob o seu comando núcleos operativos, podia passar quando necessário mandados de busca e mandados de detenção sem qualquer tipo de problema e podiam ser interlocutores privilegiados

com os tribunais, no caso actual não o podem fazer porque são oficiais meramente administrativos.

O que eu sugeria para melhor coordenar é que fosse criada a referida secção, em que o oficial assumisse o seu comando juntamente com o das informações mas que lhe permitisse ser um interlocutor privilegiado por forma a que as coisas não andassem tão dispersas e por forma a que o Cmdt de DTer não estivesse tão sobrecarregado”.

APÊNDICE F – ENTREVISTA AO SENHOR MAJOR LUÍS

AS INFORMAÇÕES E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NA GNR

Guião de Entrevista

Caracterização dos inquiridos:

Nome: Luís

Posto: Major

Unidade: Comando Territorial de Lisboa

Função: Oficial de Informações e Investigação Criminal

Data: 29 de Janeiro de 2009

Está de acordo que a entrevista seja gravada para ser transcrita e anexada ao Trabalho de Investigação Aplicada que estou a realizar? Sim

Caracterização do objecto de análise:

1. Como diferencia informações policiais de informações criminais?

“Informações policiais são aquelas que nos chegam do escalão superior, com trabalho já desenvolvido, com relatórios, com análises.

As informações criminais são aquelas informações que surgem no âmbito do inquérito no decorrer de determinado processo. As informações policiais são mais abrangentes, as criminais são mais específicas”.

2. De forma geral, como caracteriza a relação entre Informações e Investigação Criminal?

“Esta relação nem sempre é muito clara, mas considero que deve ser a mais produtiva possível, até porque daí advêm vantagens para as duas áreas por exemplo as SOIIRP recebem informação que vem da DI, informação essa que poderá vir do SIS, poderá vir de forças congéneres, poderá vir de outros comandos que fazem relatórios para a DI. Até hoje na Guarda nunca houve muito caudal de informação do escalão superior

para o escalão inferior, raramente o escalão superior auxilia através de informações o escalão inferior a não ser do Destacamento para o Posto, porque através do NIC o Destacamento já tem mais possibilidade de saber alguma coisa e informar o Posto”.

3. Como caracteriza a actividade desenvolvida pela Investigação Criminal e a actividade desenvolvida pelas Informações na GNR?

“As actividades desenvolvidas por estas duas áreas são duas linhas rectas que nunca se encontram, as informações tratam de informação mais abrangente mais estratégica mais virada para o exterior da Guarda, mais virada para ameaças externas, relatórios do SIS, relatórios do SIED.

A IC preocupa-se mais com as informações vindas do dispositivo, da análise de casos concretos. Actualmente as DI e DIC, penso que o objecto de estudo delas é coisas algo distintas”.

4. De acordo com a actual estrutura das Unidades Territoriais as áreas das Informações e da Investigação Criminal estão concentradas no mesmo órgão (SOIIRP). Será que se obtém agora uma melhor coordenação entre as duas áreas e assim uma mais-valia para a instituição?

“Eu tenho esperança que isto se consiga fazer se nós conseguirmos implementar o tal projecto chamado SIIOP, porque esse vai ser o futuro da Guarda e se nós conseguirmos implementar isto rapidamente conseguiremos dar uma volta muito grande nesta área das informações e da IC.

Se alguma coisa na Guarda não tem sido tratada de forma científica são as informações, funciona um bocado por carolice pelos militares que andam no terreno se nós formos falar de RELNOT ou RELINF, isso foram coisas que praticamente caíram em desuso na Guarda. Nós na Guarda funcionamos um bocado como microrganismos um pouco desligados uns dos outros, nós tratamos do nosso assunto, o pessoal do lado trata do dele, são situações que urge ultrapassar rapidamente e é através deste SIIOP que o Comandante DTer e depois a SOIIRP vai saber de muitas coisas que agora não sabemos, porque aquilo que chega aqui (SOIIRP) é muito pouco para aquilo que nós precisamos de saber.

A junção das Informações e da IC no mesmo órgão do CTer irá contribuir para uma melhor coordenação entre elas quer ao nosso nível, quer ao nível superior, mas é necessário que a informação nos chegue de baixo (DTer e PTer)”.

5. A informação que é tratada ao nível do Comando Territorial é encaminhada para a Direcção de Informações ou para a Direcção de Investigação Criminal?

“A informação está a ser enviada para os dois sítios, acho que faz todo o sentido que assim seja”.

6. Na sua opinião que tipo de coordenação deve existir entre as Informações e a Investigação Criminal no âmbito táctico operacional?

“Sendo o mesmo oficial o responsável pelas Informações e pela IC a coordenação tem que ser garantida por ele, as informações que lhe chegam ele disponibiliza-as ao pessoal que trabalha com ele e disponibiliza-as aos Destacamentos via NIC. Com esta reorganização em termos de IC os CTer ficaram um bocado diminuídos porque ficamos só com o NIAVE que investiga a violência doméstica, bem como violência que envolve crianças e idosos. Se um Comandante Territorial quiser avocar um processo que estivesse a ser investigado pelo NIC de determinado Destacamento avoca-o e entrega-o a quem? O pessoal do NAO será alguém que vai aparecer num processo criminal como até agora aparecia o NAT, alguém que fará relatórios daquilo que lhe pedem, das escutas telefónicas, das vigilâncias e dos seguimentos”.

7. Admitindo que o SIOP venha a ser um potencial meio de coordenação entre as duas áreas, que outros meios podem existir?

“Enquanto o SIOP não estiver a funcionar em pleno terá que ser como vinha do antecedente, aqui no CTer, na SOIRP temos que colocar um analista ou dois a olhar bem para o SITREP e tentar perceber o que lá vem e não pode ser só com estes itens que lá vêm, vamos ter que pedir mais alguns dados aos postos que também não custa nada pedir mais dois ou três dados que podem ser muito importantes.

O patrulheiro não está muito vocacionado para transformar as informações que tem orais num documento escrito, a própria guia de patrulha é entregue sem nenhuma informação, e no entanto durante a patrulha falou com uma quantidade de pessoas e depois se nós formos falar com ele conhece uma quantidade de situações que existiram e é capaz de ter suspeitas de quem são as pessoas que se andam a dedicar aquela actividade, mas num documento não fica nada escrito.

Terá que ser um analista, com alguma experiência e formação adequada a analisar as informações, que olhe para aquilo (SITREP) com olhos de ver e que tente tirar dali

mais alguma coisa sem ser só transformar aquilo em números que nos dizem que em determinado ano houve X crimes de violência doméstica e X crimes de furto, etc.”.

8. Sendo a análise de informações uma actividade imprescindível nas duas áreas, como se assegura a análise de informações nas duas vertentes?

“Agora será mais fácil porque os analistas que antigamente pertenciam à Secção de Investigação Criminal foram colocados na SOIIRP, e será a mesma pessoa a fazer a análise de umas (informações criminais) e de outras (informações policiais). Temos aqui um Sargento e um Guarda com formação adequada para fazer análise de informações”.

9. Relativamente a aspectos de coordenação que considera que funcionam menos bem, tem alguma sugestão com vista a melhorar essa situação?

“Temos falta de instrumentos de trabalho, como o analyst notebook, a Guarda deveria fazer um esforço para colocar em cada CTer esta ferramenta ou outro semelhante que fosse mais barato. Entendo que precisamos de pôr rapidamente o SIOP a trabalhar, enquanto o SIOP não estiver a trabalhar temos que melhorar este SITREP que entrou em vigor agora no dia 1 de Janeiro e depois aqui no CTer tem que ser tratado de outra forma não só para transformarmos aquilo em estatísticas mas para também depois se poderem fazer relatórios e enviar aos Destacamentos e aos Postos a informação tratada porque muitas vezes os Destacamentos trabalham a informação que têm do seu Destacamento mas institucionalmente a informação não flui de uns Destacamentos para os outros e terá que ser o CTer a analisar a informação e enviar os relatórios mais para baixo do que até para o escalão superior”.

APÊNDICE G – ENTREVISTA AO SENHOR MAJOR POUSA

AS INFORMAÇÕES E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NA GNR

Guião de Entrevista

Caracterização dos inquiridos:

Nome: Rui Pousa

Posto: Major

Unidade: Comando Territorial de Bragança

Função: Oficial de Informações e Investigação Criminal

Data: 30 de Janeiro de 2009

Está de acordo que a entrevista seja gravada para ser transcrita e anexada ao Trabalho de Investigação Aplicada que estou a realizar? Sim

Caracterização do objecto de análise:

1. Como diferencia informações policiais de informações criminais?

“As informações policiais têm uma área mais abrangente do que as informações criminais, podemos tratar informações policiais sem estarmos a tratar de informações ligadas directamente a um crime, há questões de segurança do país, há questões de segurança de eventos, há vários tipos de informações policiais.

As informações criminais são mais restritas dizem respeito ao tratamento concreto da criminalidade, já numa situação de inquérito”.

2. De forma geral, como caracteriza a relação entre Informações e Investigação Criminal?

“Na minha opinião deve existir uma relação eficaz para evitar que andem pessoas diferentes a fazer o mesmo. A DIC tem um núcleo de analistas e a DI também tem um grupo de analistas e algumas vezes trabalham as mesmas matérias sem que haja nenhum contacto, haveria toda a conveniência, até em termos de instalações que

estivessem em locais com fáceis ligações. Em termos de comunicação, esta deveria ser permanente entre as duas vertentes”.

3. Como caracteriza a actividade desenvolvida pela Investigação Criminal e a actividade desenvolvida pelas Informações na GNR?

“Neste momento, e atendendo que esta nova estrutura está ainda a implementar-se, aquilo que se faz ao nosso nível (CTer) é baseado nos RELNOT e RELINF que são normalmente elaborados pelo escalão Destacamento que são sujeitos a muito pouco tratamento (no CTer) e são enviados via hierárquica para o Comando Operacional.

A IC como do antecedente trabalha só ao nível dos processos, ao nível dos inquéritos”.

4. De acordo com a actual estrutura das Unidades Territoriais as áreas das Informações e da Investigação Criminal estão concentradas no mesmo órgão (SOIIRP). Será que se obtém agora uma melhor coordenação entre as duas áreas e assim uma mais-valia para a instituição?

“Eu julgo que estão criadas as condições para isso, agora se a prática nos vai mostrar que é isso que vai acontecer, estaremos cá para ver. Ainda é cedo para dizer isto mas não há dúvidas que sendo a mesma pessoa que tem sobre a sua alçada as duas áreas, é lógico que há interesse em coordenar as coisas e de certeza absoluta que por aí poderão as coisas funcionar melhor. Nas SOIIRP existe um Major para ambas as áreas e há também um Sargento-ajudante para cada uma das áreas, pelo menos é assim neste CTer e isso permite ao Major se estiver sensibilizado para isso coordenar bem as duas áreas”.

5. A informação que é tratada ao nível do Comando Territorial é encaminhada para a Direcção de Informações ou para a Direcção de Investigação Criminal?

“Depende de que informação se tratar, mas estamos muito dependentes neste momento de instruções que as Direcções venham a produzir. Até agora o canal que mais rotinado estava era com a antiga 2ª Repartição uma vez a IC tinha uma estrutura paralela através da SIC, actualmente como essa estrutura foi substancialmente alterada a parte da IC passou a ser tratada pelas SOIIRP, terá que ser ajustado um novo modelo de comunicação com a DIC”.

6. Na sua opinião que tipo de coordenação deve existir entre as Informações e a Investigação Criminal no âmbito tático operacional?

“Com esta reestruturação foi dado um enfoque muito grande aos Destacamentos, a parte da IC propriamente dita ficou toda sedeadada nos Destacamentos, a parte que ficou nos CTer são os NAT, os NIAVE, os NAO, não tem uma componente investigatória, estão subordinados às solicitações que lhe forem feitas pelos Destacamentos através dos NIC, portanto toda a informação que daí advenha será através dos Destacamentos e só com o ajustamento desta nova realidade se poderá vir a sentir quais são os tratamentos que depois aqui a SOIRP vai fazer em termos de IC e em termos de Informações mas é sempre necessária uma coordenação que será garantida pelo oficial responsável.

Em termos de IC temos um sargento destinado a esse efeito e em termos de informações ainda estamos baseados na estrutura que estava montada anteriormente, teremos que aguardar, ver como é que isto vai funcionar”.

7. Admitindo que o SIOP venha a ser um potencial meio de coordenação entre as duas áreas, que outros meios podem existir?

“O SIOP será uma mais-valia a nível dessa coordenação, uma vez que diferentes escalões irão aceder a informações e irão fazer o tratamento que julgarem mais conveniente de uma forma célere. A parte de análise de informação não está desenvolvida, ainda não sabemos o que nos vai permitir mas sem dúvida que é uma mais-valia para a GNR em termos de tratamento de informação e que vai permitir tanto à DI como à DIC depois retirar aquilo que julgar pertinente para qualquer uma das áreas.

Excluindo os meios informáticos, só o facto de terem o mesmo chefe responsável pelas duas áreas já ele as pode coordenar para cada uma fazer o trabalho que ele achar mais conveniente, a nível do CTer existe essa vantagem”.

8. Sendo a análise de informações uma actividade imprescindível nas duas áreas, como se assegura a análise de informações nas duas vertentes?

“Neste momento não está a ser assegurada, há um tratamento ainda incipiente feito por um Sargento mas precisa de ser muito mais desenvolvida essa área. Espero que esta nova estrutura venha permitir o desenvolvimento dessa análise, até porque vai

permitir que na área de um CTer se tenha esse conhecimento e se possa fazer essa análise.

Neste momento em termos de IC temos um Sargento-ajudante que recebe os autos de notícia julgados relevantes que são feitos a nível do CT, analisa-os caso a caso e tenta ver se têm alguma ligação entre eles. Este sargento-ajudante tem formação em análise não só em Portugal mas também no estrangeiro mas sei que não é a realidade dos CTer.

Em termos de análise das informações policiais não há aqui nenhum analista preparado para esse efeito”.

9. Relativamente a aspectos de coordenação que considera que funcionam menos bem, tem alguma sugestão com vista a melhorar essa situação?

“A forma como a coordenação vai ser feita terá que partir essencialmente do CO que têm as duas Direcções, além dos aspectos de normas que pretendam estabelecer tem que haver um conhecimento, uma ligação muito forte e um contacto frequente entre quem está nos CTer responsável por estas áreas e os responsáveis nas diferentes Direcções isso vai ser muito importante para que essa coordenação venha a ser melhor do que é neste momento”.

APÊNDICE H – ENTREVISTA AO SENHOR MAJOR FALCÃO

AS INFORMAÇÕES E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NA GNR

Guião de Entrevista

Caracterização dos inquiridos:

Nome: Fernandes Falcão

Posto: Major

Unidade: Comando Territorial de Vila Real

Função: Oficial de Informações e Investigação Criminal

Data: 30 de Janeiro de 2009

Está de acordo que a entrevista seja gravada para ser transcrita e anexada ao Trabalho de Investigação Aplicada que estou a realizar? Sim

Caracterização do objecto de análise:

1. Como diferencia informações policiais de informações criminais?

“As informações policiais têm um carácter genérico no seio das variadas áreas de actuação da Guarda, revestindo-se, por isso, de um suporte fundamental para o sucesso das Operações.

As informações criminais, embora sejam também fundamentais para a actuação da Guarda, mas têm um carácter mais específico, enquadrado sempre no âmbito processual - penal, ou seja, estão sujeitas às regras da confidencialidade e legalidade e subordinadas ao controlo constante por parte do Ministério Público”.

2. De forma geral, como caracteriza a relação entre Informações e Investigação Criminal?

“As Informações devem ser o pilar fundamental da IC, dito de outra forma, a IC não terá sucesso se não se apoiar nas Informações”.

3. Como caracteriza a actividade desenvolvida pela Investigação Criminal e a actividade desenvolvida pelas Informações na GNR?

“Em termos de informações, ao nosso nível trabalha-se com os relatórios (RELNOT, RELINF) que são encaminhados para cima (Comando da Guarda).

A actividade de IC está relacionada com os inquéritos, processos que lhe cabe investigar.

As Informações na GNR, regra geral, não têm servido adequadamente a actividade de IC. É natural que este facto decorra, do serviço, nos actuais moldes, ser ainda muito recente na Guarda e daí não haver ainda uma prática consolidada do funcionamento e inter-ligação entre as duas vertentes”.

4. De acordo com a actual estrutura das Unidades Territoriais as áreas das Informações e da Investigação Criminal estão concentradas no mesmo órgão (SOIIRP). Será que se obtém agora uma melhor coordenação entre as duas áreas e assim uma mais-valia para a instituição?

“Só esperamos que tal venha a acontecer. A IC tem que, forçosamente, caminhar apoiada nas informações, por isso a coordenação entre ambas é fundamental, e será melhor se estiverem mais próximas. Uma força policial moderna, tem de ter capacidade operacional de dar resposta às exigências sociais e essa qualidade assenta, fundamentalmente, nos meios técnico-táticos utilizados, os quais estarão sempre interligados com as informações”.

5. A informação que é tratada ao nível do Comando Territorial é encaminhada para a Direcção de Informações ou para a Direcção de Investigação Criminal?

“Depende do tipo de informação mas é mais para a DI”.

6. Na sua opinião que tipo de coordenação deve existir entre as Informações e a Investigação Criminal no âmbito tático operacional?

“As Informações devem apoiar, através do tratamento e análise, a Investigação Criminal, por forma a que esta possa actuar operacionalmente portanto alguém tem que assegurar esta coordenação no CTer, será o oficial responsável pelas duas vertentes”.

7. Admitindo que o SIOP venha a ser um potencial meio de coordenação entre as duas áreas, que outros meios podem existir?

“Não há dúvidas de que com o SIOP esta questão será muito mais simples. Até lá e a partir do momento em que as duas vertentes se encontram na mesma área de Comando, é possível que seja bastante o tratamento e análise de uma, para servir de apoio a outra”.

8. Sendo a análise de informações uma actividade imprescindível nas duas áreas, como se assegura a análise de informações nas duas vertentes?

“A partir de agora (entenda-se a reestruturação da GNR), só será espectável que a análise das Informações, no seio da mesma Secção (SOIIRP), funcione positivamente servindo a vertente da IC”.

9. Relativamente a aspectos de coordenação que considera que funcionam menos bem, tem alguma sugestão com vista a melhorar essa situação?

“Surgindo esta resposta da natureza e configuração do CTer de Vila Real, onde pertença, torna-se imprescindível, em primeiro lugar, adequar a estrutura das instalações às novas valências orgânicas da Guarda. Partindo deste pressuposto, então sim, as melhorias na coordenação deste e de outros serviços fazer-se-ão sentir; mas, particularmente no caso em questão, é fundamental possuir uma boa sala de situação, espaçosa, equipada e tecnologicamente preparada, de maneira a receber, analisar e estudar as informações, para posteriormente as encaminhar à IC, isto é, tem que se verificar uma completa simbiose entre o estudo e análise de informações, criminalística e IC operativa”.

APÊNDICE I – ENTREVISTA AO SENHOR CORONEL BORGES

AS INFORMAÇÕES E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NA GNR

Guião de Entrevista

Caracterização dos inquiridos:

Nome: Borges

Posto: Coronel

Unidade: Direcção de Informações/Comando Operacional

Função: Director de Informações

Data: 20 de Fevereiro de 2009

Está de acordo que a entrevista seja gravada para ser transcrita e anexada ao Trabalho de Investigação Aplicada que estou a realizar? Sim

Caracterização do objecto de análise:

1. A recente reestruturação da GNR contribuiu para uma melhor coordenação horizontal entre a Direcção de Informações e a Direcção de Investigação Criminal?

“A nível territorial as estruturas estão mais integradas, a nível de cúpula há um factor que favorece, é facto de estarem debaixo do mesmo CO, portanto nessa medida qualquer necessidade de coordenação que extravase as duas Direcções está facilitada/agilizada pelo Comandante Operacional”.

2. Qual a sua opinião relativamente à necessidade de melhorar a coordenação entre a Direcção de Informações e a Direcção de Investigação Criminal?

“Isso é algo que irá ser feito quando alguns dos mecanismos automáticos que estão a ser implementados a nível do SIIOP estiverem realmente operacionais, ou seja, a necessidade que hoje em dia eu sinto é a nível da troca e partilha de informações, as informações criminais e as nossas (informações policiais) mais estratégicas precisam

de ser mais integradas, mais complementadas, elas na realidade complementam-se. Agora tem que haver uma partilha maior e tem que haver um aproveitamento melhor daquilo que é produzido por nós, na IC e se calhar a IC no terreno também funcionar muito para as informações em sentido mais lato. O que acontece é que nós produzimos informação estratégica que é partilhada quer com o territorial, quer com a IC. A IC por seu lado das duas uma, ou no decorrer da sua actividade normal no terreno se depara com elementos de informação que considera que são úteis às informações e comunica-nos ou então poderá em situações excepcionais apoiar a condução de operações no terreno, porque como é sabido as informações não tem uma estrutura propriamente dita no terreno, recorrem à componente operacional e podem e devem recorrer também à componente de IC no terreno, nessa medida e quando o SIOP for implementado esta coordenação será mais agilizada e será melhor”.

3. Que instrumentos/procedimentos de coordenação devem existir entre as duas Direcções?

“O que é fundamental é uma ligação permanente entre as duas estruturas. Tem que haver a disponibilidade e a abertura da parte das duas estruturas para estarem permanentemente em contacto. É uma questão mais de mentalidade do que propriamente de medidas concretas. As coisas à medida que vão aparecendo têm que ser agilizadas, passa por uma questão de necessidade”.

4. Considera que a distância geográfica que separa as duas Direcções condiciona a coordenação entre ambas? Porquê?

“Sim, é um facto assim como não passa pela cabeça de ninguém que as informações não trabalhem estritamente ligadas com as operações, também é impensável as informações não trabalharem de uma forma muito próxima com a IC e nessa medida, o facto da IC estar geograficamente distante aqui do edifício é algo que é prejudicial para a coordenação. Enquanto com as operações eu quero falar, subo um piso e reúno com 3 ou 4 indivíduos, com a IC não o faço.

Se bem que há o telemóvel, há outros meios que hoje em dia estão à disponibilidade, o que é um facto é que a agilização, a rapidez com que as coisas são tratadas, o facto de podermos tratar as coisas cara a cara, pessoalmente é totalmente diferente de estar a telefonar. O facto de não se tratar as coisas pessoalmente dificulta a ligação e a coordenação”.

5. De que forma as Informações contribuem para a prevenção criminal?

“As Informações contribuem decisivamente para a prevenção criminal por facultar à componente operacional a informação que lhe permita o balanceamento da sua força de forma a diminuir o crime.

As informações numa lógica de DI, para além da componente estratégica tem um carácter preventivo, tem o objectivo de prevenir. As informações numa lógica da DIC são reactivas, depois de a situação ocorrer é que elas actuam, há um trabalho de investigação no terreno, há um trabalho de produção de informação que tem a ver com determinado caso concreto.

Se por acaso a nível da actividade operacional existisse uma patrulha para colocar em cada rua as informações não faziam sentido, não eram necessárias. Agora como não temos uma patrulha para meter em cada rua, quando muito temos uma patrulha para meter num bairro e as informações têm que dizer qual é a hora, qual é o alvo, é esse o trabalho das informações, esse encaminhamento da actividade operacional pelas informações é um factor decisivo na prevenção do crime.

Actualmente após a reestruturação está-se a verificar muito isso, também por estar debaixo do mesmo “chapéu” do Comandante Operacional, mais do que no antecedente, as informações estão a montante das operações. Cada vez mais são as informações a definir até os giros, os patrulhamentos, os percursos, as operações de grande envergadura, sempre na perspectiva de colocar os nossos militares onde existe maior grau de probabilidade do ilícito ocorrer”.

6. De que forma as Informações contribuem para o combate à criminalidade?

“Há a componente da prevenção e há a questão do combate, é evidente que o combate que as informações fazem é um combate mais preventivo não é a nível da condução da acção propriamente dita”.

APÊNDICE J – ENTREVISTA AO SENHOR TENENTE - CORONEL ALBANO PEREIRA

AS INFORMAÇÕES E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NA GNR

Guião de Entrevista

Caracterização dos inquiridos:

Nome: Albano Pereira

Posto: Tenente - Coronel

Unidade: Direcção de Investigação Criminal/Comando Operacional

Função: Director de Investigação Criminal

Data: 18 de Fevereiro de 2009

Está de acordo que a entrevista seja gravada para ser transcrita e anexada ao Trabalho de Investigação Aplicada que estou a realizar? Sim

Caracterização do objecto de análise:

1. A recente reestruturação da GNR contribuiu para uma melhor coordenação horizontal entre a Direcção de Informações e a Direcção de Investigação Criminal?

“Para responder a esta questão temos que fazer uma comparação com situação anterior, e também temos que fazer a comparação entre o nível Comando Operacional em termos das Direcções e o que elas representam como topo da estrutura das Informações quer no sentido policial ou no sentido de segurança interna e em relação à estrutura de IC nomeadamente ao nível do CTer que é onde existem algumas células ou alguma actividade específica quer de uma área quer de outra.

Do antecedente o Comando Geral estava estruturado num Comando e num Estado Maior, e dentro do Estado Maior coordenador havia quer a repartição de Informações

(2ª Repartição), quer a Chefia de IC, a grande diferença é que a Chefia de IC tinha competências no âmbito do Estado Maior coordenador mas tinha também competências de execução, nomeadamente competências operacionais, não quer dizer que estivessem envolvidas mas o conceito era e continua a ser esse.

Com esta reestruturação passaram a ser duas Direcções e mantêm-se próximas tal como estavam do antecedente, dependem é de um comando funcional e daí haver algumas diferenças. Se a reestruturação contribuiu ou não para uma melhor coordenação horizontal, até á data não se notam diferenças, porque nós já utilizávamos a coordenação e esta mantém-se, com o tempo que decorreu ainda não há condições para dizer se de facto há uma melhor coordenação, daqui a uns tempos poderá fazer-se essa avaliação. No entanto podemos dizer que em relação aos aspectos específicos das informações e aos aspectos específicos da IC e dentro da DIC, a vertente de análise de informação criminal pelo facto de haver um Comandante fomentando eventualmente medidas diferentes das que o Chefe do Estado Maior faria, porque um comandante mesmo que seja comandante funcional tem sempre mais competências do que o Chefe do Estado Maior no que toca a aspectos de coordenação, portanto pode ser que esse aspecto se torne favorável para a coordenação. Por exemplo numa situação em concreto o facto de haver um comandante funcional pode dar ordens no sentido de no planeamento ou na execução de uma operação as valências da IC e as valências das informações da GNR trabalharem através de mecanismos de coordenação mais próximos para aquela situação em concreto, aí a reestruturação pode ter contribuído para uma melhoria da coordenação.

Um outro aspecto é ao nível do CTer que eu considero que foi desestruturação e não reestruturação no que respeita à IC, contudo não é tudo negativo, se considerarmos que o oficial adjunto para a IC é ao mesmo tempo oficial de informações e isso tem uma dimensão formal e material favorável que facilita os aspectos de integração no que respeita à vertente de análise de informação criminal da estrutura da IC, com as informações no sentido de apoio à decisão. Também os analistas da estrutura de IC foram colocados na SOIIRP, isso tem uma dimensão positiva. Ao nível do CTer embora haja uma desestruturação há alguns aspectos positivos que podem facilitar a coordenação, se puser o mesmo oficial a fazer as duas coisas logo será mais fácil”.

2. Qual a sua opinião relativamente à necessidade de melhorar a coordenação entre a Direcção de Informações e a Direcção de Investigação Criminal?

“A grande diferença entre as Direcções está no objecto e metodologia, sendo que o objecto da Direcção de Informações é mais focalizado, mais singular e o objecto da área de IC é muito mais diversificado, como metodologia a componente de análise de informação criminal emprega algumas metodologias que são semelhantes (às Informações), necessidade de a melhorar há sempre, todos devemos como objectivo melhorar a coordenação e cooperação para qualificar o produto, etc., e estarmos atentos para identificar necessidades de melhorar e depois encontrarmos a forma ou os mecanismos para essa melhoria mas eu julgo que se nós a nível dos processos de apoio à decisão continuarmos a fazer como fazíamos no antecedente, a estrutura no terreno quando faz um relatório do tipo de apoio à decisão manda para as duas Direcções (DI e DIC). Quando a DI que é ela que interage com os órgãos externos, recolhe informações do SIS entre outros e transmite para o terreno. As coisas só não estão melhores em termos de coordenação porque ainda não temos o sistema integrado que permita que a informação esteja disponível para quem dela precisar, agora tratamento de informações, informação analisada isso faz o terreno através de relatórios para as duas (DI/DIC), mas se não fizer para as duas e enviar só para a DIC eu encarrego-me de mandar enviar para a DI. Quando a necessidade de difundir alguma coisa que tenha uma componente de informação criminal, antes de a DIC mandar para o terreno coordena sempre com a DI até porque podem perguntar se a DI já tem conhecimento sobre aquilo, e qual a sua opinião sobre a difusão ou se já difundiu porque pode acontecer embora seja melhor difundirem as das Direcções do que nenhuma”.

3. Que instrumentos/procedimentos de coordenação devem existir entre as duas Direcções?

“Em primeiro lugar deve existir partilha de informações a partir dos sistemas electrónicos; segundo, nos processos de tomada de decisão, sempre que, e o sempre que cobre na dúvida de que, estivermos a trabalhar numa coisa que possa interessar ao outro órgão (DI) devemos tomar uma medida de coordenação antes de ir a despacho vou ter com o director ele analisa e depois num local que vem lá designado ele coloca ou uma cruz de concordância ou uma cruz de concordância parcial ou até de não concordância, estes dois últimos implicam a realização de comentários de justificação. Terceiro, sempre que haja produção de relatórios quer dum lado quer do outro que interessem temos que os partilhar. Quarto, depois ainda há actuações

conjuntas, há problemas que o comando tem que determina desde logo à DI e à DIC para elaborarem qualquer trabalho. Por regra quando o comando determina isso deve colocar uma das Direcções sobre responsabilidade de coordenação. Quinto é dar instruções ao terreno para utilizarem o mesmo conceito, que entre elas, as funcionalidades ao nível do CTer e quando difundam para cima enviem sempre para as duas Direcções e depois cada um olha para aquilo e decide que tratamento vai fazer, que integração vai fazer”.

4. Considera que a distância geográfica que separa as duas Direcções condiciona a coordenação entre ambas? Porquê?

“Podemos dizer que sim, para aquela dimensão como vimos da possibilidade de fazermos trabalhos através de equipas conjuntas por nomeação superior e para aquela outra dimensão que referi de antes de irmos a despacho levar uma situação qualquer a decisão tomar uma medida de coordenação, dar a conhecer ao outro, a explicar ao outro, não basta mandar por carta, é necessário dizer os objectivos são estes, o objecto é este, ver qual é o aspecto que se acha que interessa à outra parte, para esse efeito a proximidade física favorece e a distancia física desfavorece. O trabalho ao nível dos procedimentos que antecedem a levada dos processos ao tribunal a distância prejudica. Ao nível da partilha de informação a distância não tem qualquer influência”.

5. De que forma a Investigação Criminal contribui para a prevenção criminal?

“Nós temos que integrar esta questão numa lógica de política criminal que para ser prosseguida tem que ter uma dimensão de resposta ou de actividade operacional e uma parte desta actividade é da IC. Encontramos então dois tipos de prevenção criminal: uma prevenção é feita através do patrulhamento geral que resulta da Guarda ser uma Força de Segurança de proximidade e deve dar visibilidade a isso então os patrulhamentos feitos com elementos fardados, com viaturas caracterizadas, fazem-se giros levando a Guarda à proximidade dos cidadãos e nalguns casos outros aspectos como por exemplo a prevenção dos incêndios florestais, mesmo que às vezes haja aspectos específicos, isto é patrulhamento geral é prevenção geral em sentido concreto, isto numa lógica de pelo facto de nos mostrarmos levar algumas pessoas que poderiam cometer alguns desvios a não o fazerem. Esta prevenção tem um carácter genérico sem alvos pré identificados e é feito por OPC's generalistas, feito por militares que têm uma competência geral em termos de conhecimentos generalistas e que são muito importantes.

O que acontece é que dentro da prevenção geral pode haver medidas especiais de prevenção e essas medidas especiais de prevenção também estão próximas de uma actividade de IC. Se eu tiver conhecimento que estão previstas manifestações dos professores, dos camionistas, aconteceu há uns tempos, a Guarda desenvolveu medidas preventivas no sentido de nos aproximarmos de alguns alvos, de algumas pessoas que eram promotoras das manifestações, para tentar recolher alguma informação directamente ou por interpostas pessoas numa lógica humint e os militares que foram designados para estas tarefas já não são generalistas, já são escolhidas da estrutura de IC embora que vão fazer um trabalho eminentemente de prevenção, conhecem as pessoas mas as pessoas não são delinquentes por tendência, não andam todos os dias a cometer crimes, portanto fazemos isto numa lógica eminentemente preventiva, porque eles pretendem fazer uma actividade que pode vir a resultar num outro problema mais grave. Este trabalho é feito por investigadores mas não estão a fazer IC, estão ainda no âmbito do sistema de segurança interna a tentar antecipar-se para fazer a avaliação dos riscos, essa é uma dimensão de prevenção efectuada através de medidas especiais de prevenção.

Em relação ao que estamos a falar a IC não faz patrulhamento geral, a IC ao contribuir de uma forma qualificada para a administração da justiça, ou seja, cada vez tendo mais eficiência, identificando os autores e criando condições para que eles sejam julgados isso só por si contribui de forma indirecta para a prevenção geral (a directa é através dos giros, e policiamento de proximidade) depois podem ser chamados a realizar medidas especiais de prevenção como o exemplo que dei dos camionistas, não há por regra nenhum inquérito, os alvos estão identificados mas não são delinquentes, não cometeram nenhum, então são chamados indivíduos da IC a actuarem porque se os outros são essencialmente generalistas e se é necessário utilizar alguns meios que eles não têm algumas competências com conhecimentos que eles não têm então é natural que o Comandante de Destacamento se socorra de um ou dois militares do NIC para ir fazer este trabalho, estes recolhem informação e reportam ao Comandante de Destacamento.

Resumindo, existem dois aspectos da prevenção criminal, um através do patrulhamento geral e para esta prevenção geral a IC contribui indirectamente através da qualificação do contributo da GNR para a administração da justiça levando com mais frequência que pessoas que cometeram crimes sejam identificados e levados à justiça. Depois pode contribuir para a prevenção numa lógica ainda de participar em medidas especiais de prevenção”.

6. De que forma a Investigação Criminal contribui para o combate à criminalidade?

“O combate à criminalidade feito pela IC também se subdivide em duas dimensões. Vamos começar por IC em sentido estrito combate a criminalidade porque pessoas que cometeram delitos são identificadas e são levadas à justiça, é uma forma de combate e esse combate tem que ser interpretado como a GNR enquanto OPC com competência para IC tem o dever de coadjuvar, assistir, apoiar, cooperar com as autoridades judiciais quer nos termos do processo penal, quer na LOIC, quer na Lei Orgânica, ora ao fazer esta investigação os tribunais fazem a repressão da criminalidade, portanto nós estamos a contribuir com o nosso trabalho para esta repressão e combate à criminalidade, esta será a dimensão da IC em sentido estrito, esta só se faz se houver inquéritos.

Agora vamos falar da dimensão de combate à criminalidade que procura até o flagrante que deve ser desenvolvida pelos elementos da IC não quer dizer que não possa ser reforçada por outras unidades por exemplo a UI, mas não pode ser uma coisa completamente à parte da IC porque pressupõe a existência de inquéritos porque se não sujeitamos a deter as pessoas sem nenhuma base de justificação. Temos que ter inquéritos e se tivermos mandados de detenção ainda melhor que aí já estamos a cumprir um mandado de detenção ou de captura. Portanto esta é uma actividade diferente que deve ser desenvolvida pelos investigadores e pode ser reforçada. A diferença em relação à outra é que aqui os alvos são potenciais delinquentes, são indivíduos que podem vir a desenvolver uma actividade que pode alterar a situação de risco e eles mesmo já constituem um risco porque sabemos que vivem dos assaltos a bancos, furtos às pessoas, etc.

Então podemos dizer que esta segunda actividade da IC, ou seja o combate à criminalidade sobrepõe-se à actividade da prevenção criminal, a diferença está nos alvos porque quem a faz são sempre os elementos da IC”.

ANEXOS

ANEXO K - CARACTERÍSTICAS DOS MODELOS MECANICISTA E ORGÂNICO

O Quadro K.1 apresenta algumas das principais características dos dois modelos de organização:

Quadro K. 1: Características das organizações mecânicas e orgânicas.

MODELO MECÂNICO	MODELO ORGÂNICO
<ul style="list-style-type: none">• Estrutura burocrática assente numa minuciosa divisão do trabalho;• Cargos ocupados por especialistas com funções claramente definidas;• Centralização das decisões;• Hierarquia rígida;• Sistema rígido de controlo e coordenação;• Predomínio da interacção vertical entre superior e subordinado;• Ênfase nas regras e procedimentos formais.	<ul style="list-style-type: none">• Estruturas organizacionais flexíveis com pouca divisão de trabalho.• Cargos continuamente modificados e redefinidos através da interacção com outras pessoas que participam na tarefa;• Descentralização das decisões que são delegadas aos níveis inferiores;• Tarefas executadas através do conhecimento que os funcionários têm da organização como um todo.• Confiança nas comunicações informais.

Fonte: Adaptado de Burns e Stalker *apud* Nogueira (2008, p.6).

ANEXO L - EXTRACTO DA LEI ORGÂNICA DA GNR

Lei n.º 63/2007 de 6 de Novembro

Aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

TÍTULO I

Disposições gerais

CAPÍTULO I

Natureza, atribuições e símbolos

Artigo 1.º Definição

1 - A Guarda Nacional Republicana, adiante designada por Guarda, é uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa.

2 - A Guarda tem por missão, no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e protecção, assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei.

(...)

TÍTULO II

Organização geral

CAPÍTULO I

Disposições gerais

(...)

Artigo 20.º Estrutura geral

A Guarda compreende:

- a) A estrutura de comando;
- b) As unidades;
- c) O estabelecimento de ensino.

Artigo 21.º Estrutura de comando

1 - A estrutura de comando compreende:

- a) O Comando da Guarda;
- b) Os órgãos superiores de comando e direcção.

2 - O Comando da Guarda compreende:

- a) O comandante-geral;
- b) O 2.º comandante-geral;
- c) O órgão de inspecção;
- d) Os órgãos de conselho;
- e) A Secretaria-Geral.

3 - São órgãos superiores de comando e direcção:

- a) O Comando Operacional (CO);
- b) O Comando da Administração dos Recursos Internos (CARI);
- c) O Comando da Doutrina e Formação (CDF).

Artigo 22.º Unidades e estabelecimento de ensino

1 - Na Guarda existem as seguintes unidades:

- a) O Comando-Geral;
- b) Territoriais, os comandos territoriais;
- c) Especializadas, a Unidade de Controlo Costeiro (UCC), a Unidade de Acção Fiscal (UAF) e a Unidade Nacional de Trânsito (UNT);
- d) De representação, a Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE);
- e) De intervenção e reserva, a Unidade de Intervenção (UI).

2 - Podem ser constituídas unidades para actuar fora do território nacional, nos termos da lei.

3 - O estabelecimento de ensino da Guarda é a Escola da Guarda (EG).

(...)

ANEXO M – EXTRACTO DO DESPACHO Nº 72/2008-OG

Despacho nº 72/08-OG

Comandos Territoriais

A Lei n.º 63/2007, de 6 de Novembro, aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana.

Com a publicação da Portaria n.º 1450/2008, de 16 de Dezembro, estabeleceu-se a organização interna das unidades territoriais – Comandos Territoriais.

O presente despacho visa definir as competências, a estrutura e o efectivo das unidades territoriais.

1. Definição e missão

A Componente Territorial da Guarda, materializa-se pela ocupação do território por unidades, que executam todas as tarefas necessárias de comando, instrução, operacionais e logísticas na área à sua responsabilidade, constituindo a estrutura base do dispositivo da Guarda para cumprimento da sua missão geral.

As unidades territoriais integram elementos das armas e dos serviços, sob um comando único, e têm competência genérica em toda a respectiva zona de acção, que compreende um distrito da divisão administrativa. São unidades, de escalão regimento, na directa dependência do comandante-geral, responsáveis pelo cumprimento da missão da Guarda na área de responsabilidade atribuída.

2. Articulação e dispositivo

Os Comandos Territoriais (CTer) articulam-se em:

a. Comando e Estado-Maior

- (1) O Comandante;
- (2) O 2.º Comandante;
- (3) O Adjunto do Comando;
- (4) Secretaria;
- (5) A Secção de Operações Informações, Instrução e Relações Públicas;
- (6) A Secção de Justiça e de Recursos Humanos;
- (7) A Secção de Recursos Logísticos e Financeiros,

b. Componente de Apoio Operacional que compreende:

- (1) O Núcleo de Investigação e de Apoio a Vitimas Específicas (NIAVE), antigo NMUME;
- (2) O Núcleo de Apoio Técnico (NAT);

(3) O Núcleo de Apoio Operativo (NAO).

c. Serviços

(1) Pelotão de Apoio de Serviços

(a) Comando e Secção de Comando;

(b) Secção Policial (onde não exista Posto sede);

(c) Secção de Transmissões, Informática e Electrónica (TIE);

(d) Secção de Reabastecimentos/Transportes/Manutenção;

(e) Secção Sanitária;

(f) Secção Siderotécnica;

(g) Secção de Alimentação e Bem-Estar

(h) Secção de Serviços Gerais.

d. Subunidades Operacionais

(1) Destacamentos Territoriais:

(a) Comando;

(b) Secretaria;

(c) Núcleo de Protecção do Ambiente (NPA);

(d) Núcleo de Investigação Criminal (NIC);

(e) Núcleo de Programas Especiais (NPE);

(f) Subdestacamentos e Postos Territoriais;

(g) Postos Fiscais (onde se justifique).

(2) Destacamentos de Trânsito

(a) Comando;

(b) Secretaria;

(c) Núcleo de Investigação Criminal de Acidentes de Viação (NICAV);

(d) Subdestacamentos e Postos de Trânsito.

(3) Destacamento de Intervenção

(a) Comando

(b) Pelotões de Intervenção;

(c) Secção Cinotécnica;

(d) Equipas de Inactivação de Explosivos e Segurança em Subsolo.

e. O CTer dispõe de uma sala de situação e de um posto de controlo de matérias classificadas.

3. Atribuições

a. Secção de Operações Informações, Instrução e Relações Públicas

À Secção de Operações Informações Instrução e Relações Públicas compete:

- (1) Planear, coordenar e assegurar a supervisão do cumprimento da actividade operacional, nomeadamente no âmbito da investigação criminal e da protecção da natureza e do ambiente;
- (2) Elaborar, difundir e assegurar a supervisão do cumprimento das directivas emanadas pelo estado-maior;
- (3) Proceder à pesquisa e análise de informação com interesse para a missão, designadamente de âmbito criminal;
- (4) Administrar o processo de credenciação;
- (5) Elaborar documentação relacionada com reclamações, denúncias, exposições e inspecções;
- (6) Manter e assegurar o funcionamento do sistema integrado de informações operacionais (SIIOP);
- (7) Proceder à reunião, análise e difusão de notícias necessárias ao cumprimento da missão geral da Guarda;
- (8) Coordenar a actividade dos controlos móveis (nas zonas de fronteira);
- (9) Elaborar, difundir e supervisionar os planos de instrução e dinamizar a IAQT;
- (10) Garantir a ligação ao Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS).

(...)

6. Instruções de coordenação

a. A Secção de Operações, Informações, Instrução e Relações Públicas é chefiada por um Tenente-coronel, coadjuvado por dois adjuntos com o posto de Major (adjunto para a área da investigação criminal e informações/adjunto para a área da protecção da natureza e do ambiente). Um dos oficiais adjuntos é também oficial de relações públicas.

(...)

ANEXO N – EXTRACTO DO DECRETO REGULAMENTAR Nº.19/2008

Decreto Regulamentar n.º 19/2008 de 27 de Novembro

(...)

Artigo 3.º - Serviços dos órgãos superiores de comando e direcção

1 — O Comando Operacional (CO), que assegura o comando de toda a actividade operacional da Guarda, estrutura-se nas seguintes unidades orgânicas nucleares:

- a) Direcção de Operações;
- b) Direcção de Informações;
- c) Direcção de Investigação Criminal;
- d) Direcção do Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente;
- e) Direcção de Comunicações e Sistemas de Informação.

2 — O Comando da Administração dos Recursos Internos (CARI), que assegura o comando e a direcção de toda a actividade da Guarda nos domínios da administração dos recursos humanos, materiais e financeiros, estrutura-se nas seguintes unidades orgânicas nucleares:

- a) Direcção de Recursos Humanos;
- b) Direcção de Recursos Financeiros;
- c) Direcção de Recursos Logísticos;
- d) Direcção de Infra - Estruturas;
- e) Direcção de Saúde e Assistência na Doença.

3 — O Comando da Doutrina e Formação (CDF), que assegura o comando e a direcção de toda a actividade da Guarda nos domínios da doutrina e da formação do efectivo, estrutura-se nas seguintes unidades orgânicas nucleares:

- a) Direcção de Doutrina;
- b) Direcção de Formação.

(...)

Artigo 7.º - Direcção de Informações

À Direcção de Informações (DI) compete:

- a) Elaborar, difundir e assegurar a supervisão do cumprimento das directivas, normas de execução e orientações técnicas, bem como elaborar estudos referentes às actividades de informações policiais e de segurança e de contra -informação;
- b) Proceder à pesquisa, análise e difusão de notícias e informações com interesse para a missão da Guarda;
- c) Proceder à difusão de notícias e de informações às forças e serviços de segurança e a outras entidades a quem, nos termos da lei, devam ser comunicadas;
- d) Apoiar as unidades da Guarda na recolha de notícias necessárias ao cumprimento das suas missões;
- e) Orientar superiormente o esforço de pesquisa de notícias com interesse para a missão da Guarda;
- f) Elaborar estudos sobre a realidade sociológica e criminológica e relatórios analíticos de delinquência nas áreas de intervenção da Guarda;
- g) Proceder à identificação, análise e avaliação de riscos específicos associados ao cumprimento das missões da Guarda;
- h) Centralizar, manter e assegurar o desenvolvimento e manutenção do sistema integrado de informações operacionais policiais;
- i) Definir e assegurar a coordenação dos procedimentos de segurança das informações e das matérias classificadas, definir as normas de segurança para as instalações e promover as credenciações de segurança dos militares da Guarda;
- j) Realizar as adequadas averiguações de segurança em caso de quebra ou comprometimento de segurança de informação, nos termos da legislação em vigor;
- l) Promover a realização de auditorias de segurança e assegurar a supervisão da troca de correspondência classificada, através do Posto de Controlo;
- m) Assegurar o ponto de contacto nacional para intercâmbio de informações relativas à criminalidade automóvel transfronteiriça;
- n) Assegurar o desenvolvimento de outras atribuições que, no âmbito das suas competências, lhe forem superiormente cometidas.

Artigo 8.º - Direcção de Investigação Criminal

À Direcção de Investigação Criminal (DIC) compete:

- a) Coordenar o funcionamento das actividades da Guarda em matéria de investigação criminal, nas vertentes operativa, criminalística e de análise de informação criminal;
- b) Elaborar, difundir e assegurar o cumprimento das normas técnicas no âmbito da actividade de investigação criminal;
- c) Apoiar tecnicamente as unidades, propondo e difundindo instruções, em especial relativamente a crimes de maior gravidade, complexidade ou dispersão territorial, que justifiquem a gestão concentrada da investigação;
- d) Assegurar o funcionamento de uma unidade operativa de pesquisa e recolha de informações de natureza criminal, centralizando os principais meios e recursos especiais de pesquisa, de recolha de prova e de apoio tecnológico às investigações;
- e) Realizar perícias criminalísticas e garantir o apoio às unidades nas actividades de polícia técnico-científica e do uso de meios centralizados;
- f) Proceder ao tratamento da informação criminal em coordenação com a direcção de informações e assegurar a difusão de notícias e elementos de informação;
- g) Acompanhar a evolução da criminalidade e o surgimento de novas tácticas e técnicas aplicáveis à investigação criminal;
- h) Assegurar, no âmbito das suas competências, a coordenação com outras entidades, designadamente em matéria de polícia científica;
- i) Assegurar o funcionamento das actividades de negociação em apoio às unidades;
- j) Assegurar o desenvolvimento de outras atribuições que, no âmbito das suas competências, lhe forem superiormente cometidas.

ANEXO O – EXTRACTO DO DESPACHO N.º 32021/2008

Despacho n.º 32021/2008

(...)

SUBSECÇÃO II

Direcção de Informações

Artigo 12.º - Divisão de Informações

Compete à DI, no âmbito do artigo 7.º do Decreto Regulamentar n.º 19/2008, de 27 de Novembro:

- a) Elaborar, difundir e assegurar a supervisão do cumprimento das directivas, normas de execução e orientações técnicas, bem como elaborar estudos referentes à actividade de informações;
- b) Proceder à pesquisa, análise e difusão de notícias e informações com interesse para a missão da Guarda, das restantes forças e serviços de segurança e de outras entidades, a quem, nos termos da lei, lhes devam ser comunicadas;
- c) Apoiar as unidades da Guarda na recolha de notícias necessárias ao cumprimento das suas missões;
- d) Orientar superiormente o esforço de pesquisa de notícias com interesse para a missão da Guarda;
- e) Elaborar estudos sobre a realidade sociológica e criminológica e relatórios analíticos de delinquência nas áreas de intervenção da Guarda;
- f) Centralizar, manter e assegurar o desenvolvimento e manutenção do sistema integrado de informações operacionais policiais;
- g) Constituir -se como ponto de contacto nacional para intercâmbio de informações relativas à criminalidade automóvel transfronteiriça;
- h) Garantir o contacto com os oficiais de ligação e as forças ou elementos destacados em missões internacionais, para efeito das actividades relacionadas com informações.

Artigo 13.º - Divisão de Contra -Informação e Segurança

Compete à DCIS, no âmbito do artigo 7.º do Decreto Regulamentar n.º 19/2008, de 27 de Novembro:

- a) Elaborar, difundir e assegurar a supervisão do cumprimento das directivas, normas de execução e orientações técnicas, bem como elaborar estudos, referentes às actividades de segurança e de contra-informação;
- b) Proceder à identificação, análise e avaliação de riscos específicos associados ao cumprimento das missões da Guarda;
- c) Definir e assegurar a coordenação dos procedimentos de segurança das informações e das matérias classificadas e promover as credenciações de segurança dos militares da Guarda;
- d) Estabelecer as normas de segurança dos aquartelamentos;
- e) Promover a realização de auditorias de segurança e assegurar a supervisão da troca de correspondência classificada, através do Posto de Controlo;
- f) Realizar investigações de segurança em caso de quebra ou comprometimento de segurança de informação, nos termos da legislação em vigor;
- g) Receber, registar, classificar e digitalizar a documentação classificada recebida, e proceder ao seu encaminhamento para os respectivos destinatários;
- h) Promover, em articulação com os restantes órgãos e serviços do comando, as transferências de documentação classificada;
- i) Assegurar a conservação dos documentos classificados, em condições que garantam a sua integridade e segurança,
- j) Conceber e difundir instrumentos de acesso, manuais e automatizados, para localização e recuperação de informação,
- k) Assegurar o registo e saída de correspondência classificada.

SUBSECÇÃO III

Direcção de Investigação Criminal

Artigo 14.º - Divisão de Análise e Investigação Criminal

Compete à DAIC, no âmbito do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 19/2008, de 27 de Novembro:

- a) Elaborar, difundir e assegurar o cumprimento das normas técnicas no âmbito da actividade de investigação criminal;
- b) Apoiar tecnicamente as unidades, propondo e difundindo instruções, em especial relativamente a crimes de maior gravidade, complexidade ou dispersão territorial, que justifiquem a gestão concentrada da investigação;

- c) Assegurar o funcionamento de uma unidade operativa de pesquisa e recolha de informações de natureza criminal, centralizando os principais meios e recursos especiais de pesquisa, de recolha de prova e de apoio tecnológico às investigações;
- d) Proceder ao tratamento da informação criminal em coordenação com a Direcção de Informações e assegurar a difusão de notícias e elementos de informação respeitantes à mesma;
- e) Acompanhar a evolução da criminalidade e o surgimento de novas tácticas e técnicas aplicáveis à investigação criminal;
- f) Assegurar o funcionamento das actividades de negociação em apoio às unidades.

Artigo 15.º - Divisão de Criminalística

Compete à DC, no âmbito do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 19/2008, de 27 de Novembro:

- a) Elaborar, difundir e assegurar o cumprimento das normas técnicas no âmbito da criminalística;
- b) Realizar perícias criminalísticas e garantir o apoio às unidades nas actividades de polícia técnico -científica e do uso de meios centralizados;
- c) Assegurar, no âmbito das suas competências, a coordenação com outras entidades, designadamente em matéria de polícia científica.

(...)

ANEXO P – CANAL TÉCNICO E CANAL HIERÁRQUICO

A Figura P.1 representa o fluxo de Informação através do canal técnico e do canal hierárquico

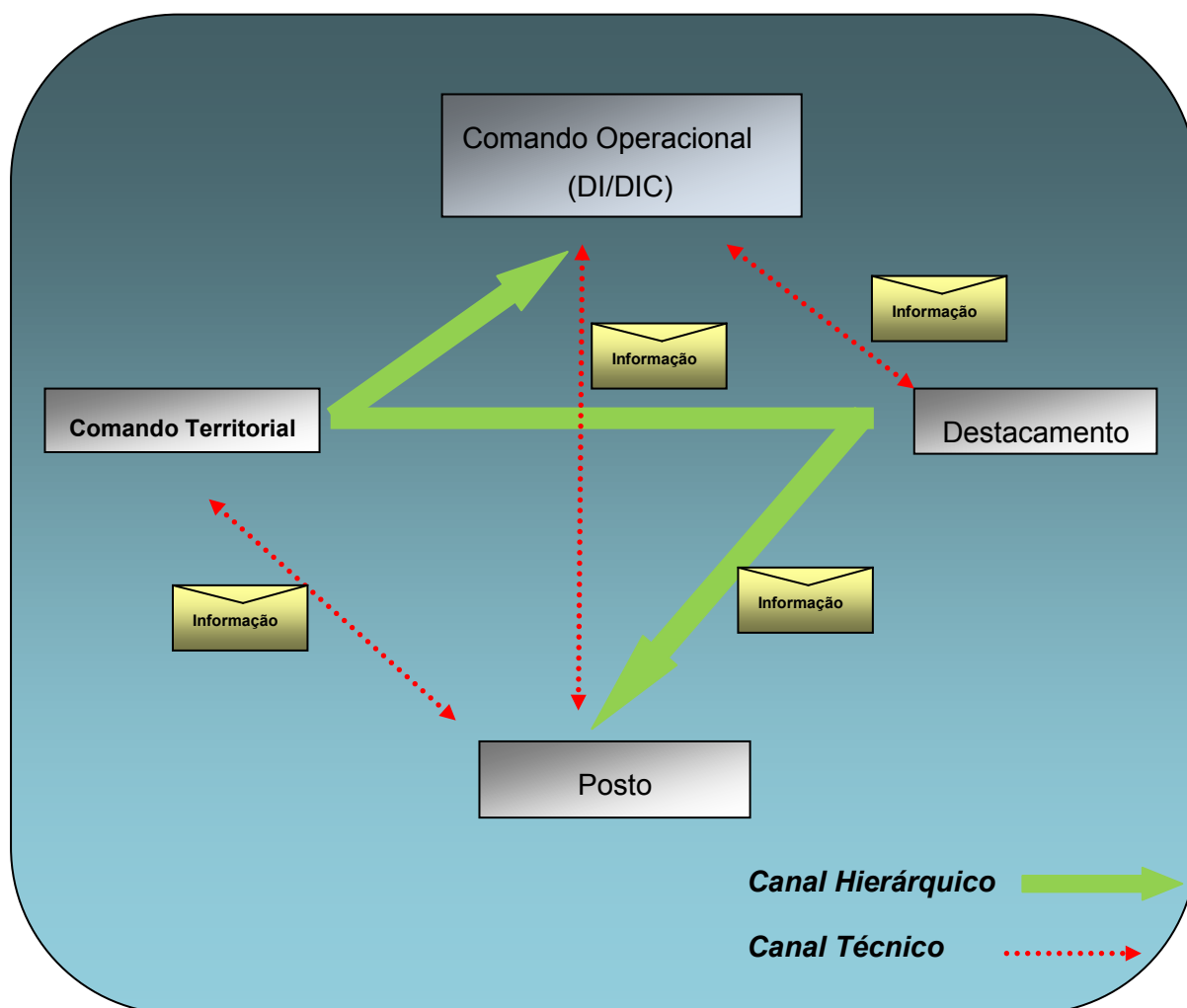


Figura P. 1: Canal técnico e canal hierárquico

Fonte: Adaptado de Carvalho *in* Santos (2008, p.47)

ANEXO Q – EXTRACTO DO DECRETO REGULAMENTAR Nº 2/1995

Decreto Regulamentar Nº 2/1995 de 25 de Janeiro

O artigo 44º da Lei Nº 10/1991, de 29 de Abril, relativa à protecção de dados pessoais face à informática, sujeita a manutenção dos ficheiros automatizados, bases ou bancos de dados pessoais à emanção de normas regulamentares compatíveis com as novas disposições ali previstas.

Foi ouvida a Comissão Nacional de Protecção de Dados Pessoais Informatizados.

Assim:

Ao abrigo do disposto no artigo 44º da Lei Nº 10/1991, de 29 de Abril, e nos termos da alínea c) do artigo 202º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1º Finalidade das bases de dados

1 - A Guarda, Nacional Republicana (GNR) dispõe de uma base de dados do Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia (SIIOP/GNR).

2 - A base de dados do SIIOP/GNR tem por finalidade organizar e manter actualizada a informação necessária ao exercício das missões da GNR que a respectiva Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei Nº 231/1993, de 26 de Junho, lhe comete.

Artigo 2º Dados recolhidos

1 - A recolha de dados para tratamento automatizado no âmbito do SIIOP/GNR deve limitar-se ao que seja necessário para o exercício das missões a que se refere o Nº 2 do artigo 1º, não podendo os dados recolhidos ser usados para fins não policiais.

2 - As diferentes categorias de dados recolhidos devem na medida do possível ser diferenciadas em função do grau de exactidão ou de fidedignidade, devendo ser distinguidos os dados factuais dos dados que comportem uma apreciação sobre os factos.

3 - O SIIOP/GNR é um ficheiro constituído por dados pessoais e dados relativos a bens jurídicos, integrando informação sobre:

a) Viaturas roubadas ou furtadas;

- b) Cadastro de condutores;
- c) Pedidos de detenção e paradeiro de indivíduos;

(...)

Artigo 9º Conservação dos dados pessoais

1 - Os dados pessoais inseridos nas bases de dados do SIOP/GNR serão conservados apenas durante o período estritamente necessário para os fins a que se destinam.

2 - Os dados pessoais inseridos no SIOP/GNR serão conservados:

- a) Durante o período necessário à procura de pessoas, devendo, decorridos três anos após a sua inserção, o autor do registo apreciar a necessidade da sua conservação;
- b) Para efeitos de vigilância discreta ou de controlo específico, pelo prazo de um ano, devendo, decorrido esse prazo, o autor do registo apreciar a necessidade da sua conservação;
- c) Em todos os outros casos não previstos nas alíneas anteriores, pelo prazo de 10 anos, devendo ser apreciada a necessidade da sua conservação por períodos subsequentes de 3 anos renováveis.

3 - A apreciação relativa à conservação dos dados deve considerar:

- a) A conclusão de uma investigação sobre um caso específico;
- b) Uma decisão judicial definitiva, em especial de absolvição;
- c) A prescrição do procedimento criminal;
- d) A reabilitação;
- e) O cumprimento de penas;
- f) As amnistias.

4 - As ocorrências previstas nas alíneas a), b) e c) do número anterior determinam a imediata destruição dos dados recolhidos.

(...)

ANEXO R - EXTRACTO DA NEP/GNR – 9.04CIC

NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DO DESTACAMENTO TERRITORIAL (NIC DTer)

(...)

2. FINALIDADE

Estabelecer as normas gerais reguladoras do funcionamento do Núcleo de Investigação Criminal do Destacamento Territorial (NIC DTer), da sua integração no Comando do Destacamento e do relacionamento com outros órgãos e com os Postos.

3. ORGANIZAÇÃO

a. Estrutura

O NIC DTer não possui articulação orgânica, sendo composto pelo Chefe e demais investigadores. Contudo, visando perseguir objectivos de subespecialização, podem ser constituídas equipas funcionais (mais ou menos duradouras), de acordo com as aptidões e apetências dos militares para a investigação de determinados tipos de crimes.

b. Recursos humanos

(1) Consoante a gravidade sócio-criminal da área de responsabilidade do Destacamento, o tipo e o número de Postos existentes, o NIC DTer é constituído por um efectivo compreendido entre 5 a 10 militares;

(2) Anexo B (QUADRO ORGÂNICO DO NIC DTer).

4. COMPETÊNCIAS

a. Do NIC DTer

(1) Levar a efeito as investigações dos crimes para as quais a Guarda tem competência, excepto as que forem da competência de outros órgãos.

(2) Organizar e promover o controlo das existências;

(3) Registrar, tratar, encaminhar e arquivar o expediente do Núcleo;

(4) Outras que, directa ou indirectamente relacionadas com a investigação criminal, lhe venham a ser atribuídas.

(...)

Quadro R. 1 : Orgânica do Núcleo de Investigação Criminal do Destacamento Territorial

Anexo “B” à NEP/GNR – 9.04CIC, de 15Abr03

QUADRO ORGÂNICO DO NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DO DESTACAMENTO TERRITORIAL (NIC DTer)

1. Consoante a gravidade sócio-criminal da área de responsabilidade, o tipo e o número de postos existentes, o Quadro Orgânico do Núcleo de Investigação Criminal de cada DTer é constituído por um efectivo compreendido entre 5 a 10 militares.
2. Tipos de Quadros Orgânicos dos Núcleos de Investigação Criminal

ÓRGÃO/FUNÇÃO	Arma/ Quadr o	Coronel	Tem-Cor	Major	Capitão	os	Civil	Sarg Mor	Chefe	Sarg Aj	1.º Sarg	Cabo Chef	Cabo	Soldado	TOTAL
NIC (com 10 militares)															
Chefe	QA/IC										1				1
Investigadores	QA/IC											1	4	4	9
TOTAL											1	1	4	4	10

NIC (com 9 militares)															
Chefe	QA/IC										1				1
Investigadores	QA/IC											1	4	3	8
TOTAL											1	1	4	3	9

NIC (com 8 militares)															
Chefe	QA/IC										1				1
Investigadores	QA/IC											1	3	3	7
TOTAL											1	1	3	3	8

NIC (com 7 militares)															
Chefe	QA/IC										1				1
Investigadores	QA/IC											1	3	2	6
TOTAL											1	1	3	2	7

NIC (com 6 militares)															
Chefe	QA/IC										1				1
Investigadores	QA/IC											1	2	2	5
TOTAL											1	1	2	2	6

NIC (com 5 militares)															
Chefe	QA/IC										1				1
Investigadores	QA/IC											1	1	2	4
TOTAL											1	1	1	2	5

ANEXO S - EXTRACTO DA NEP/GNR – 9.05 CIC

EQUIPA DE INVESTIGAÇÃO E INQUÉRITO DO POSTO TERRITORIAL (EII PTer)

(...)

2. FINALIDADE

Estabelecer as normas gerais reguladoras do funcionamento da Equipa de Investigação e Inquérito do Posto Territorial (EII PTer), da sua integração no Comando do Posto e do relacionamento com outros órgãos.

3. ORGANIZAÇÃO

b. Estrutura

A EII PTer não possui articulação orgânica, assumindo o militar mais graduado ou mais antigo a Chefia da Equipa e a interlocução com o Comandante de Posto.

b. Recursos humanos

- (1) Consoante o efectivo orgânico (de referência) do Posto seja de 25 a 39 (ambos inclusive) ou superior a 39 militares, a EII PTer é constituída por 2 ou 3 militares;
- (2) Os Postos com efectivo orgânico (de referência) inferior a 25 militares não possuem EII PTer. Nestes casos, a actividade é essencialmente desenvolvida pelo NIC DTer ou pela EII do PTer sede de Concelho, caso exista;
- (3) Nos casos devidamente fundamentados, os critérios de implementação e o número de militares (nunca inferior a 2) podem ser ligeiramente flexibilizados, por decisão do Comandante da Unidade (sob proposta do Comandante do Grupo Territorial), disso sendo dado conhecimento ao Comando-Geral (CIC e 3ª Rep);
- (4) Anexo B (QUADRO ORGÂNICO DA EII PTer).

4. COMPETÊNCIAS

- (5) Levar a efeito as investigações dos crimes que se revistam de menor complexidade e que se enquadrem nas competências da Guarda. Sem prejuízo do dever de actuação em flagrante delito, as EII PTer não promovem investigações de crimes de droga.
- (6) Promover a investigação de ilícitos contra-ordenacionais e o tratamento dos acidentes de viação (âmbito cível) mais complexos e satisfazer os pedidos de diligências efectuados pelas autoridades judiciais ou administrativas, sem prejuízo do carácter prioritário da investigação dos crimes.

(7) Auxiliar o Comandante do Posto no desenvolvimento da actividade de investigação criminal e colaborar com o NIC DTer nas investigações que este se encontrar a realizar.

(8) Outras que, directa ou indirectamente relacionadas com a investigação, lhe sejam atribuídas.

(...)

Quadro S. 1: Equipa de Investigação e Inquérito do Posto Territorial

Anexo “B” à NEP/GNR – 9.05CIC, de 15Abr03

QUADRO ORGÂNICO DA EQUIPA DE INVESTIGAÇÃO E INQUÉRITO DO POSTO TERRITORIAL (EII PTER)

1. As Equipas de Investigação e Inquérito são constituídas por 2 ou 3 militares, consoante (por princípio) o efectivo orgânico (de referência) do PTER seja de 25 a 39 (ambos inclusive) ou superior a 39 militares, respectivamente.
2. Os PTER com efectivo orgânico inferior a 25 militares não possuem, por regra, Equipas de Investigação e Inquérito. Nestes casos, a actividade é essencialmente desenvolvida pelo Núcleo de Investigação Criminal do DTer respectivo ou pela EII do PTER sede do concelho, caso exista.
3. Tipos de Quadros Orgânicos das EII PTER

ÓRGÃO/FUNÇÃO	Arma/ Quadro	Coronel	Ten-Cor	Major	Capitão	Subalterno s	Civil	Sarg Mor	Sarg Chefe	Sarg Aj	1.º Sarg	Cabo Chef	Cabo	Soldado	TOTAL
--------------	-----------------	---------	---------	-------	---------	-----------------	-------	----------	------------	---------	----------	-----------	------	---------	-------

E II (com 3 militares)															
Investigadores	QA/IC												2	1	3
	TOTAL												2	1	3

E II (com 2 militares)															
Investigadores	QA/IC												1	1	2
	TOTAL												1	1	2

ANEXO T – ÓRGÃOS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NO COMANDO TERRITORIAL

Organigrama do Comando Territorial

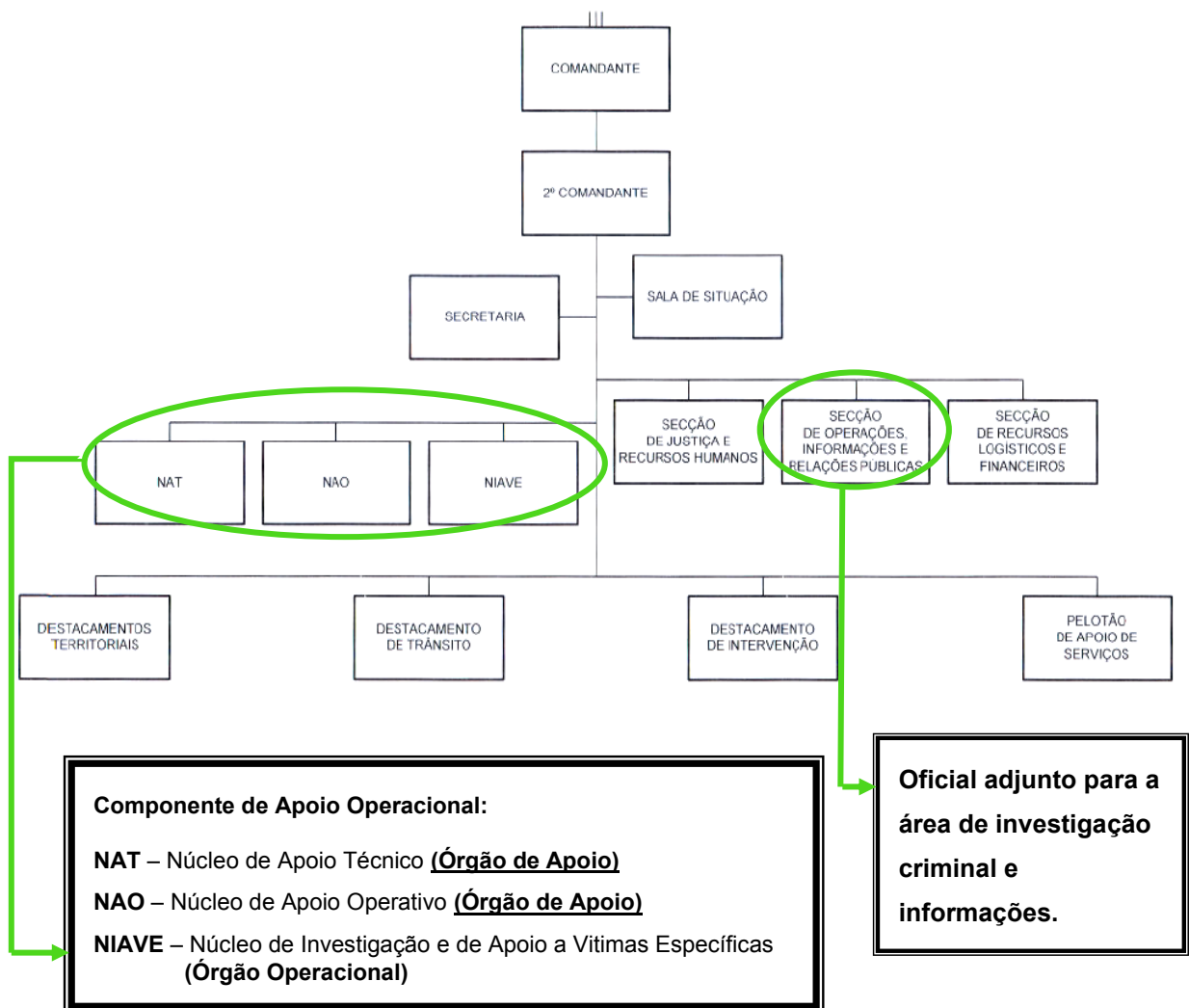


Figura T. 1: Órgãos de investigação criminal no Comando Territorial

Fonte: Adaptado do Despacho nº 72/08 – OG – Estrutura do Comando Territorial